

Marianne Sousa Barbosa
(organizadora)

DINÁMICAS SOCIAIS

teoría y práctica en las
ciencias sociales aplicadas 2



Marianne Sousa Barbosa
(organizadora)

DINÁMICAS SOCIAIS

teoría y práctica en las
ciencias sociales aplicadas 2



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Ellen Andressa Kubisty

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Thamires Camili Gayde

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2025 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2025 O autor

Copyright da edição © 2025 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelo autor.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo da obra e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva do autor, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos ao autor, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Os manuscritos nacionais foram previamente submetidos à avaliação cega por pares, realizada pelos membros do Conselho Editorial desta editora, enquanto os manuscritos internacionais foram avaliados por pares externos. Ambos foram aprovados para publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Profª Drª Aline Alves Ribeiro – Universidade Federal do Tocantins
 Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora
 Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
 Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Profª Drª Eufemia Figueroa Corrales – Universidad de Oriente: Santiago de Cuba
 Profª Drª Fernanda Pereira Martins – Instituto Federal do Amapá
 Profª Drª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Joachin de Melo Azevedo Sobrinho Neto – Universidade de Pernambuco
 Prof. Dr. João Paulo Roberti Junior – Universidade Federal de Santa Catarina
 Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Profª Drª Lisbeth Infante Ruiz – Universidad de Holguín
 Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Profª Drª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso

Profª Drª Mônica Aparecida Bortolotti – Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro Oeste

Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanesa Bárbara Fernández Bereau – Universidad de Cienfuegos

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Vanessa Freitag de Araújo – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia
Universidade de Coimbra

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dinâmicas sociais: teoria y práctica en las ciencias sociales aplicadas 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Marianne Sousa Barbosa

Datos de catalogación en publicación internacional (CIP)	
D583	Dinâmicas sociais: teoria y práctica en las ciencias sociales aplicadas 2 / Organizador Marianne Sousa Barbosa. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2025. Formato: PDF Requisitos del sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acceso: World Wide Web Incluye bibliografía ISBN 978-65-258-3148-0 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.480252701 1. Ciencias sociales. I. Barbosa, Marianne Sousa (Organizador). II. Título. CDD 301
Preparado por Bibliotecario Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DO AUTOR

Para fins desta declaração, o termo 'autor' será utilizado de forma neutra, sem distinção de gênero ou número, salvo indicação em contrário. Da mesma forma, o termo 'obra' refere-se a qualquer versão ou formato da criação literária, incluindo, mas não se limitando a artigos, e-books, conteúdos on-line, acesso aberto, impressos e/ou comercializados, independentemente do número de títulos ou volumes. O autor desta obra: 1. Atesta não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação à obra publicada; 2. Declara que participou ativamente da elaboração da obra, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final da obra para submissão; 3. Certifica que a obra publicada está completamente isenta de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirma a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhece ter informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autoriza a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação da obra publicada, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. A editora pode disponibilizar a obra em seu site ou aplicativo, e o autor também pode fazê-lo por seus próprios meios. Este direito se aplica apenas nos casos em que a obra não estiver sendo comercializada por meio de livrarias, distribuidores ou plataformas parceiras. Quando a obra for comercializada, o repasse dos direitos autorais ao autor será de 30% do valor da capa de cada exemplar vendido; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), a editora não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como quaisquer outros dados dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

Es con gran satisfacción que presentamos una publicación más de la premiada y consolidada Atena Editora, empresa reconocida, en constante expansión y galardonada con el Premio Jabuti en 2024. En este sentido, el lanzamiento de la Colección *Dinámicas Sociales: Teoría y Práctica en Ciencias Sociales Aplicadas 2*, suma a la Editorial otro aporte de relevancia nacional e internacional.

La obra en cuestión está compuesta por seis capítulos escritos por investigadores de Colombia, Ecuador y México. Los textos son el resultado de una investigación densa y robusta sobre temas presentes en la dinámica social de la época contemporánea y están dirigidos a lectores que buscan, de forma espontánea y ligera, mejorar sus conocimientos académicos y científicos. En cada capítulo nos encontramos con una temática diferente, abordada según la perspectiva y formación intelectual de sus autores, hecho que enriquece la Colección.

En el primer capítulo del trabajo, encontramos un estudio que contempla la Composición y cambios en las fuentes de generación de empleo en la ciudad de Montería, entre el periodo 2008-2023; En el siguiente capítulo se presenta una investigación que explora los retos que enfrentan los estudiantes emprendedores en la Universidad Autónoma de Nayarit, México; El capítulo tres problematiza el “nuevo cine queer mainstream” con películas producidas por grandes empresas, con el objetivo de atraer un público amplio y generar beneficios económicos; En el cuarto capítulo, observamos un estudio que analiza el poder judicial y sus posibles aportes a la reducción del crimen organizado en el Ecuador; Finalmente, En Capítulo 5, presentamos un análisis de las redes sociales como herramienta para el proceso de integración de capital humano en los supermercados de autoservicio de Corporación Sánchez; Y finalmente, el capítulo 6 analiza las oportunidades para el desarrollo sostenible en Brasil, aprovechando la biodiversidad de los biomas brasileños.

¡Les deseamos a todos una lectura productiva!

Marianne Sousa Barbosa

CAPÍTULO 1 1

COMPOSICIÓN Y CAMBIOS EN LAS FUENTES DE GENERACIÓN DE EMPLEO EN LA CIUDAD DE MONTERÍA 2008-2023

Sami Gabriel Coavas-Blanquicet

Daniela Tirado Portillo

Brahayan Bravo Rodriguez

Cristian Ordonez Taborda

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4802527011>

CAPÍTULO 2 17

DESAFÍOS Y OPORTUNIDADES EN EL EMPRENDIMIENTO ESTUDIANTIL: UN ANÁLISIS CUANTITATIVO EN LA UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE NAYARIT. MÉXICO

Jorge Luis Hernández Ulloa

Heriberta Ulloa Arteaga

Beatriz Rojas García

Sara Lidia Gutiérrez Villarreal

Héctor Vicente Cisneros Chávez

Juan Antonio Nieves López

María Asunción Gutiérrez Rodríguez

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4802527012>

CAPÍTULO 329

EL “NEW MAINSTREAM QUEER CINEMA”: EL CINE LGBT - QUEER SALE DEL CLÓSET EN CARTELERAS Y STREAMING

Gustavo Barrientos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4802527013>

CAPÍTULO 4 41

EL PODER JUDICIAL Y SUS POSIBLES APORTES PARA LA DISMINUCIÓN DEL CRIMEN ORGANIZADO EN ECUADOR

Francisco Javier Merino Ajila

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4802527014>

CAPÍTULO 5 51

LAS REDES SOCIALES COMO HERRAMIENTA PARA PROCESO DE INTEGRACIÓN DEL CAPITAL HUMANO EN LOS SUPERMERCADOS DE AUTOSERVICIO DEL CORPORATIVO SÁNCHEZ, S. A DE C.V. EN LA CIUDAD DE VILLAHERMOSA, TABASCO, MÉXICO

María Patricia Torres Magaña

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4802527015>

CAPÍTULO 659

OPORTUNIDADES PARA DESENVOLVIMENTO DOS CLUSTERS DE BIOECONOMIA E BIOTECNOLOGIA CONEXOS AOS BIOMAS BRASILEIROS

Tagore Villarim de Siqueira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4802527016>

ORGANIZADOR(ES)	93
ÍNDICE ALFABÉTICO	94

COMPOSICIÓN Y CAMBIOS EN LAS FUENTES DE GENERACIÓN DE EMPLEO EN LA CIUDAD DE MONTERÍA 2008-2023

Fecha de recepción: 21/11/2024 Fecha de aceptación: 02/01/2025

Sami Gabriel Coavas-Blanquicet
Universidad Cooperativa de Colombia

Daniela Tirado Portillo
Universidad Cooperativa de Colombia

Brahayan Bravo Rodriguez
Universidad Cooperativa de Colombia

Cristian Ordonez Taborda
Universidad Cooperativa de Colombia

económico, cultural y tecnológico a las sociedades contemporáneas (Castells, 1996). En Colombia existen estudios donde se analiza la estructura en el mercado laboral dando a conocer las diferencias entre salarios, sectores y condiciones laborales (Perazzi, 2017).

En un contexto de cambios estructurales en la economía local, nacional y global, los indicadores del mercado laboral en la ciudad de Montería han mostrado variaciones significativas entre 2008 y 2023 (Coavas-Blanquicet y Ruíz, 2024); sin embargo, estas transformaciones no han sido completamente documentadas ni comprendidas en términos de su impacto en la composición, las fuentes de generación de empleo y condiciones laborales o posición ocupacional en la región.

La ciudad de Montería ha transitado por un proceso de urbanización acelerada y crecimiento poblacional, lo que ha generado nuevas demandas en términos de empleo. La agricultura, históricamente un pilar en la economía local ha visto

INTRODUCCIÓN

La dinámica laboral de las ciudades es un reflejo de sus transformaciones económicas, sociales, tecnológicos y políticas. El estudio de la composición ocupacional en el mercado laboral es esencial para comprender la dinámica existente entre empleadores y trabajadores e identificar tendencias en la creación/destrucción de empleo.

Los estudios sobre la composición ocupacional son relevantes pues se busca analizar los cambios de la estructura ocupacional y cómo afecta a nivel social,

cambios en su participación relativa dentro del mercado laboral, mientras que sectores como el comercio, los servicios, y la construcción han ganado protagonismo (DANE, 2023). Estas transformaciones han sido impulsadas en parte por la implementación de proyectos de desarrollo urbano y el fortalecimiento del sector terciario, que ha absorbido una porción considerable de la fuerza laboral (Ministerio de Trabajo, 2022).

La economía de Montería ha estado tradicionalmente ligada a sectores como la agricultura y la ganadería, pero en los últimos años, ha habido un creciente protagonismo de los sectores de servicios, comercio y construcción, impulsado por procesos de urbanización, políticas públicas, y cambios en la demanda de los consumidores (DANE, 2023).

A pesar de estos cambios, existe una falta de estudios que analicen de manera integral cómo ha evolucionado la composición del empleo en la ciudad y cuáles han sido las principales fuentes de generación de empleo durante el periodo 2008-2023. Esta laguna en la literatura limita la capacidad de los formuladores de políticas, los empresarios y otros actores locales para tomar decisiones informadas que promuevan un desarrollo económico sostenible y equitativo. Además, la comprensión insuficiente de las dinámicas laborales podría estar contribuyendo a problemas como el desempleo estructural, la informalidad laboral y la desigualdad en el acceso a oportunidades laborales (Ministerio de Trabajo, 2022).

Así pues, el presente estudio tiene como objetivo evaluar los cambios en la composición ocupacional en la ciudad de Montería durante el periodo 2008 – 2023 y para realizarlo se trabajará con datos provenientes de la Gran Encuesta Integrada de Hogares (GEIH) del DANE, desde el 2008 hasta 2023. Este estudio podrá proporcionar bases sólidas para próximas investigaciones y para la formulación de políticas públicas como el plan de desarrollo de la ciudad que busque mejorar la calidad de empleo promoviendo un progreso inclusivo y sostenible en la región.

METODOLOGÍA

Esta investigación tiene enfoque mixto, debido a que posee un componente cuantitativo y cualitativo para estudiar la composición y cambios en la composición ocupacional en la ciudad de Montería (2008-2023). Cuantitativamente siguiendo a Coavas-Blanquicet (2024), se usa el comportamiento de cambios en la fuente de empleo, comportamiento de variables laborales como las tasas de empleo y desempleo, Tasa Global de Participación (TGP), Población económicamente activa (PEA), Población en Edad de Trabajar (PET), así como las características demográficas de la fuerza laboral.

Los datos utilizados como fuente de información principal es la Gran Encuesta Integrada de Hogares- GEIH del Departamento Administrativo Nacional de Estadística- DANE. La GEIH se usa como fuente de información sobre el empleo en Montería, como los sectores económicos (por ejemplo, agricultura, comercio, servicios), la segmentación

del mercado laboral junto con las tendencias y su evolución teniendo en cuenta el ritmo de crecimiento de la ciudad en el periodo de estudio.

Cualitativamente, para contrastar y explicar los resultados obtenidos, se usan informes y estudios de entidades gubernamentales y no gubernamentales en Montería y en Colombia, como el Ministerio de Trabajo, la Cámara de Comercio de Montería y la Federación Nacional de Comerciantes (Fenalco), entre otros.

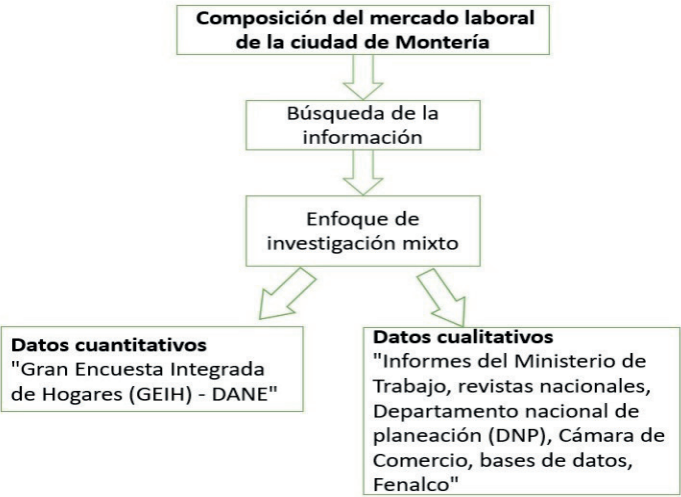
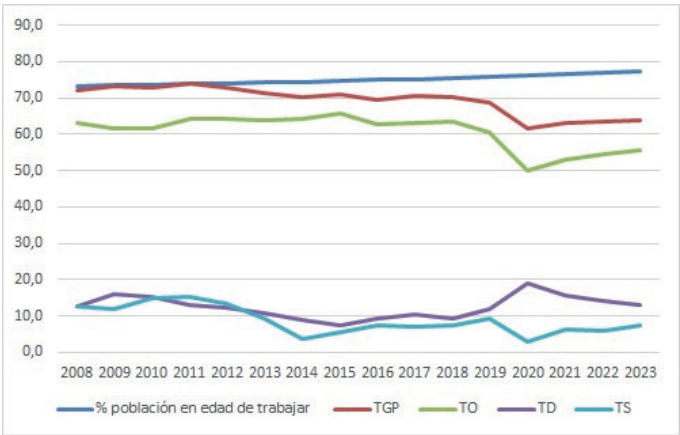


Figura 1. Flujograma de método de investigación.

Fuente: Elaboración propia.

RESULTADOS



Gráfica 1. Indicadores poblacionales en el mercado laboral Montería 2008-2023.

Fuente: Elaboración propia con base en los datos de la GEIH DANE

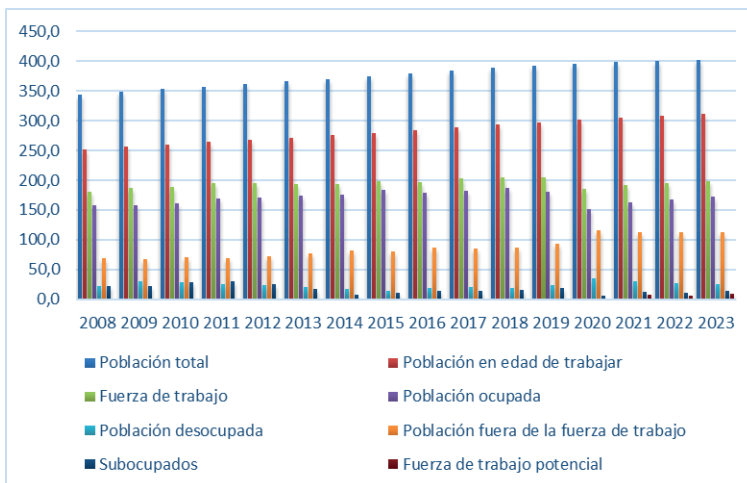
En gráfica 1 se muestra el comportamiento de los indicadores laborales como la Tasa Global de Participación (TGP) que representa la proporción de la población que está activa económicamente, Tasa de Ocupación (TO) que muestra la proporción de la población ocupada, Tasa de Desempleo (TD) la cual representa la proporción de la población económicamente activa que está desempleada y Tasa de Subempleo (TS) que se refiere a la proporción de personas que tienen un empleo pero no están en las condiciones ideales que cumplan con sus expectativas.

La TGP en Montería mostró una leve disminución desde 2008, con una caída marcada entre 2019 y 2021 debido a la pandemia. Según el DNP (2020) en 2020, la TGP fue del 56.4%, por debajo del promedio urbano (62.2%), pero se recuperó parcialmente al 63.2% en 2022, aún debajo del promedio nacional (65.6%).

La TO, también cayó durante la pandemia. Según el DANE (2020) reportó una tasa de desempleo del 24.8% en Montería, reflejando el fuerte impacto de la crisis en 2020. Iniciativas locales como microcréditos “Crediexpress de la Gente” y ferias de emprendimiento ayudaron a reducir el desempleo y estabilizar la TO, aunque no se ha recuperado completamente. (Alcaldía de Montería, 2022).

La TD, alcanzó un pico en 2020. A partir de 2021, la TD mostró una recuperación gradual. Según el DNP (2020) entre el tercer trimestre de 2020 y 2021, la TD en Montería bajó 5.0 puntos porcentuales, una reducción más lenta que en otras áreas, que promediaron una disminución de 6.8 pp. En comparación con los niveles precrisis (tercer trimestre de 2019). Según el DNP (2021), Montería registró un aumento de 4.7 puntos porcentuales en la tasa de desempleo (TD) en comparación con los niveles prepandemia, posicionándose entre los incrementos más altos del país. Por su parte, LA RAZÓN.CO (2022) explica que el avance en la generación de empleos en Montería no ha sido el esperado, pues los puestos creados se concentran en sectores de alta informalidad, como el mototaxismo, y de baja estabilidad, como el entretenimiento, cuidado personal y los servicios domésticos. Además, los cierres masivos de micronegocios debido a la crisis sanitaria de COVID-19 han dificultado la recuperación plena del mercado laboral en la región.

La TS, mostró un aumento entre 2020 y 2021, reflejando la pérdida de empleos formales y el incremento de la subocupación, especialmente en los sectores de industria y construcción, los cuales cayeron un 27.9% y 21.6%, respectivamente. Las mujeres y los jóvenes fueron los más afectados (DNP, 2020).



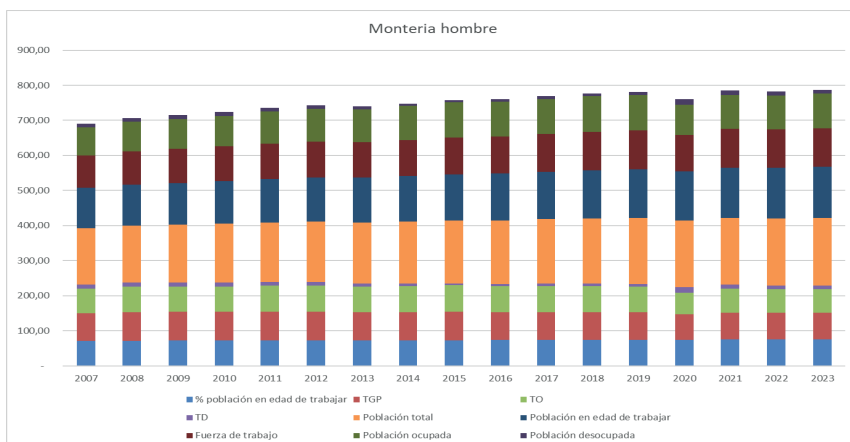
Gráfica 2. Categorías poblacionales del mercado laboral Montería 2008-2023.

Fuente: Elaboración propia con base en los datos de la GEIH DANE

La fuerza de trabajo y la población ocupada en Montería disminuyeron ligeramente en 2020 debido al impacto de la pandemia de COVID-19, que afectó la empleabilidad globalmente. Según el DNP (2020), la economía regional de Córdoba cayó en sectores clave, afectando el empleo. Esto por causa de la recesión económica y las medidas de confinamiento que fueron afectando a micronegocios y a demás sectores de la economía local. (Alcaldía de Montería, 2023) No obstante, Montería ha implementado planes para fomentar la generación de puestos de trabajo. De acuerdo con LARAZÓN.CO (2024), el alcalde Hugo Kerguelen García (2024) afirmó que se han generado 14,000 empleos, principalmente en el sector rural, el turismo y el entretenimiento. Su meta es alcanzar un total de 27,000 empleos, destacando el campo como el área con mayor potencial en la región.

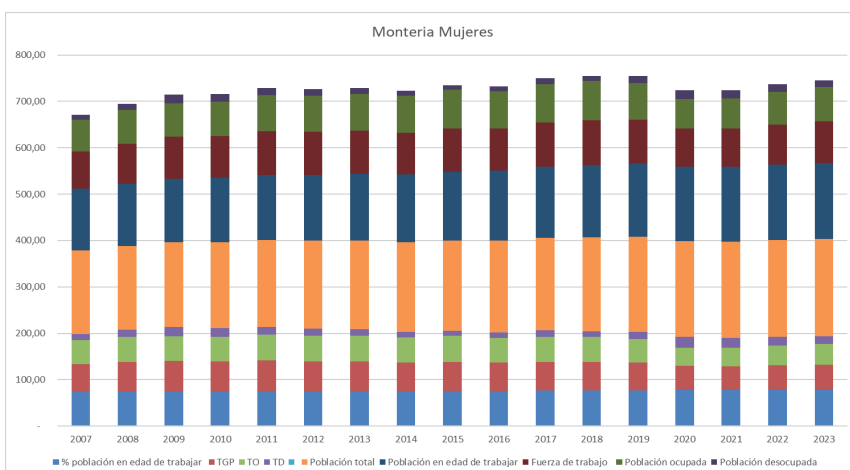
Picos de desocupación en 2009 y 2020 reflejan la influencia de la crisis financiera global y la pandemia, respectivamente. Durante el segundo trimestre de 2020, el desempleo en Montería alcanzó el 24.8%, según la Alcaldía de Montería (2023), afectando severamente la economía local y para 2023, el desempleo se redujo al 13%, impulsado por programas de emprendimiento y obra pública.

La población fuera de la fuerza laboral ha sido estable, salvo un aumento en 2020, reflejando la salida de personas del mercado laboral por la pandemia. Según el DNP (2023), en el primer trimestre de 2023, esta población se mantuvo 15% por encima de niveles precrisis, sin alcanzar el desempeño de otras áreas urbanas.



Gráfica 3. Categorías poblacionales del mercado laboral Montería 2008-2023 para Hombres.

Fuente: Elaboración propia con base en los datos de la GEIH DANE



Gráfica 4. Categorías poblacionales del mercado laboral Montería 2008-2023 para Mujeres.

Fuente: Elaboración propia con base en los datos de la GEIH DANE

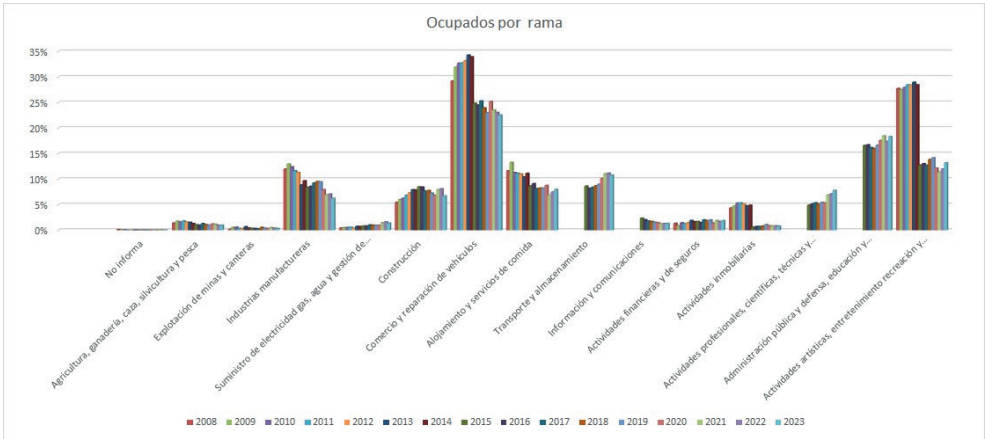
Las gráficas 3 y 4 muestran la evolución anual de la población masculina y femenina en Montería desde 2008 hasta 2023, desglosada en categorías demográficas y laborales.

Entre 2019 y 2020, se observa un incremento en la tasa de ocupación masculina, posiblemente impulsado por la inversión pública en sectores como infraestructura y comercio minorista, lo cual generó demanda de mano de obra en Montería (DANE, 2019). Esto concuerda con el efecto “multiplicador de empleo,” donde las inversiones en infraestructura impulsan la ocupación en otros sectores, como construcción y comercio. Como señala Keynes (1936), El aumento en la actividad económica y el empleo depende del gasto adicional en la economía” donde una pequeña inversión puede desencadenar un incremento significativo en la producción total de bienes y servicios.

El impacto de la pandemia de COVID-19 en 2020 trajo un cambio en la tendencia de empleo en Montería, con un notable aumento en la tasa de desempleo, especialmente entre mujeres y jóvenes. Según el DNP (2020), la tasa de desempleo femenina en Montería subió 6.5 pp, alcanzando 23.9% en el primer semestre de 2020, mientras que la masculina aumentó 5.1 pp, llegando a 14.2%. La brecha de desempleo de género alcanzó 9.7 pp, reflejando un golpe más fuerte para las mujeres durante la pandemia.

En términos poblacionales, el aumento del desempleo en Montería en 2020 se debió tanto a la caída en el número de ocupados como al aumento de desocupados. La tasa de desempleo en Montería aumentó a 23.2% para mujeres y a 15.5% para hombres en 2020.

La fuerza de trabajo y la TGP presentan un comportamiento estable con leves aumentos en años recientes, sugiriendo mayor inclusión en el mercado laboral. No obstante, la TGP en Montería disminuyó en 2020, registrando 56.8%, por debajo del promedio de las 13 áreas urbanas (62.2%). Según el DNP (2020), aunque la TGP se redujo en Montería en 2020, también hubo una baja en la **informalidad laboral** en comparación con el incremento en otras ciudades. Según la Alcaldía de Montería (2023) esta reducción se atribuye a políticas enfocadas en ampliar las oportunidades laborales y disminuir la desigualdad en la región.



Gráfica 5. Ocupados por rama Montería-Córdoba 2008-2023.

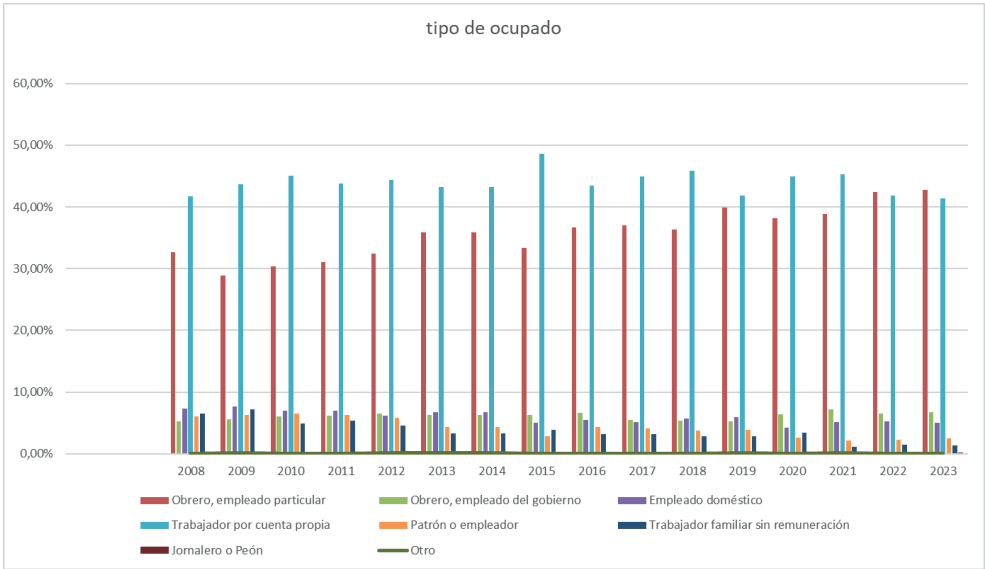
Fuente: Elaboración propia con base en los datos de la GEIH DANE

La gráfica 5 muestra la evolución del porcentaje de ocupados por sector en Montería (2008-2023). El sector de comercio, especialmente la reparación de vehículos desde 2015 ha mostrado un crecimiento constante con picos cercanos al 30% de ocupación. Según el portal *En Nuestro Campo* (2024), datos del DANE indican que este sector emplea a la mayor parte de la población ocupada en Montería, con 41,000 de 187,000 trabajadores en la ciudad.

El sector construcción alcanzó su pico en 2015, impulsado por el crecimiento en obras públicas y privadas, lo que contribuyó a reducir el desempleo, con una tasa por

debajo de la media nacional. (LARAZÓN.CO, 2015). El sector de industrias manufactureras ha mantenido estabilidad con ocupación entre el 10% y 15%, siendo una base industrial relevante, pero sin ser el principal motor de empleo. Por el contrario, la administración pública se destaca como un sector especial en términos de generación de empleo, la Alcaldía de Montería (2023) según datos del DANE registró una disminución del 13.8% al 12.4% en la tasa de ocupación de la ciudad, esto gracias al trabajo de la Alcaldía de Montería con políticas que involucran al sector público (colocar la misma cita de crediexpress) .

El sector de actividades artísticas y de entretenimiento y el turismo, comercio, alojamiento y servicios ha experimentado un repunte notable en los últimos años en la generación de empleo. Según LARAZÓN.CO (2024) la subdirectora del DANE Andrea Ramírez destacó a “alojamiento y servicios de comida” como el sector que más aportó con respeto a personas ocupadas. Igualmente, según la Alcaldía de Montería (2022) Montería dejó de ser un destino de paso, convirtiéndose en un lugar atractivo para visitantes y locales. Temporadas como Semana Santa y fin de año impulsaron la ocupación hotelera (88%, alcanzando el 100% en octubre). El aeropuerto Los Garzones tuvo un aumento del 52% en pasajeros frente a 2019, y la Terminal de Transporte aumentó el flujo de pasajeros un 112% frente a 2021. Eventos culturales, deportivos y ferias dinamizaron el turismo y el comercio. En diciembre, un solo evento generó más de 1,500 empleos, y el consumo en sectores como ropa y electrodomésticos creció un 15%, según Luis Martínez García (2022), director de Fenalco en Córdoba. En LARAZÓN.CO (2024) el vicepresidente del Consejo, Daniel Gómez dice que la ciudad enfrenta desafíos en innovación, adopción de tecnologías y un entorno laboral poco dinámico lo que podría estar contribuyendo a este crecimiento en Montería.



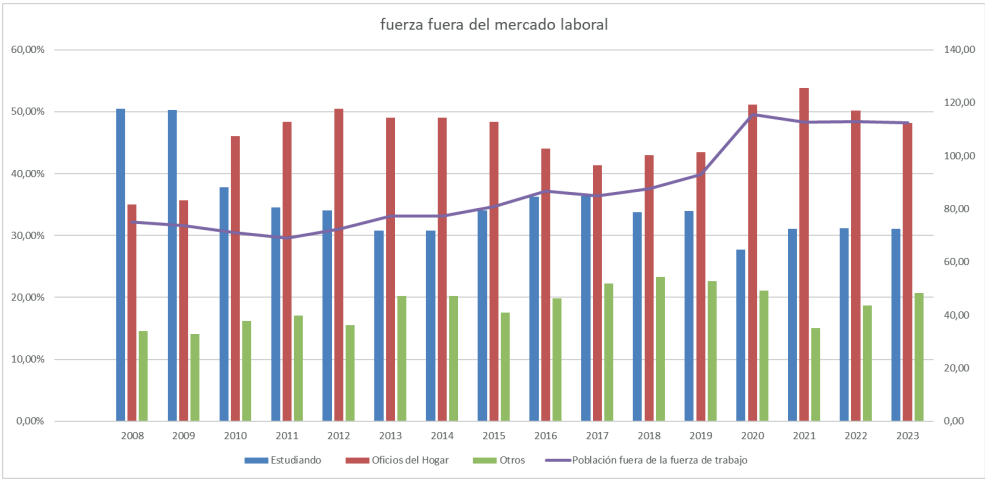
Gráfica 6. Ocupados por tipo Montería -Córdoba 2008-2023.

Fuente: Elaboración propia con base en los datos de la GEIH DANE

La gráfica 6 muestra dos picos importantes en el trabajo por cuenta propia: en 2010 y 2014. Estos años reflejan un aumento en el trabajo independiente, posiblemente debido a condiciones económicas difíciles o a la falta de empleo formal. La crisis financiera global de 2008 continuó generando repercusiones significativas, incluyendo la desaceleración económica, la afectación del crecimiento del PIB y un impacto negativo en el empleo, así es como lo señala Torres Chols (2021). Ante esta incertidumbre laboral, muchas personas optaron por emprender y realizar trabajos independientes para generar ingresos de manera autónoma.

En 2020 y 2021, el porcentaje de trabajo por cuenta propia alcanzó casi el 50%, coincidiendo con la pandemia de COVID-19. Este periodo trajo un aumento significativo en el trabajo independiente, ya que los despidos y cierres de negocios formales llevaron a muchas personas a empleos informales para mantener sus ingresos en medio de la incertidumbre.

Según el DNP (2020), En términos de informalidad, en el primer semestre del año, se presentaron dificultades en la recolección de información para medir la informalidad, debido a que en los meses de marzo y abril la encuesta excluyó estas preguntas por la emergencia sanitaria del COVID-19.



Gráfica 7. Población por fuera de la fuerza laboral Montería-Córdoba 2008-2023.

Fuente: Elaboración propia con base en los datos de la GEIH DANE

De 2008 a 2023 la gráfica 7 detalla la distribución de la fuerza laboral fuera del mercado en categorías como “Estudiando,” “Oficios del Hogar,” y “Otros,” destacando la tendencia al alza en la inactividad debido a los efectos prolongados de la pandemia.

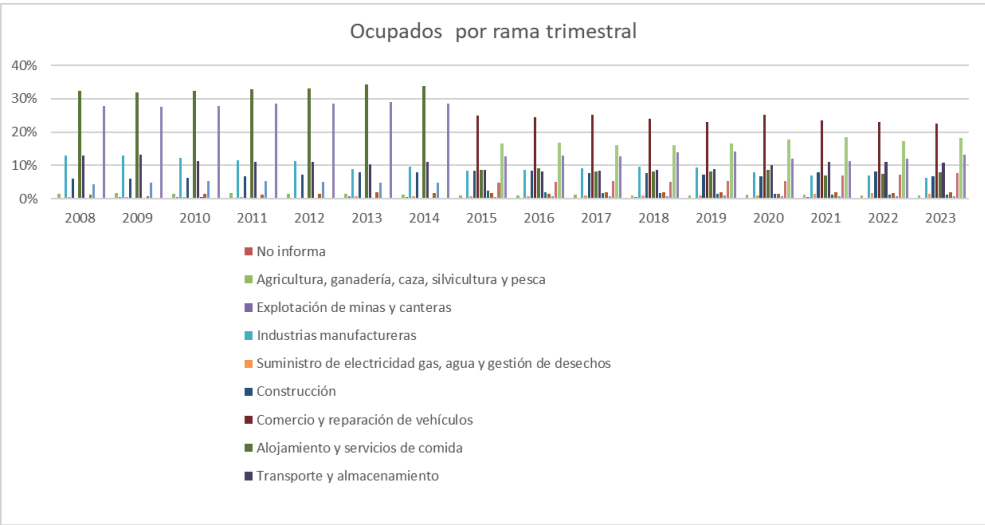
Desde 2020, Montería ha logrado reducir la deserción escolar, pasando de una tasa de 3.6% en 2019 a 2.2% en 2020, gracias a estrategias como el Programa de Alimentación Escolar (PAE) y la conectividad para el aprendizaje virtual durante la pandemia (LARAZÓN.CO, 2020).

La matrícula en el sector educativo oficial también aumentó, alcanzando 80,000 estudiantes en 2020, con una meta de sumar 3,000 nuevos cupos para 2023 y expandir la cobertura en educación básica, secundaria y media (LARAZÓN.CO, 2020).

Entre 2020 y 2023, la participación femenina en el mercado laboral en Montería mostró algunos avances, aunque la pandemia impactó más a mujeres y jóvenes, elevando la inactividad femenina debido a responsabilidades de cuidado (DNP, 2022).

El grupo “Otros” ha disminuido levemente, lo cual refleja que más personas han formalizado sus actividades o regresado al sistema educativo, mostrando un cambio en la estructura ocupacional impulsado por la pandemia (DNP, 2022). Esta tendencia puede verse en la leve disminución de la informalidad laboral, con reportes que indican una baja de 5,4 puntos porcentuales entre 2022 y 2023, alcanzando un 58,6% en agosto de 2023. (Alcaldía de Montería, 2023)

La tasa de inactividad laboral alcanzó su punto máximo en 2020, afectando especialmente a sectores informales y trabajo no remunerado, y se mantuvo alta hasta 2023. La inactividad laboral subió al 45% de la Población en Edad de Trabajar (PET), frente al 37% previo a la pandemia, duplicándose el desempleo en la Población Económicamente Activa (PEA).



Gráfica 8. Ocupados por rama de actividad económica Montería-Córdoba 2008-2023.

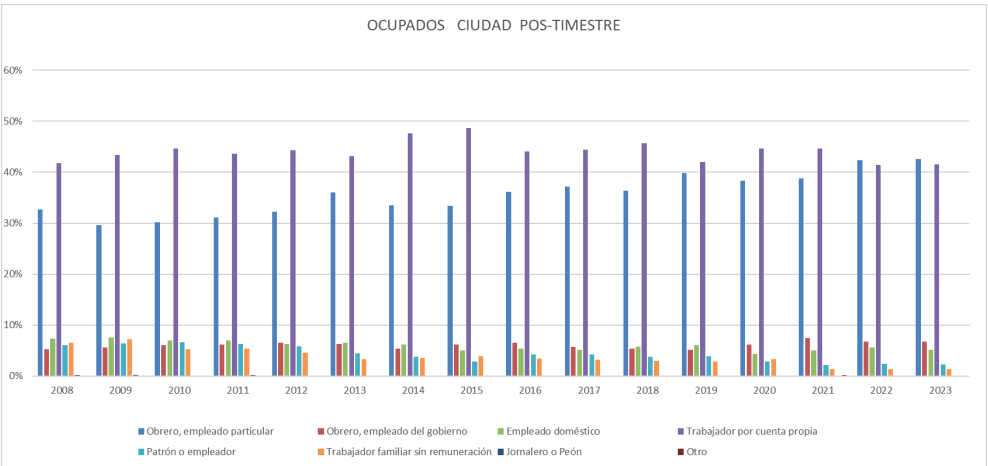
Fuente: Elaboración propia con base en los datos de la GEIH DANE

La gráfica 8 muestra el porcentaje de ocupación por rama entre 2008 y 2023, encontrando que la agricultura, ganadería, caza, silvicultura y pesca: tuvo picos significativos entre 2008 y 2013, con ocupación de hasta 35%, reflejando su importancia en la economía local. Aunque su participación disminuyó después de 2013, en 2015 se revitalizó con la implementación de prácticas sostenibles e innovaciones agrícolas tras la designación de

Montería como la primera “Agrópolis” del país (CONTEXTO GANADERO, 2015).

Desde 2015, el sector comercio y servicios de reparación muestra un incremento, alcanzando entre 20-25%, impulsado por la urbanización y el crecimiento del consumo. El secretario de infraestructura en 2015, Joaquín Esquivia, señaló que Montería destinó más de 200 mil millones de pesos a proyectos de infraestructura, incluidos la pavimentación de vías y la extensión de la Ronda del Sinú (LARAZÓN.CO, 2015).

Por último, el sector administración pública, defensa, educación y salud ha crecido progresivamente, alcanzando entre 15-20% desde 2015, apoyado por inversiones en educación y salud. En 2021, el Departamento de Prosperidad Social y la Gobernación de Córdoba invirtieron más de \$10 mil millones en infraestructura educativa en Montería (El Heraldo, 2021).



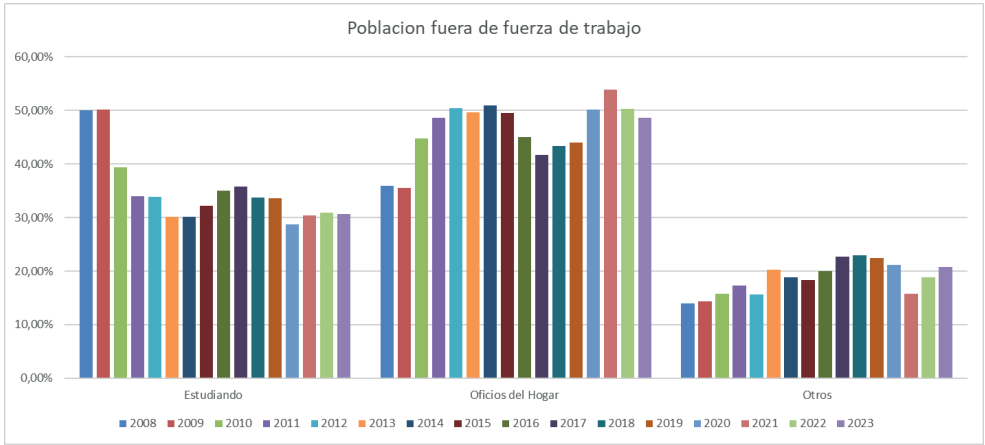
Gráfica 9. Ocupados por tipo de trabajo Montería-Córdoba 2008-2023.

Fuente: Elaboración propia con base en los datos de la GEIH DANE

La gráfica 9 muestra la evolución de los tipos de ocupación en la ciudad de Montería, Córdoba entre los años 2008 a 2023, clasificados en diferentes categorías de empleo. De los puntos más relevantes encontramos:

En Montería más del 40% de los empleados trabajan por cuenta propia y de acuerdo con LARAZÓN.CO (2021) en una encuesta realizada por el DANE, el 58,1% de los monterianos viven en condición de informalidad laboral, esto producto de los altos costos formalización empresarial, y pocas oportunidades laborales formales. Según LARAZÓN.CO, pequeños y medianos empresarios se resisten a formalizar sus negocios debido al temor a la carga impositiva que esta implica. Además, de acuerdo con el Perfil Productivo de Montería (2013), el sector rural y la ganadería, ofrecen condiciones informales y de baja calidad laboral. Además, los sectores agrícolas presentan desafíos como la falta de servicios públicos adecuados y el mal estado de las vías, afectando el desarrollo de empleos

formales en la región. Recientemente, el alcalde Hugo Kerguelen (2024) ha lanzado un proyecto de pavimentación en vías estratégicas para conectar áreas productivas con el centro urbano, con el fin de mejorar la conectividad vial y contribuir a la meta de empleo establecida por la administración municipal (LARAZÓN.CO, 2024).



Gráfica 10. Población fuera de fuerza de trabajo Montería-Córdoba 2008-2023.

Fuente: Elaboración propia con base en los datos de la GEIH DANE

La gráfica 10 muestra la población por fuera de la fuerza de trabajo en Montería, Córdoba, desglosando tres categorías: estudiando, oficios del hogar y otros a lo largo de los años entre 2008 y 2023 se pueden encontrar algunos puntos relevantes a partir de cada una.

La población por fuera de la fuerza laboral que se encuentra estudiando, muestra una disminución partiendo del 50% en el 2008, ubicándose en un 30% en 2022, comportamiento similar al nacional (DANE, 2022).

En la categoría de “otros” se ve que ha tenido un incremento moderado a lo largo de los años 2008-2023. En el 2020 factor como la Pandemia influyó a que muchas personas dejaran de buscar trabajo por cuestiones de salud o porque el mercado laboral estaba limitado. Según el DNP (2020), la población inactiva aumentó a causa del cierre de actividades económicas y por el aumento de interés en los oficios del hogar. Igualmente, tendencias demográficas como el crecimiento de la población mayor en Montería afectan la participación en la fuerza laboral TELENCUESTAS (2021) EL 12,3% es adulto mayor, lo que equivale a las 63,159 personas. Esto presenta implicaciones ya que estas personas dejan de formar parte de la fuerza laboral activa incrementando la dependencia de recursos públicos y familiares.

CONCLUSIONES

Los indicadores del mercado laboral en la ciudad de Montería-Córdoba nos muestran una dinámica influenciada por crisis externas y políticas locales en la composición de las fuentes de generación de empleo. La Tasa Global de Participación (TGP) y la Tasa de Ocupación (TO) en Montería han mostrado variaciones significativas, destacándose una caída notable durante la pandemia de COVID-19 (2019-2021). Aunque la TGP ha experimentado una leve recuperación desde 2022, aún se encuentra por debajo de los promedios nacionales, evidenciando un rezago en la reactivación laboral en comparación con otras regiones urbanas. La Tasa de Desempleo (TD) alcanzó su máximo en 2020, con un impacto diferenciado por género y grupo etario, afectando principalmente a mujeres y jóvenes, quienes enfrentaron mayores barreras para retornar al empleo formal. A pesar de esfuerzos locales como programas de emprendimiento y microcréditos, la estructura de empleo muestra que gran parte de la población ocupada sigue en condiciones de informalidad o en empleos de baja estabilidad, concentrados en sectores como el comercio informal y los servicios personales.

La evolución sectorial destaca al comercio y la reparación de vehículos como el principal generador de empleo en Montería, mientras que sectores como la construcción y la industria manufacturera mantienen una ocupación estable pero menor en proporción. En particular, el sector de actividades artísticas y de entretenimiento ha crecido en los últimos años, impulsado por políticas de turismo y eventos culturales, que han dinamizado tanto el empleo formal como el consumo local. La administración pública también ha jugado un papel relevante, promoviendo políticas para reducir la tasa de informalidad y mejorar la conectividad rural, aunque sin lograr todavía una disminución significativa en la dependencia del trabajo independiente y por cuenta propia.

El análisis también revela un aumento sostenido de la población fuera de la fuerza laboral durante y después de la pandemia, con un leve incremento en la proporción de mujeres que se reincorporan al mercado laboral formal, posiblemente influenciadas por la disminución en la dedicación exclusiva a oficios del hogar. Asimismo, sectores estratégicos como la agricultura y la ganadería, fundamentales para la economía de Montería, han experimentado una baja en ocupación formal, influida por la falta de infraestructura adecuada y servicios básicos en áreas rurales, limitando así el desarrollo de empleos de calidad en la región.

Finalmente, Montería enfrenta desafíos estructurales significativos en su mercado laboral, con una fuerte dependencia de trabajos informales y por cuenta propia, una situación de desigualdad de género en el empleo formal, y un lento proceso de recuperación post-pandemia. Estos hallazgos sugieren la necesidad de políticas integrales que promuevan la formalización laboral, incentiven el empleo en sectores emergentes y fortalezcan la infraestructura para mejorar la conectividad rural-urbana, así como medidas específicas

para fomentar la inclusión de mujeres y jóvenes en empleos de mayor estabilidad y calidad.

REFERENCIAS

Alcaldía de Montería. (2023, febrero 15). Turismo y economía repuntaron en 2022 con cifras históricas para Montería. Recuperado de <https://www.monteria.gov.co/publicaciones/3836/turismo-y-economia-repuntaron-en-2022-con-cifras-historicas-para-monteria/>

Alcaldía de Montería. (2023, septiembre 5). Montería disminuye desempleo 1,4 puntos para el trimestre junio-agosto de 2023. Recuperado de <https://www.monteria.gov.co/publicaciones/4363/monteria-disminuye-desempleo-14-puntos-para-el-trimestre-junio-agosto-de-2023/>

Alcaldía de Montería. (2023). Montería entre las 6 ciudades del país con mayor disminución de la informalidad. Recuperado de <https://www.monteria.gov.co/publicaciones/4360/monteria-entre-las-6-ciudades-del-pais-con-mayor-disminucion-de-la-informalidad/>

Gobernación de Córdoba. (2023). Desempleo en Montería continúa disminuyendo y se acerca a un solo dígito. Recuperado de <https://www.monteria.gov.co/publicaciones/4466/desempleo-en-monteria-continua-disminuyendo-y-se-acerca-a-un-solo-digito/>

Castells, M. (1996). The rise of the network society. Blackwell Publishers. Recuperado de https://deterritorialinvestigations.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/03/manuel_castells_the_rise_of_the_network_societybookfi-org.pdf

Chica Noticias. (2024, septiembre 21). Inversión en infraestructura en Montería. Recuperado de <https://www.chicanoticias.com/2024/09/21/inversion-infraestructura/>

Contexto Ganadero. (2024). Montería se convertirá en la primera agrópolis del país. Recuperado de <https://www.contextoganadero.com/regiones/monteria-se-convertira-en-la-primera-agropolis-del-pais>

Coavas-Blanquicet, S. G. (2023). Evolución de las principales variables del mercado laboral en la ciudad de Montería 2008-2023. Universidad Cooperativa de Colombia, Colombia.

DANE. (s.f.). Departamento Administrativo Nacional de Estadística. Recuperado de <https://www.dane.gov.co/>

DANE. (n.d.). Gran Encuesta Integrada de Hogares - GEIH - Históricos. Recuperado de <https://www.dane.gov.co/index.php/estadisticas-por-tema/mercado-laboral/empleo-y-desempleo/geih-historicos>

DANE. (2021). Perfil estadístico de Montería. Departamento Administrativo Nacional de Estadística (DANE). Recuperado de <https://www.dane.gov.co/index.php/estadisticas-por-tema/demografia-y-poblacion/perfiles-dep-mun/perfil-municipal-monteria-2021>

DANE. (2022). Boletín técnico: Indicadores de inactividad en la fuerza laboral, octubre - diciembre 2022. Recuperado de https://www.dane.gov.co/files/investigaciones/boletines/ech/ech_inactividad/boletin_GEIH_fueradelafuerzadetrabajo_oct22_dic22.pdf

DANE. (2024). Proyecciones de población de Córdoba. Recuperado de <https://www.dane.gov.co/index.php/estadisticas-por-tema/demografia-y-poblacion/proyecciones-de-poblacion>

Departamento Nacional de Planeación (DNP). (2020). Introducción e Informe 13 áreas I-2020. Recuperado de https://colaboracion.dnp.gov.co/CDT/Estudios%20Economicos/Introduccion%20Informe%2013%20Areas_I2020.pdf

Departamento Nacional de Planeación (DNP). (2020). Informe Montería 2020. Recuperado de <https://colaboracion.dnp.gov.co/CDT/Estudios%20Economicos/10%20Informe%20Monteria%202020.pdf>

Departamento Nacional de Planeación (DNP). (2022). Informe Montería 2022 III. Recuperado de <https://colaboracion.dnp.gov.co/CDT/Estudios%20Economicos/10%20Informe%20Monteria%202022%20III.pdf>

Departamento Nacional de Planeación (DNP). (2023). Informe Montería 2023 I. Recuperado de <https://colaboracion.dnp.gov.co/CDT/Estudios%20Economicos/10%20Informe%20Monteria%202023%20I%20-%20r.pdf>

El Heraldó. (2021, mayo 1). Destinan inversión para mejorar infraestructura escolar en Montería. Recuperado de <https://www.elheraldo.co/cordoba/2021/05/01/destinan-inversion-para-mejorar-infraestructura-escolar-en-monteria/>

En nuestro campo. (2024, octubre 1). Comercio y reparación de vehículos: la rama que más ocupados tiene en Montería. Recuperado de <https://ennuestrocampo.co/comercio-y-reparacion-de-vehiculos-la-rama-que-mas-ocupados-tiene-en-monteria/>

Keynes, J. M. (1936). *The General Theory of Employment, Interest and Money*. London: Macmillan.

LARAZÓN.CO. (2022). Recuperación del empleo en Montería no ha tenido el ritmo esperado: DANE. Recuperado de <https://larazon.co/monteria/recuperacion-del-empleo-en-monteria-no-ha-tenido-el-ritmo-esperado-dane/>

LARAZÓN.CO. (2023, abril 12). Así están Córdoba y Montería en el índice de competitividad regional. Recuperado de <https://larazon.co/cordoba/asi-estan-cordoba-y-monteria-en-el-indice-de-competitividad-regional/>

LARAZÓN.CO. (2024, septiembre 12). Informalidad laboral: el 58% de los trabajadores en Montería viven del rebusque. Recuperado de <https://larazon.co/monteria/informalidad-laboral-el-58-de-los-trabajadores-en-monteria-viven-del-rebusque/>

LARAZÓN.CO. (2024, septiembre 20). Auge de la construcción contribuyó a disminuir el desempleo. Recuperado de <https://larazon.co/monteria/auge-de-la-construccion-contribuyo-a-disminuir-el-desempleo/>

LARAZÓN.CO. (2024, septiembre 30). Montería: servicios y manufactura generan empleo mientras comercio y construcción retroceden. Recuperado de <https://larazon.co/temas-del-dia/monteria-servicios-y-manufactura-generan-empleo-mientras-comercio-y-construccion-retroceden/>

LARAZÓN.CO. (2024). Montería apunta a generar empleo rural para cumplir meta de 27,000 nuevos puestos. Recuperado de <https://larazon.co/monteria/monteria-apunta-a-generar-empleo-rural-para-cumplir-meta-de-27-000-nuevos-puestos/>

Observatorio Laboral y Ocupacional del SENA. (2020, diciembre). Informe del mercado laboral. Recuperado de https://observatorio.sena.edu.co/Content/pdf/MercadoLaboral_Diciembre2020.pdf

Perazzi, J. R. (2017). Análisis de la estructura del mercado laboral en Colombia: un estudio por género mediante correspondencias múltiples. Cuadernos de Economía, 40(113), 100-114. <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0210026616000224>

Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. (2013). Perfil productivo municipio Montería. Recuperado de https://issuu.com/pnudcol/docs/perfil_productivo_municipio_monter_

Torres Chols (2021). Consecuencias de la crisis financiera de 2008 en Colombia: Un análisis comparativo con América Latina de sus indicadores. Recuperado de <https://www.uexternado.edu.co/wp-content/uploads/2021/12/Consecuencias-de-la-crisis-financiera-de-2008-en-Colombia-Un-ana%CC%81lisis-comparativo-con-Ame%CC%81rica-Latina-de-sus-indicadores.pdf>

Telencuestas. (2021). Censos de población: Montería, Córdoba 2021. Recuperado de <https://telencuestas.com/censos-de-poblacion/colombia/2021/cordoba/monteria>

DESAFÍOS Y OPORTUNIDADES EN EL EMPRENDIMIENTO ESTUDIANTIL: UN ANÁLISIS CUANTITATIVO EN LA UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE NAYARIT. MÉXICO

Fecha de recepción: 05/11/2024 Fecha de aceptación: 02/01/2025

Jorge Luis Hernández Ulloa

Universidad Autónoma de Nayarit
Tepic, Nayarit. México
ORCID: 0000-0002-5102-6011

Heriberta Ulloa Arteaga

Universidad Autónoma de Nayarit
Tepic, Nayarit. México
ORCID: 0000-0002-8689-5786

Beatriz Rojas García

Universidad Autónoma de Nayarit
Tepic, Nayarit. México
Orcid: 0000-0002-2646-0676

Sara Lidia Gutiérrez Villarreal

Universidad Autónoma de Nayarit
Tepic, Nayarit. México
Orcid: 0000-0002-4963-2212

Héctor Vicente Cisneros Chávez

Universidad Autónoma de Nayarit
Tepic, Nayarit. México
ORCID: 0009-0007-0391-9097

Juan Antonio Nieves López

Universidad Autónoma de Nayarit
Tepic, Nayarit. México
ORCID: 0009-0008-9057-269X

María Asunción Gutiérrez Rodríguez

Universidad Autónoma de Nayarit.
Tepic, Nayarit. México
Orcid: 0000-0001-5961-7011

RESUMEN: Esta investigación explora los desafíos que enfrentan los estudiantes emprendedores en la Universidad Autónoma de Nayarit, México. Mediante un enfoque cuantitativo, se encuestó a 336 estudiantes de las licenciaturas en Contaduría y Administración. Los resultados revelan que la falta de financiamiento, la sobrecarga académica y la carencia de conocimientos empresariales son los principales obstáculos. Aunque el 80% de los proyectos están pausados o abandonados, la mayoría de los estudiantes mantienen una actitud positiva hacia el emprendimiento. Se recomienda desarrollar un ecosistema de apoyo integral que incluya acceso a financiamiento diversificado, programas de mentoría personalizados y fomento de emprendimientos en sectores tecnológicos e innovadores.

PALABRAS CLAVE. Emprendimiento estudiantil, ecosistema emprendedor, financiamiento, Innovación académica, desarrollo empresarial.

INTRODUCCIÓN

El emprendimiento estudiantil se ha convertido en un fenómeno de creciente importancia en el panorama económico y

educativo de México. Este auge refleja una tendencia mundial hacia la innovación y el autoempleo entre los jóvenes, particularmente en el ámbito universitario. Según Neri (2024), las universidades públicas en México son fundamentales para generar profesionistas capaces de influir en la estructura productiva del país. Este contexto resalta la necesidad de comprender mejor las dinámicas del emprendimiento estudiantil para diseñar políticas y programas de apoyo más efectivos en los ecosistemas académicos.

La presente investigación se enfoca en identificar los retos y obstáculos que enfrentan los estudiantes emprendedores durante la fase de desarrollo de su emprendimiento a negocio. La investigación se llevó a cabo en la Universidad Autónoma de Nayarit (UAN), específicamente en la Unidad Académica de Contaduría y Administración, proporcionando una visión detallada de la realidad emprendedora en una institución de educación superior mexicana. El análisis abarca diversos aspectos, desde las características demográficas de los emprendedores hasta los sectores de negocio más populares y los desafíos más significativos que enfrentan.

La relevancia de estos estudios se respalda en el creciente interés por el emprendimiento juvenil en México. Según datos del Instituto Nacional del Emprendedor (INADEM, 2018), el 43% de los emprendedores en México tienen entre 18 y 34 años. Este dato subraya la relevancia de entender y apoyar los emprendimientos dentro del ámbito universitario. No solo se presenta como una oportunidad para fortalecer el crecimiento económico del país, sino que también representa un desafío para las instituciones educativas que buscan fomentar el espíritu emprendedor entre sus estudiantes.

Se utiliza una metodología con enfoque cuantitativos. Para la recolección de datos, se aplicó un cuestionario estructurado dirigido a una muestra representativa de estudiantes. Este método proporciona una visión integral de la situación, cubriendo tanto las motivaciones iniciales de los emprendedores como los factores que inciden en el éxito o fracaso de sus proyectos. Los hallazgos revelan información relevante acerca de las necesidades en financiamiento, mentoría y capacitación empresarial entre los estudiantes emprendedores.

Enmarcamos un contexto más amplio de investigación sobre emprendimiento en México. Como se menciona en un artículo publicado en el portal “El economista” Lázaro, E. (2024), la necesidad de alinear las políticas educativas con las demandas del mercado laboral, lo que implica una colaboración efectiva entre instituciones educativas y el sector privado. Los hallazgos y recomendaciones derivados de esta investigación buscan contribuir a este esfuerzo colectivo (gobierno, sector privado y academia), proporcionando una base empírica para el diseño de políticas y programas que impulsen el emprendimiento estudiantil en México.

METODOLOGÍA

El presente estudio se centra en identificar los retos y obstáculos que enfrentan los estudiantes emprendedores durante la fase de desarrollo de su emprendimiento a negocio. Para ello, se utilizó un cuestionario con preguntas organizadas y de elección múltiple a un grupo de estudiantes de nivel universitario. Esta metodología cuantitativa es adecuada, pues permite la recolección de datos numéricos y objetivos que describen la realidad de los estudiantes que han emprendido un proyecto empresarial. El enfoque cuantitativo es secuencial y probatorio. Parte de una idea, que va acotándose y, una vez delimitada, se derivan objetivos y preguntas de investigación (Molina et al., 2021).

Población y muestra

La población objetivo del estudio está compuesta por 1025 estudiantes de las licenciaturas en Contaduría y Administración de la Unidad Académica de Contaduría y Administración de la Universidad Autónoma de Nayarit (UAN). Esta población se eligió debido a la relevancia de estas disciplinas en el campo del emprendimiento y la accesibilidad para los investigadores. Para determinar el tamaño de la muestra, se utilizó la fórmula de cálculo para poblaciones finitas propuesta por Cochran (1977), considerando un nivel de confianza del 95% y un margen de error del 5%. La aplicación de esta fórmula resultó en un tamaño de muestra requerido de 280 participantes. Sin embargo, anticipando posibles no respuestas o datos incompletos, se decidió aumentar el tamaño de la muestra en un 20%, resultando en una muestra final de 336 estudiantes.

La distribución de la muestra se realizó de manera proporcional al tamaño de cada estrato en la población, garantizando así la representatividad de todos los segmentos de la población estudiantil.

Instrumento

El cuestionario se segmentó en seis secciones que trataron aspectos demográficos, particularidades del proyecto de negocio, situación actual del proyecto, motivos de deserción o interrupción, respaldo y recursos, así como percepción y conocimiento.

La aplicación del cuestionario se realizó en línea, distribuyéndolo con el apoyo de los coordinadores de carrera y maestros de la Unidad Académica de Contaduría y Administración. Se enfatizó la naturaleza voluntaria de la participación y se aseguró a los estudiantes que sus respuestas serían anónimas y no afectarían de ninguna manera sus calificaciones o estatus académico.

Una vez obtenido los datos, se llevó a cabo la estructuración, organización y análisis mediante el uso de software estadístico especializado, como SPSS y Excel. Las respuestas abiertas fueron categorizadas en temas recurrentes, mientras que las respuestas cuantitativas fueron analizadas utilizando estadística descriptiva. Finalmente, se

realizaron pruebas de confiabilidad para asegurar la validez de los datos y se interpretaron los resultados para obtener conclusiones válidas que reflejen la situación actual de los estudiantes emprendedores.

ANÁLISIS DE RESULTADOS

A través de una encuesta exhaustiva, se recolectó información de estudiantes que participaron en proyectos de negocio (emprendimientos), incluyendo factores demográficos, académicos y particulares de sus proyectos empresariales. Los hallazgos muestran un escenario cambiante y complejo, en el que elementos como la edad, el género, la educación académica y el respaldo institucional desempeñan funciones vitales en el progreso y triunfo de las iniciativas de negocios estudiantiles.

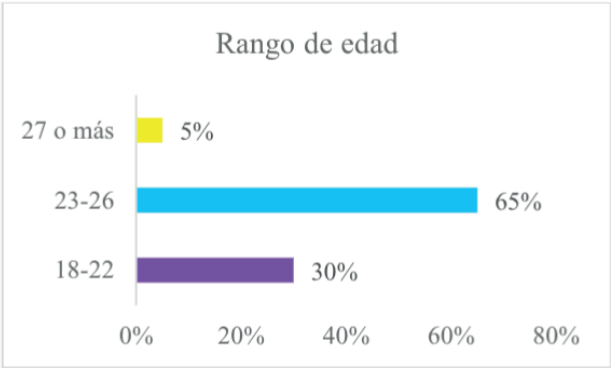


Gráfico 1. Rango por edad de los participantes

Fuente: elaboración propia

La mayoría de los participantes (65%) se encuentra en el rango de 23-26 años, lo que sugiere que el emprendimiento estudiantil es más común entre estudiantes de semestres. El 30% en el rango de 18-22 años indica un interés creciente en el emprendimiento desde etapas tempranas de la formación universitaria. Solo un 5% tiene 27 años o más, lo que podría reflejar una menor participación de estudiantes maduros o de doctorado en iniciativas emprendedoras.

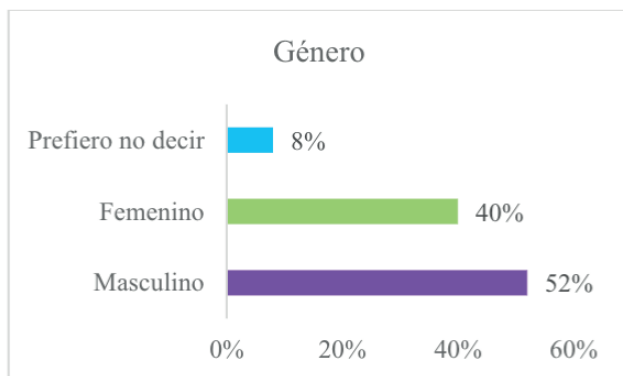


Gráfico 2. Distribución por género

Fuente: elaboración propia

Existe una ligera predominancia masculina (52%) en el emprendimiento estudiantil, aunque la participación femenina (40%) es significativa. El 8% restante, “prefiero no decir”, refleja una diversidad de género en la muestra. Estos datos sugieren que, si bien hay ciertas diferencias de género, no es tan pronunciada como en el emprendimiento general.

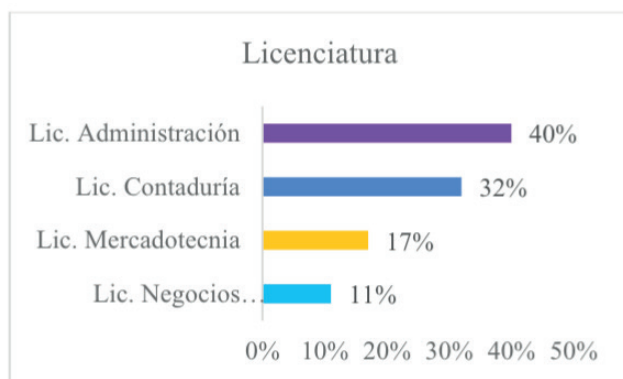


Gráfico 3. Distribución por licenciatura

Fuente: elaboración propia

La Licenciatura en Administración lidera con un 40% de los emprendedores, seguida de cerca por Contaduría con un 32%. Esto es lógico dado que estas carreras suelen enfocarse en habilidades empresariales. Mercadotecnia (17%) y Negocios internacionales (11%) también muestran una presencia significativa. Esta distribución sugiere que, aunque las carreras directamente relacionadas con negocios dominan, el espíritu emprendedor se extiende a través de diversas disciplinas.

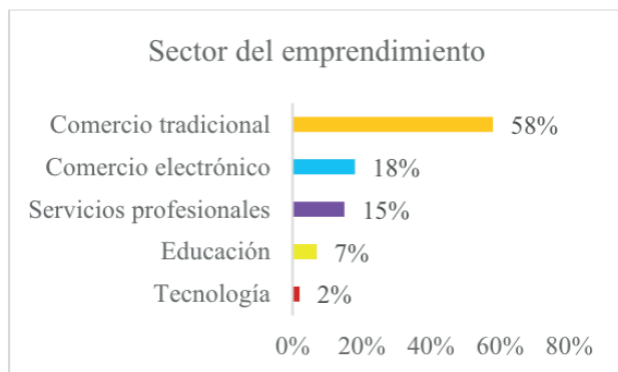


Gráfico 4. Sector del emprendimiento

Fuente: elaboración propia

El sector predominante entre los emprendedores es el comercio tradicional (compra y venta de productos), representando un 58%, lo que indica que la mayoría de los emprendimientos están enfocados en la compra y venta de productos físicos. El comercio electrónico sigue en importancia con un 18%, reflejando el crecimiento del mercado digital, mientras que los servicios profesionales ocupan el 15%, sugiriendo una menor, pero aún relevante, presencia de emprendimientos orientados a ofrecer servicios especializados.

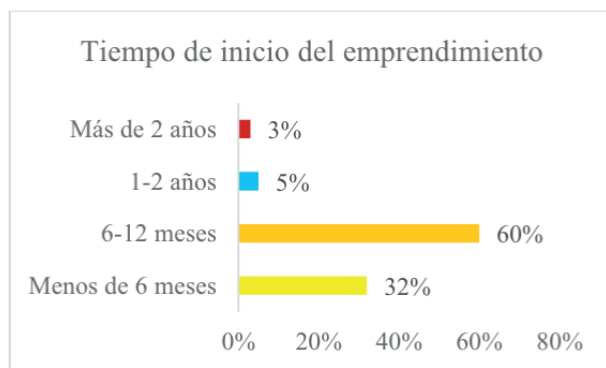


Gráfico 5. Tiempo de inicio del emprendimiento

Fuente: elaboración propia

La mayoría de los emprendimientos (60%) tienen entre 6-12 meses de antigüedad, lo que indica una fase relativamente temprana de desarrollo. Un 32% tiene menos de 6 meses, lo que sugiere un flujo constante de nuevos proyectos empresariales. Solo un 8% tiene más de un año, lo que podría reflejar los desafíos de mantener un emprendimiento a largo plazo mientras se estudia.

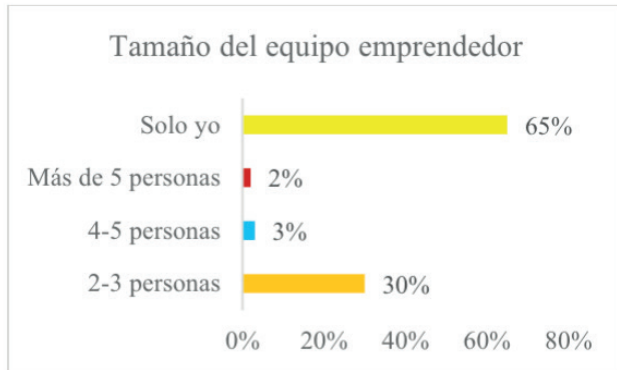


Gráfico 6. Tamaño del equipo emprendedor

Fuente: elaboración propia

Los equipos pequeños predominan, con un 45% de 2-3 personas y un 30% de emprendedores individuales. Esto sugiere una preferencia por estructuras ágiles y posiblemente refleja las limitaciones de recursos y tiempo de los estudiantes. Solo un 25% tiene equipos de 4 o más personas, indicando que los proyectos más grandes son menos comunes en el ámbito estudiantil.

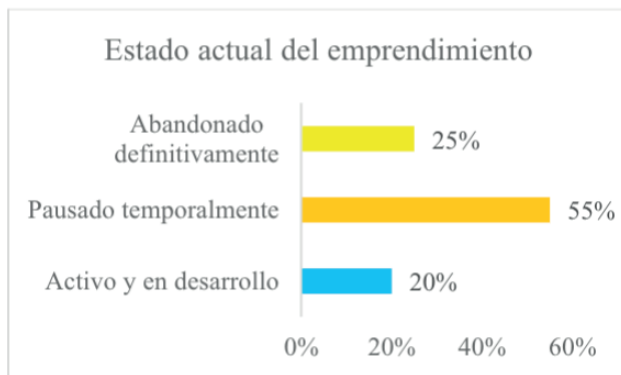


Gráfico 7. Estado actual del emprendimiento

Fuente: elaboración propia

El 55% de los proyectos están pausados temporalmente, lo cual no es nada alentador. Sin embargo, un 25% están abandonados definitivamente y un 20% están activos y en desarrollo. Esto resalta los desafíos significativos que enfrentan los emprendedores estudiantiles para mantener sus proyectos en marcha.

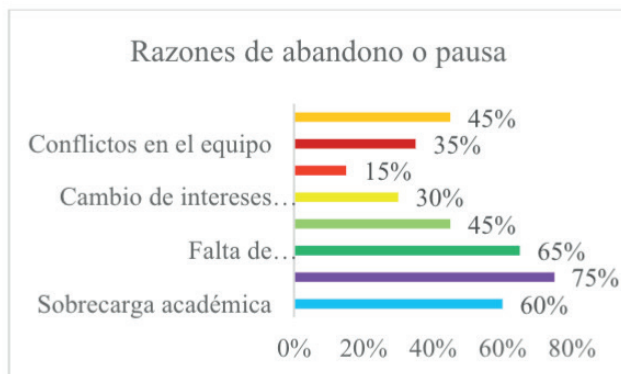


Gráfico 8. Razones de abandono o pausa

Fuente: elaboración propia

Los resultados de la tabla revelan que las principales dificultades que enfrentan los estudiantes emprendedores son la falta de financiamiento (75%), la sobrecarga académica (60%) y la carencia de conocimientos empresariales (65%), lo cual refleja una combinación de problemas financieros, académicos y de gestión. Otros factores importantes son la falta de mentoría adecuada (45%) y los problemas personales (45%), que también inciden en su desarrollo. Menos frecuentes, aunque no menos importantes, son los conflictos en el equipo (35%), los cambios en intereses o prioridades (30%) y la falta de apoyo institucional (15%), lo que evidencia que tanto factores externos como internos afectan sus desafíos

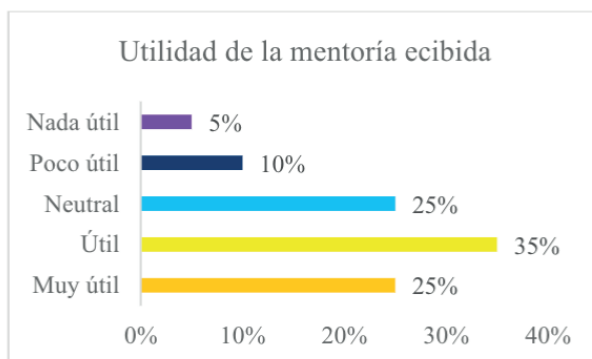


Gráfico 9. Utilidad de la mentoría recibida

Fuente: elaboración propia

El 60% de los que recibieron mentoría la consideraron útil o muy útil, lo que subraya el valor de estos programas. Sin embargo, un 25% la encontró neutral y un 15% poco o nada útil, sugiriendo que hay margen para mejorar la calidad y relevancia de algunos programas de mentoría.

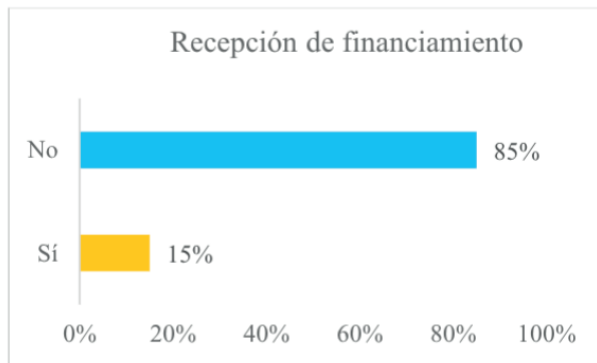


Gráfico 10. Recepción de financiamiento

Fuente: elaboración propia

Solo el 15% de los emprendimientos recibieron algún tipo de financiamiento, lo que destaca el área de oportunidad significativa en el apoyo financiero disponible para los emprendedores estudiantiles. Esto se alinea con la falta de financiamiento como una de las principales razones de abandono.

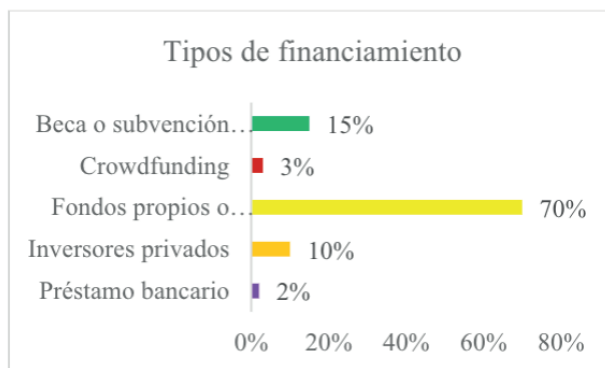


Gráfico 11. Tipos de financiamiento

Fuente: elaboración propia

Entre los financiamientos que se consideran, la gran mayoría (70%) dependió de fondos propios o familiares. Esto sugiere una falta de acceso a fuentes de financiamiento externas. Las becas o ayudas académicas (15%) e inversores privados (10%) tienen un rol menos significativo, en cambio, el crowdfunding y los créditos bancarios son alternativas poco empleadas.



Gráfico 12. Recursos adicionales deseados

Fuente: elaboración propia

El financiamiento (80%) y la mentoría (70%) son los recursos adicionales más solicitados, lo cual coincide con las principales causas de abandono. Asimismo, la formación en habilidades empresariales (65%) y un mayor respaldo institucional (55%) son altamente requeridos, señalando áreas fundamentales en las que las instituciones educativas podrían fortalecer su apoyo.

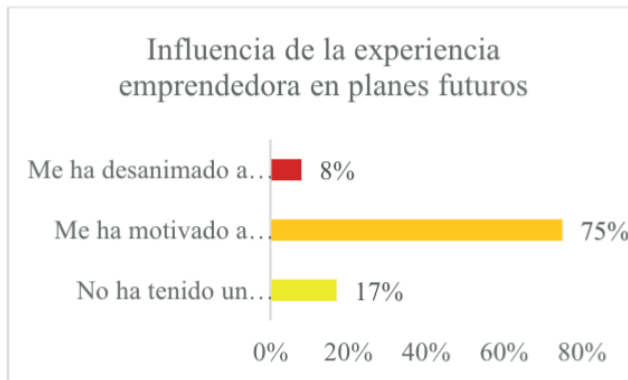


Gráfico 13. Influencia de la experiencia emprendedora en planes futuros

Fuente: elaboración propia

Es motivador observar que el 75% se siente incentivado a continuar con sus proyectos a pesar de los obstáculos. Esto indica que, a pesar de ser compleja, la experiencia suele ser positiva y educativa. Un 17% no sintió una influencia relevante, mientras que únicamente un 8% se sintió desmotivado, lo que sugiere que la experiencia emprendedora, incluso si no resulta exitosa, raramente desanima totalmente a los alumnos a contemplar el emprendimiento en el futuro.

CONCLUSIONES

El emprendimiento estudiantil enfrenta desafíos significativos, principalmente en términos de financiamiento y apoyo institucional. La mayoría de los proyectos se enfoca en el comercio tradicional, lo que indica una falta de adopción de tecnologías y modelos de negocio innovadores. Esta tendencia coincide con lo observado por Valdivia et al. (2019), quienes señalan que, aunque ha aumentado la actividad emprendedora, la documentación y el desarrollo de iniciativas innovadoras son limitados. Las universidades deben adaptarse a un entorno globalizado y que los recortes financieros han afectado su capacidad para fomentar la innovación.

La alta tasa de proyectos pausados o abandonados revela la necesidad urgente de un ecosistema emprendedor más amplio. La falta de financiamiento, la sobrecarga académica y la carencia de conocimientos empresariales se identificaron como los principales obstáculos. Esto refleja una desconexión entre la formación académica y las demandas prácticas del emprendimiento, un fenómeno también observado por Cobo y Alvares (2021) que mencionan “a pesar de los esfuerzos por integrar formación práctica en los programas académicos, muchos estudiantes todavía carecen de las competencias necesarias para enfrentar desafíos reales en el ámbito del emprendimiento, lo que refuerza la idea de una desconexión entre teoría y práctica”.

Pese a estos retos, resulta positivo que los universitarios se sientan incentivados a seguir con su emprendimiento. Esto indica que, a pesar de ser complicada, la experiencia se percibe como valiosa para su crecimiento profesional y personal. La necesidad de recursos extra como mentoría y formación en competencias empresariales señala una ruta definida para potenciar el respaldo a estos emprendedores.

RECOMENDACIONES

Es crucial desarrollar un ecosistema de apoyo más integral que incluya acceso a financiamiento diversificado, programas de mentoría personalizados y espacios de colaboración como incubadoras y aceleradoras dentro de las universidades. La colaboración con el sector privado y organismos gubernamentales podría ser clave para ampliar estos recursos.

Se recomienda fomentar la diversificación de los sectores de emprendimiento, con énfasis en tecnología y comercio electrónico. Como lo señalan Lozada et al. (2021) “Hay que desarrollar el conocimiento para adquirir habilidades para reconocer las oportunidades que se presentan en momentos determinados para desarrollar su negocio o su vida”. Esto podría lograrse mediante talleres especializados, hackatones y colaboraciones con empresas tecnológicas, ayudando a los estudiantes a alinearse mejor con las tendencias globales del mercado y aumentar sus posibilidades de éxito a largo plazo.

REFERENCIAS

Cobo Litardo, Elsy Teresa y Álvarez Cortes, Alexis Benancio. Formación de competencias en emprendimiento de la carrera gestión empresarial en la Universidad Técnica Estatal de Quevedo, Ecuador. Universidad y Sociedad [online]. 2021, vol.13, n.5, pp. 596-604. Epub 02-Oct-2021. ISSN 2218-3620.

Cochran, W. G. (1977). Muestreo y estimación. México: McGraw-Hill.

Echeita, G., & Serrano, G. (2019). Educación inclusiva: el sueño de una noche de verano. Octaedro.

Instituto Nacional del Emprendedor (INADEM). (2018). Diagnóstico 2018 del Fondo Nacional Emprendedor. <https://www.inadem.gob.mx/wp-content/uploads/2018/12/Informe-Rendici%C3%B3n-de-Cuentas-2013-2018-Firmado.pdf>

Lázaro, E. (2024, Septiembre 10). *Colaboración entre gobierno, sector privado y academia, clave para la industria de los estados*. El Economista. <https://www.eleconomista.com.mx/estados/Colaboracion-entre-gobierno-sector-privado-y-academia-clave-para-la-industria-de-los-estados-20240910-0137.html>

Lozada Almendariz, Fabián Enrique; Cedeño Coya, Jennifer Yuctemy; Chinga Muentes, Eder Israel y Miranda Flores de valgas, Teddy Xavier. factores que motivan el emprendimiento: nuevas tecnologías para dinamizar una economía social. rehuso [online]. 2021, vol.6, n.1, pp.77-86. epub 01-abr-2021. issn 2550-6587. <https://doi.org/10.5281/zenodo.5513102>

Neri Guzmán, Juan Carlos. (2024). Universidades públicas en México: análisis del emprendimiento. *Problemas del desarrollo*, 55(216), 141-167. Epub 21 de junio de 2024.<https://doi.org/10.22201/iiec.20078951e.2024.216.70026>

Sánchez Molina, Arturo Alexander, & Murillo Garza, Angélica. (2021). enfoques metodológicos en la investigación histórica: cuantitativa, cualitativa y comparativa. debates por la historia, 9(2), 147-181. epub 20 de junio de 2022.<https://doi.org/10.54167/debates-por-la-historia.v9i2.792>

Valdivia-Velasco, Magali, Coronado-Guzmán, Graciela y Aguilera-Dávila, Aída (2019). Emprendimiento en las universidades públicas mexicanas: Estudio bibliométrico-Entrepreneurship in Mexican public universities: Bibliometric study. Revista Venezolana de Gerencia, vol. 2, pp. 431-455, 2019. Universidad del Zulia.

EL “NEW MAINSTREAM QUEER CINEMA”: EL CINE LGBT - QUEER SALE DEL CLÓSET EN CARTELERAS Y STREAMING

Fecha de recepción: 11/11/2024 Fecha de aceptación: 02/01/2025

Gustavo Barrientos

RESUMEN: Desde el año 2020, se ha aumentado la presencia de narrativas LGBT+ - queer en películas y programas de televisión en streaming, lo que está ayudando en el mundo globalizado por redes sociales a reflejar una mayor aceptación social y valoración de la diversidad, esto ha creado una nueva corriente en el cine llamada “New Mainstream Queer Cinema”. Grandes empresas de entretenimiento y plataformas de streaming están comenzando a apoyar la creación de contenido queer, lo que amplía la visibilidad de estas historias a nivel global. A pesar de ello, persisten desafíos con respecto a la representación auténtica y diversa, y el cine independiente queer enfrenta dificultades debido a cuestiones de financiación y distribución. El escrito aborda la noción de “cine mainstream” como películas producidas por grandes empresas, con la finalidad de atraer a una amplia audiencia y generar beneficios económicos. Se introduce la idea del “cine queer” como una categorización que examina no solo la representación de personas LGBT+, sino también la

narrativa, la estética y la política de género y sexualidad en el cine. En síntesis, el artículo aborda de manera minuciosa la evolución del cine LGBT+ y queer, resaltando los progresos notables y los obstáculos continuos en la representación y visibilidad de la diversidad sexual y de género en la industria cinematográfica.

PALABRAS CLAVE: LGBT, Queer, Queer cinema, Cine, Películas comerciales

THE “NEW MAINSTREAM QUEER CINEMA”: THE LGBT - QUEER CINEMA COMES OUT TO BOX OFFICE AND STREAMING

ABSTRACT: Since 2020, the presence of LGBT+ - queer narratives in films and streaming television shows has increased, which is helping in the globalized world through social networks to reflect greater social acceptance and appreciation of diversity, this has created a new trend in cinema called “New Mainstream Queer Cinema”. Large entertainment companies and streaming platforms are beginning to support the creation of queer content, which expands the visibility of these stories globally. Despite this, challenges persist regarding authentic and diverse representation, and

independent queer cinema faces difficulties due to financing and distribution issues. The paper addresses the notion of “mainstream cinema” as films produced by large companies, with the aim of attracting a wide audience and generating economic benefits. The idea of “queer cinema” is introduced as a categorization that examines not only the representation of LGBT+ people, but also the narrative, aesthetics, and gender and sexuality politics in cinema. In summary, the article thoroughly addresses the evolution of LGBT+ and queer cinema, highlighting the notable progress and ongoing obstacles in the representation and visibility of sexual and gender diversity in the film industry.

KEYWORDS: LGBT, Queer, Queer cinema, Cinema, Mainstream films

INTRODUCCIÓN

La larga y complicada historia de la representación de la comunidad LGBT en el cine se remonta al comienzo de la industria cinematográfica. La película “Dickson Experimental Sound Film” de 1894 es frecuentemente mencionada como uno de los primeros ejemplos de contenido cinematográfico homoerótico: en este corto video, dos hombres bailan al son de un violín grabado. A pesar de que su principal propósito era exhibir la tecnología de sonido sincrónico, la relación entre estos hombres ha sido vista como una indicación temprana de la cercanía entre personas del mismo sexo. Según este experimento, la diversidad sexual en el cine ha progresado siguiendo las corrientes vanguardistas y periodos históricos del cine (Gubern, 2014).

Posteriormente, la representación LGBTIQ+ en las nacientes industrias cinematográficas se ha diversificado: se vio como algo *normalizada* en “Vingarne” (Dir. Mauritz Stiller, 1916); *travestida* en “La zia di Carlo” (Dir. Umberto Paradisi, 1913); *estereotipada* con los personajes “sissy” en “The Broadway Melody” (Dir. Harry Beaumont, 1929); *erotizada* en “Le Menage Moderne Du Madame Butterfly” (Dir. Bernard Natan, 1920); *bufona* en “Call Her Savage” (Dir. John Francis Dillon, 1932); o bien, *codificada* en “Wings” (Dir. William Wellman, 1927). La implementación del *Código Hays* en 1934 impuso una censura estricta sobre la representación de la sexualidad y la moralidad en el cine estadounidense, marcó el fin de este período relativamente abierto de exploración y codificación de temáticas LGBTIQ+ en el cine mundial. Hasta la década de 1960, la representación de personajes y relaciones sexodiversas fueron severamente restringidas, y muchas de las representaciones existentes fueron eliminadas o modificadas para cumplir con las normas de censura, limitando significativamente la visibilidad de la diversidad sexual y de género en la gran pantalla (Benshoff y Griffin, *Queer Images: A History of Gay and Lesbian Film in America*, 2005.).

La noción de “cine mainstream” se refiere a las producciones cinematográficas con amplia difusión que buscan atraer a un gran público. Suelen ser producidas por grandes empresas cinematográficas y se caracterizan por seguir convenciones y estructuras narrativas que resultan atractivas para el público en general (Diccionario Inglés Collins,

2024). Abordan temas populares, aspiran a incrementar sus ganancias y típicamente siguen estructuras narrativas y estéticas clásicas bien recibidas por la audiencia en general. La declaración de que la aparición de una fase inicial del cine mainstream LGBTQ+ se produjo en películas como “Rebel Without a Cause” (Dir. Nicholas Ray, 1956), y se prolongara hasta “The Boys in the Band” (Dir. William Friedkin, 1970), es algo que merece ser reconocido y valorado. Durante este período, el cine en los Estados Unidos y algunos países de Europa comenzaron a tratar temas y personajes LGBT de forma más directa, aunque con diferentes niveles de representación y discusión. Durante la década de 1960, la liberación del código permitió una mayor expresión artística y una representación más inclusiva de la diversidad sexual. (Hadleigh, 1993).

El cine LGBTQ+ se enfoca en una audiencia variada que puede identificarse con los personajes sin importar su orientación sexual; la orientación sexual de los creadores suele tener un efecto, pues están contadas bajo una visión cegada (como por ejemplo, cuando un director heterosexual escribe sobre una pareja lésbica, lo hará bajo su fetichización y deseo, no como lo haría una directora lésbica, bajo su experiencia). La mayoría de las películas son respaldadas financieramente, tienen una amplia distribución, son fáciles de proyectar, incluyen actores famosos y son reconocidas por el público con facilidad. A la industria le interesa llegar a más lugares para atraer a un público más amplio, por lo que permite a los creadores usar la diversidad sexual en sus contenidos para generar interés, humor, exageración, drama, y en ocasiones, de manera poco honesta. Algunas de estas películas consiguen ser exitosas en recaudación. Grandes empresas de cine eligen a actores heterosexuales para los papeles sexodiversos principales en estas películas, provocando así un conflicto de representación.

Susan Hayward ha jugado un papel importante en la formación del cine queer al definirlo como un movimiento y categoría crítica que no se enfoca únicamente en películas con personajes LGBT, sino que también analiza la narrativa, la estética y la política de representación sexual y de género. El enfoque de Hayward destaca cómo el cine queer no solo aborda la representación de personajes y relaciones queer, sino que también cuestiona y transforma las convenciones tradicionales de género y sexualidad en su estilo y tema. (Hayward, 2013). Entonces, se puede apreciar el cine queer como una forma de comunicar y mostrar la cultura que se enfoca en las vivencias y puntos de vista de la comunidad LGBTQ+. Este tipo de cine no sólo pretende reflejar la vida y las luchas de estas comunidades, sino que también desafía las normas y convenciones establecidas tanto en el cine como de la sociedad. En muchas ocasiones, la comunidad LGBTQ+ crea cine queer, dirigido exclusivamente para la misma comunidad LGBTQ+. La cinematografía queer suele ser compartida en plataformas digitales especializadas y se presenta en festivales de cine LGBTQ+ - Queer, con una exhibición comercial muy restringida. El cine queer apunta a una audiencia particular con vivencias y entornos parecidos, en contraste con el cine comercial que busca captar a un público variado y extenso. Normalmente

es visto como un cine que desafía, cuestiona, confronta, es original y va en contra de lo establecido, reivindicando la diversidad y la resistencia de la comunidad LGBTIQ+ y siendo una herramienta para una representación más veraz e innovadora.

El surgimiento del *New Queer Cinema* en los años 90 fue fundamental para la inclusión de la comunidad LGBTTIQ+ en la cinematografía. En 1992, B. Ruby Rich inventó esta expresión en una publicación de Reino Unido titulada *Sight & Sound*. Rich notó una nueva tendencia en el cine a partir de las películas queer presentadas en festivales de 1991, las cuales se caracterizaban por su valentía, capacidad de provocar y enfoque en la diversidad sexual y de género, desafiando las normas del cine convencional. Algunos de estos filmes fueron “Young Soul Rebels” (Dir. Isaac Julien, 1991), “Poison” (Dir. Todd Haynes, 1991) y “Swoon” (Dir. Tom Kalin, 1992) (British Film Institute, 2017).

La película “Brokeback Mountain” (2005), bajo la dirección de Ang Lee, representó un hito en la representación de relaciones homosexuales en el cine comercial. La pieza es significativa por su habilidad de combinar el “cine LGBT” y el “cine queer”, atrayendo a un amplio público, incluso más allá de la comunidad LGBTIQ+; es crucial en la aceptación de las relaciones homosexuales en el cine comercial al mostrar personajes gay como individuos complejos y auténticos; permite al público identificarse con los personajes sin importar su orientación sexual; fue elogiada por la crítica y obtuvo tres premios Oscar; desafía las concepciones tradicionales sobre la masculinidad y ofrece una imagen positiva y desafiante de la comunidad LGBTIQ+. Esta intersección apoya la identidad y la cultura gay al celebrar la variedad y resistir la injusticia y promover la aceptación y la comprensión homosexual. La película ayudó a popularizar las historias LGBTIQ+ en el cine comercial, permitiendo que otros directores traten estos temas sin miedo a la censura o la falta de apoyo. (Patterson, 2008).

HACIA UNA REPRESENTACIÓN MÁS EQUITATIVA: EL CINE LGBTTIQ+ / QUEER DESDE MOONLIGHT (2016) HASTA EL COVID-19

Después de la repercusión de “Brokeback Mountain” (2005), la visibilidad y aceptación del cine LGBTIQ+ - Queer experimentaron un cambio significativo, han seguido avanzando y siendo apreciadas cada vez más, tanto en su recepción crítica como en su éxito de taquilla, pasando por la biopic “Milk” (Dir. Gus Van Sant) en 2008, hasta el sorprendente triunfo de “Moonlight” (Dir. Barry Jenkins) a Mejor Película en los Premios Oscar en 2016. Además, las películas mainstream ahora presentan más tramas LGBTIQ+, en general, ha suscitado en las industrias cinematográficas una actitud más positiva y respetuosa hacia la variedad de orientaciones sexuales y de género, por lo que ha motivado a las productoras a incrementar sus recursos en obras que traten temas de diversidad e inclusión para atraer el “dinero rosa”. Sin embargo, a pesar de los avances, muchas películas LGBTIQ+ - Queer aún han enfrentado desafíos para su distribución y llegar a un público amplio, principalmente en países conservadores. Aunque ha habido avances significativos,

sigue siendo necesario garantizar una representación más equitativa y justa de todas las identidades en la comunidad LGBTIQ+, como hombres y mujeres transgénero, no binarios, de diversas etnias, y/o de diferentes capacidades físicas e intelectuales. (Lonac, 2022).

Varios festivales de cine LGBTIQ+ - Queer que surgieron en los ochentas y noventas se han popularizado y fortalecido como referentes, como el Frameline en San Francisco, Outfest en Los Ángeles y el Festival de Cine LGBT de Londres, además de la formación de nuevos festivales LGBTIQ+ - Queer en diferentes lugares con cinematografías en vías de desarrollo. Estos eventos no solamente muestran películas LGBTIQ+, sino que también posibilitan que directores de cine, distribuidores y críticos se encuentren y trabajen juntos. Las plataformas de transmisión como Netflix, Amazon Prime y servicios especializados como Revry han eliminado las barreras geográficas y han hecho que las películas LGBT+/queer sean más accesibles a un público más grande.

Sin embargo, solo 5% de las películas producidas y realizadas a nivel mundial entre 2000 y 2020 abordan temas LGBTIQ+ - Queer, y de éste pequeño porcentaje, solo el 2% (entendiendo al 5% como una totalidad) llega a la pantalla global, lo que revela una gran disparidad en su difusión y disponibilidad¹. La preferencia de los grandes estudios cinematográficos por proyectos más rentables económicamente limita la inversión y distribución de películas con temáticas LGBTIQ+ - Queer. En países como Rusia, Turquía, Egipto, Georgia, con posturas conservadoras sobre diversidad sexual y de género, los contenidos son vetados o no pueden ser visualizados, lo que limita su difusión y accesibilidad. Como se han apreciado en los análisis que año con año realiza GLAAD, las películas LGBTIQ+ - Queer suelen carecer de suficientes recursos de marketing para llegar a una audiencia más grande, lo que reduce su visibilidad y su éxito en la taquilla. Sin embargo, el auge de plataformas de streaming ha resultado en mejores opciones de contenido, lo que facilita que las películas LGBTIQ+ - Queer de diferentes latitudes se destaquen y sean vistas por el público.

DEFINIENDO EL “*NEW MAINSTREAM QUEER CINEMA*”.

Entre 2020 y 2024, se ha observado un notable aumento en la representación de la comunidad LGBTIQ+ en películas y series de televisión, creando lo que denomino el “*New Mainstream Queer Cinema*”. Esta idea se refiere al crecimiento en la representación y importancia de historias LGBT+ en producciones reconocidas y ampliamente vistas, las cuales han sido bien aceptadas por críticos y audiencias a partir del año 2020, ya que la pandemia COVID-19 fomentó el desarrollo de plataformas en línea, tanto de streaming como de entretenimiento (Tik tok). El aumento de las producciones mainstream con temática LGBTIQ+ - Queer refleja no solamente una mayor acogida en la sociedad, sino también

¹ Datos obtenidos a partir de un fichaje realizado en mi tesis de doctorado. (Barrientos Lazcano, «Otras Miradas: El Cine Queer / LGBT+ Como Industria, Arte Y Lenguaje», 2024).

la apreciación de la diversidad sexual como un factor fundamental en el entretenimiento contemporáneo. Este concepto incluye películas LGBT+ y queer que combinan ambas corrientes y que fueron impulsadas por la popularidad de sus actores y la preocupación por representar problemáticas queer de forma cercana e integradora.

Grandes estudios de cine como Universal, Warner Bros. y Searchlight Pictures han invertido en la realización de películas LGBTIQ + Queer, señalando así un cambio significativo en la industria. El aumento de servicios de transmisión como Netflix, Amazon Prime, Mubi, Max y Disney+ ha permitido que estos contenidos estén disponibles para una audiencia global, que permite conocer diferentes experiencias LGBT+/queer, resaltando no solo los desafíos o rechazos, sino también la apreciación de las relaciones y la identidad.

Las redes en línea, especialmente TikTok, han desempeñado un papel fundamental en promover la aceptación y difusión de historias LGBTIQ+, llegando a una amplia audiencia joven. Las comunidades en línea han creado lugares de apoyo y promoción para producciones audiovisuales queer, lo que ha aumentado el interés en este contenido. Podríamos aplicar la teoría de Bolter y Grusin (1999) entendiendo que hoy en día existe una audiencia remediada, es decir, mediatizada e imbricada con su identidad y sus redes sociales, así miembros de la comunidad LGBTIQ+ encuentran en plataformas como TikTok, Instagram, X y Facebook espacios donde crear comunidad y al consumir productor digitales LGBTIQ+ - Queer construir su yo digital y mediatizado.

La difusión de contenidos LGBTIQ+ en los medios tradicionales ha ayudado a visibilizar una variedad de identidades y orientaciones sexuales, resultando en un incremento de la tolerancia social. El reciente éxito de estas películas ha permitido a los cineastas y actores LGBT+ contar sus propias historias y crear sus propias representaciones de manera independiente. Los relatos queer abarcan una amplia gama de géneros y argumentos, desde comedias y romances hasta dramas y thrillers, reflejando la diversidad de experiencias humanas. Igualmente, las series “Sex Education” (2019–2023) y “Heartstopper” (2022–presente) han motivado en los últimos años a los jóvenes a explorar más contenido LGBTIQ+ - Queer al mostrar representaciones positivas, diversas y esperanzadoras.

REPRESENTANTES IMPORTANTES DEL “NEW QUEER MAINSTREAM CINEMA”

Dentro de esta nueva categoría de cine LGBTIQ+ - Queer encontramos a “Happiest Season” (2021), una comedia romántica navideña dirigida por la actriz Clea Duvall con una representación lésbica positiva; “The Power of the Dog” (2022), por la que Jane Campion resultó ganadora del Oscar a Mejor Director, western que explora la masculinidad y la represión sexual; “Fire Island” (2022), una adaptación libre de la novela “Orgullo y prejuicio” en el contexto gay de Fire Island, dirigida por Andrew Ahn; “Bros” (2022), comedia romántica dirigida por Nicholas Stoller y coescrita y protagonizada por Billy Eichner, un romance gay moderno con las preocupaciones de un hombre de mediana edad, producida

pornun gran estudio (Universal Pictures); “My Fake Boyfriend” (Dir. Rose Troche, 2022), una comedia romántica que narra la historia de un joven que, tras una dolorosa separación, opta por crear un novio ficticio con la colaboración de sus amigos para no regresar con su ex pareja; “Spoiler Alert”, película dirigida por Michael Showalter en 2022 que se inspira en la historia de amor y tragedia de una pareja gay cuando uno de ellos enfrenta una enfermedad terminal, según los recuerdos de Michael Ausiello.

“Red, White & Royal Blue” (2023), adaptación producida por Prime de la novela homónima entre el hijo de la presidenta de Estados Unidos y un príncipe británico; “All of Us Strangers” (2023), dirigida por el cineasta y guionista gay Andrew High sobre un hombre que se reencuentra con sus padres fallecidos mientras reflexiona sobre su vida y relaciones; “Cassandro” (2023), un biopic sobre el luchador mexicano gay Saúl Armendáriz, dirigida por Roger Ross Williams y protagonizada por Gael García Bernal, destaca su lucha por desafiar las normas de género y homofobia en la lucha libre; “Rotting in the Sun” (2023), dirigida por Sebastián Silva, una comedia negra sobre la romantización y fetichización de las identidades homosexuales; “Passages” (2023), dirigida por el cineasta abiertamente gay Ira Sachs, es un drama íntimo que sigue la historia de un triángulo amoroso entre un director de cine, su marido y una joven con la que inicia una aventura, cuestionando las complejidades de deseo, compromiso y relaciones dentro de un contexto queer; “Aristotle and Dante Discover the Secrets of the Universe “ (Dir. Aitch Alberto, 2023), adaptada de la novela de Benjamín Alire Sáenz, sigue la historia de dos jóvenes mexicano-americanos que forjan una cercana amistad y exploran su identidad sexual en los años 80; “Good Grief” (Dir. Dan Levy, 2024) es una comedia dramática sobre un hombre que, tras la pérdida de su marido, emprende un viaje de autoconocimiento y curación emocional; “Love Lies Bleeding” (Dir. Rose Glass, 2024) es un drama psicológico que analiza la relación obsesiva entre una culturista y su entrenadora; entre otras.

ESTÉTICAS Y NARRATIVAS DEL “*NEW MAINSTREAM QUEER CINEMA*”

En los últimos años, la estética queer ha dado mayor importancia a la diversidad y al cambio de identidades. La televisión y el cine han evolucionado de representaciones fijas de género y sexualidad a otras más flexibles y complejas: Películas como “The Power of the Dog” (2022), “Spoiler Alert” (2022), “All of Us Strangers” (2023), “Good Grief” (2024) y “Love Lies Bleeding” (2024) exploran relaciones y temas identitarios desafiantes, resaltando las profundidades emocionales y psicológicas de sus personajes; ciertas películas desafían las narrativas convencionales con estructuras no lineales y tramas fragmentadas, desafiando así las normas tradicionales de género y sexualidad: “Rotting in the Sun” (2023) y “Passages” (2023) emplean enfoques narrativos únicos para enfatizar la diversidad y complejidad de las vidas queer; también se destacan por la deconstrucción de aspectos culturales predominantes y la apropiación de símbolos, idiomas y tradiciones, como una

manera de dar voz a los marginados, en “Fire Island” (2022) se reimagina la historia clásica de “Pride and Prejudice” en un contexto gay moderno, utilizando un marco establecido para explorar las experiencias queer; películas queer actuales se enfocan en las voces de la comunidad LGBTQ+ que muchas veces son pasadas por alto, como minorías raciales, personas no conformes con el género y aquellos de varios orígenes socioeconómicos, “Cassandro” (2023) es un ejemplo de una obra que explora la intersección entre identidad, raza y cultura queer, compartiendo narrativas que usualmente no tienen un alcance comercial. La teatralidad, la extravagancia y la exageración son elementos característicos del camp, presentes en “Happiest Season” (2021), “Bros” (2022), “My Fake Boyfriend” (2022), “Red, White & Royal Blue” (2023) y “Aristotle and Dante Discover the Secrets of the Universe” (2023), los cuales usan esta estética para añadir humor y sarcasmo a sus tramas, cuestionando las convenciones culturales de manera sincera y consciente, y exponiendo la ridiculidad de la heteronormatividad.

LIMITANTES DEL “NEW MAINSTREAM QUEER CINEMA”

Incluir múltiples narrativas y personajes LGBTQ+ en películas mainstream mejora la representación de la comunidad y cuestiona las historias estereotipadas y simplistas. El éxito de estas películas abre nuevas oportunidades para los cineastas LGBTQ+, permitiéndoles contar sus historias de manera auténtica y llegar a recursos y plataformas antes más difícil de alcanzar. Al observar sus experiencias representadas en la pantalla, las personas LGBTQ+ pueden encontrar consuelo, validación y una mayor comprensión de su identidad y vivencias. A pesar de la creciente visibilidad, hay un peligro de que las historias queer en el cine mainstream se vuelvan convencionales para atraer al público, perdiendo su autenticidad y carácter radical. A pesar de avanzar, las películas independientes queer todavía enfrentan desafíos en financiamiento y distribución, limitando la diversidad de voces y narrativas accesibles al público. Las plataformas de streaming y las principales compañías que distribuyen películas generalmente respaldan proyectos que garantizan un rendimiento financiero significativo. Los artistas famosos de la comunidad LGBTQ+ respaldados por grandes empresas tienen más posibilidades de obtener fondos y promoción para sus trabajos, como en el caso de Eric Eichner que logró producir “Bros” (2022) con un guión escrito por él sobre sus experiencias homosexuales.

Las producciones independientes LGBTQ+ - Queer pueden ser eclipsadas por contenidos comerciales debido a la falta de recursos para competir por espacio en las carteleras y plataformas de streaming, podrían verse relegadas a festivales y plataformas alternativas si no tienen acceso a los canales de distribución principales, lo que disminuye su visibilidad y alcance ante un público más amplio. Normalmente, los proyectos empresariales siguen directrices probadas que se adaptan a las expectativas del mercado. Esto podría llevar a que todas las historias queer terminen por cumplir ciertos parámetros,

enfocándose en argumentos y personajes que sean más fáciles de entender para todo el mundo, disminuyendo la variedad y autenticidad en las representaciones. Muchas veces, las películas comerciales no se centran en contar historias queer de personas de distintas culturas, clases sociales, con diferentes capacidades físicas, orientaciones sexuales diversas como la asexualidad o la pansexualidad, o identidades de género no binarias, pues prefieren narrativas universales o que consideran más seguras para el mercado.

A menudo, los contenidos LGBTQ+ comerciales estrenados en el mundo evitan tratar temas controvertidos o radicales que podrían ser rechazados por algunos sectores del público o provocar una respuesta desfavorable. Esto puede limitar la habilidad de los artistas para abordar temas complicados y cuestionar las normas sociales y culturales establecidas. Las historias diferentes o extremas, generalmente creadas por personas independientes, tienen dificultades para ser financiadas, realizadas y difundidas, lo que resulta en su poca presencia en la cultura popular. Las películas queer independientes necesitan festivales de cine especializados u otros métodos de distribución para ser vistas, limitando así su alcance y audiencia potencial. El público puede pasar por alto las películas si no cuentan con una campaña de marketing sólida, lo que limita su impacto y eficacia en contraste con las producciones comerciales que son más promocionadas. La presión de crear contenido comercial puede llevar a la falta de autenticidad en las historias y experiencias queer, dando prioridad a narrativas más comerciales y menos polémicas. La saturación de contenidos comerciales puede limitar la libertad de la comunidad queer para explorar diversos temas y experiencias, reduciendo así el espacio para la innovación y la experimentación en la narrativa. Numerosos desafíos particulares que enfrenta la comunidad queer, como la discriminación interseccional, la violencia sistémica y la exclusión socioeconómica, podrían no ser debidamente representados o pasados por alto si no son respaldados y presentados por medios comerciales.

Aparte de esto, es importante recordar los desafíos de representación en películas comerciales que tratan temas de diversidad sexual: personajes LGBTQ+ / queer a menudo son relegados a roles secundarios, representados de manera trágica, estereotipada o fetichizada, o suavizados para mayor aceptación comercial. Frecuentemente, las identidades intersexuales, asexuales y no binarias han sido ignoradas o representadas de forma incorrecta, lo que ha causado que permanezcan invisibles. Jones y Juett (2010) mencionan que en la industria cinematográfica, el “queerface” sucede con actores heterosexuales interpretando roles LGBTQ+, mientras que el “transface” ocurre con intérpretes cisgénero en papeles transgénero, reflejando una falta de auténtica representación. Utilizan tácticas como el “pinkwashing” para mostrar cómo el cine y las marcas explotan de manera superficial a la comunidad LGBTQ+ sin un compromiso genuino. (Schulman, 2011), alternatively, pueden generar un pánico hacia la diversidad al difundir contenidos que promuevan la homofobia, el odio y el miedo hacia la comunidad LGBT (Kerwin, 2023). En las películas comerciales, el male gaze, la representación de la heterosexualidad y

el énfasis en la masculinidad pueden distorsionar o perjudicar la representación de las identidades queer. (Mulvey, 2009). La prohibición en ciertos países ha llevado a que ciertos personajes sigan siendo codificados, lo que permite que la audiencia interprete la variedad de los personajes. Por otro lado, el *queerbaiting* sigue siendo un problema al sugerir la inclusión de personajes LGBTQ+ en importantes proyectos, solo para descubrir que era solo una estrategia publicitaria. (Mitchell and Mitchell, 2023). Tropos, clichés y tragedias comunes en el cine continúan perpetuando estereotipos y restringen una representación justa de la comunidad LGBTQ+.

CONCLUSIONES

Recientemente, se ha observado un avance destacado en el “New Mainstream Queer Cinema” con un incremento significativo en la representación y visibilidad de la comunidad LGBTQ+ en películas y programas de televisión. Este movimiento reciente no solo ha aumentado la presencia de narrativas queer en producciones de renombre, sino que también ha cambiado la opinión pública al mostrar historias diversas que celebran auténticamente la identidad y las relaciones LGBTQ+ de una manera inclusiva. Gracias a la colaboración de destacados estudios y plataformas de distribución, el contenido queer se ha difundido a nivel global, promoviendo así la comprensión y aceptación de las vivencias LGBTQ+ en diferentes sociedades. Sin embargo, estos avances presentan retos. Incluir historias queer en películas comerciales puede perder autenticidad al adaptarse al mercado, poniendo en riesgo la diversidad de estas narrativas, a pesar de los beneficios que podría traer. Las películas queer independientes continúan enfrentando dificultades para obtener financiamiento y ser lanzadas, lo que limita la variedad de perspectivas y vivencias presentes en la pantalla. Es crucial que la industria continúe promoviendo la diversidad en la representación y evite la perpetuación de clichés o estereotipos que distorsionen la autenticidad de las historias LGBTQ+.

Es probable que en los años venideros el “New Mainstream Queer Cinema” siga expandiéndose y consolidándose como una fuerza importante en la industria del entretenimiento. Se anticipa que las plataformas de streaming continuarán teniendo un papel importante en la promoción de contenidos queer, ofreciendo a espectadores de todo el mundo la posibilidad de disfrutar de una amplia gama de historias que reflejan la diversidad de la comunidad LGBTQ+. Dado el mayor apoyo de las productoras y la creciente aceptación de contenidos queer entre los jóvenes, es posible que veamos un aumento en la producción y difusión de películas y series que busquen explorar nuevas perspectivas y experiencias en la comunidad. Es de suma importancia que la industria del cine y la televisión se dedique a representar de forma auténtica y variada las identidades y vivencias queer, incluyendo aquellas que han sido pasadas por alto en el cine comercial como minorías étnicas, discapacitadas, religiosas, asexuales, no binarias, entre otras. Esto

implica no solo promover la elaboración de historias más variadas e inclusivas, sino también apoyar a cineastas y actores LGBTIQ+ para que cuenten sus propias vivencias desde una perspectiva genuina. Es crucial abordar y superar los desafíos en la representación de identidades menos conocidas, como personas intersexuales, asexuales y no binarias, para garantizar una representación justa y completa de la comunidad LGBT+ en todos los ámbitos de la industria del cine y la televisión. Se espera que en un futuro cercano, el cine queer continúe siendo un medio poderoso para visibilizar y representar a la comunidad LGBTIQ+, desafiando normas culturales y sociales, promoviendo mayor aceptación y comprensión en la sociedad. Con un firme compromiso hacia la inclusión y la autenticidad, el “New Mainstream Queer Cinema” podría seguir transformando la narrativa de la industria cinematográfica y televisiva al representar la diversidad y complejidad de la humanidad.

REFERENCIAS

Fuentes consultadas

British Film Institute. “New Queer Cinema I Sight & Sound,” June 25, 2017. <https://www2.bfi.org.uk/news-opinion/sight-sound-magazine/features/new-queer-cinema-b-ruby-rich>.

Kerwin, Alfredo. “El Gay Panic, La Tendencia Homófoba Que Busca Cada Vez Más Apoyos.” *CromosomaX*, January 13, 2023. <https://www.cromosomax.com/el-gay-panic-la-tendencia-homofoba-que-busca-cada-vez-mas-apoyos>.

Lonac, Susan. «The Mainstreaming Of American Queer Cinema». *Canadian Review Of American Studies* 52, n.o 2 (1 de julio de 2022): 153-68. <https://doi.org/10.3138/cras-2021-013>.

“MAINSTREAM CINEMA Definición Y Significado I Diccionario Inglés Collins.” In *Collins Dictionaries*, June 24, 2024. <https://www.collinsdictionary.com/es/diccionario/ingles/mainstream-cinema>.

Mitchell, Bea, and Bea Mitchell. “Queerbaiting: What Is It and Why Is It a Problem?” *PinkNews I Latest Lesbian, Gay, Bi and Trans News I LGBTQ+ News*, June 5, 2023. <https://www.thepinknews.com/2018/02/26/what-is-queerbaiting-everything-you-need-to-know/>.

Schulman, Sarah. “Opinion I ‘Pinkwashing’ and Israel’s Use of Gays as a Messaging Tool.” *The New York Times*, November 23, 2011. <https://www.nytimes.com/2011/11/23/opinion/pinkwashing-and-israels-use-of-gays-as-a-messaging-tool.html>.

Bibliografía

Barrientos Lazcano, Gustavo Daniel. «Otras Miradas: El Cine Queer / LGBT+ Como Industria, Arte Y Lenguaje». Tesis de Doctorado, Centro de Cultura Casa Lamm, 2024.

Benshoff y Griffin, *Queer Images: A History of Gay and Lesbian Film in America* (Rowman & Littlefield Publishers, 2005).

Gubern, Román. *Historia del Cine*. Barcelona eBooks, 2014. <http://200.2.15.132/handle/123456789/33971>.

Hadleigh, Boze. *The Lavender Screen: The Gay and Lesbian Films: Their Stars, Makers, Characters, and Critics*. Carol Publishing Corporation, 1993.

Hayward, Susan. *Cinema Studies: The Key Concepts*. Routledge, 2013.

Jones, David, y JoAnne C. Juett. *Coming Out To The Mainstream: New Queer Cinema in the 21st Century*. Cambridge Scholars Publishing, 2010.

Mulvey, Laura. *Visual And Other Pleasures*. Palgrave MacMillan, 2009.

Patterson, Eric. *On Brokeback Mountain: Meditations about Masculinity, Fear, and Love in the Story and the Film*. Lexington Books, 2008.

EL PODER JUDICIAL Y SUS POSIBLES APORTES PARA LA DISMINUCIÓN DEL CRIMEN ORGANIZADO EN ECUADOR

Fecha de recepción: 12/11/2024 Fecha de aceptación: 02/01/2025

Francisco Javier Merino Ajila

RESUMEN: El crimen organizado y la violencia entre bandas son fenómenos internacionales que pueden surgir en cualquier país y Ecuador actualmente se enfrenta a una crisis producto de la presencia de bandas locales e internacionales. Dado que en los últimos años el Estado ha reconocido la gravedad que representan al amenazar la seguridad y paz pública se han promulgado leyes específicas para combatirlos, así como reestructuraciones en el sistema judicial que buscan una reducción significativa del crimen organizado. En este artículo se exponen las dificultades que enfrenta el Poder judicial para abordar adecuadamente al crimen organizado y los resultados que ha obtenido a través de los últimos años.

PALABRAS CLAVE: Crimen organizado, poder judicial, crisis

THE JUDICIAL POWER AND ITS POSSIBLE CONTRIBUTIONS TO THE REDUCTION OF ORGANIZED CRIME IN ECUADOR

ABSTRACT: Organized crime and gang violence are an international phenomenon that can arise in any country and Ecuador is currently facing a crisis due to the presence of local and international bands. In the last few years, the Government has recognized the severity of the threat they represent to public security and peace, and has implemented specific laws to combat them, as well as reforms in the judicial system that aim to significantly reduce organized crime. This article discusses the difficulties faced by the judicial system in dealing appropriately with organized crime and the results it has obtained over the last few years.

KEYWORDS: Organized crime, justice system, crisis

INTRODUCCIÓN

Los desafíos que presenta el crimen organizado en los países son una de las mayores preocupaciones en el planeta. La actividad de estos numerosos grupos

criminales implica un aumento en la inseguridad de los países que se cimienta en la acumulación de poder y recursos económicos a los que acceden a través de acciones ilegales. La expansión resulta preocupante y cada vez es más difícil abordar aisladamente el problema debido a su carácter internacional que limita a las fuerzas de seguridad e instituciones que desempeñan el papel de la justicia (Observatorio Ecuatoriano de Crimen Organizado, 2023).

Por ello, cada vez más la cooperación jurídica internacional y el poder judicial juegan un papel imperativo e ineludible en la disminución del crimen organizado y la facilitación de las herramientas para dar paso a la persecución de estos delitos que afectan a todo el país, y sobre todo a los estratos poblacionales de menor ingreso económico, que resultan los más vulnerables (Jenny Pontón Cevallos, 2006).

El crimen organizado es una de las principales amenazas a la seguridad y el desarrollo de Ecuador. En 2023, el país registró la mayor tasa de homicidios en su historia, proyectando un cierre de 45 homicidios diarios, encabezando la violencia criminal en Latinoamérica. El crimen organizado está detrás de una gran parte de esta violencia, como menciona la Interpol esta problemática involucra delitos que pueden incluir trata de personas, tráfico de drogas, blanqueo de capitales, entre otros (INTERPOL, 2017).

El poder judicial juega un papel fundamental en la lucha contra el crimen organizado. Es el encargado de investigar, juzgar y sancionar a aquellos que realicen estas actividades. Sin embargo, el sistema judicial ecuatoriano enfrenta desafíos que comprometen su eficacia al momento de hacerle frente al crimen organizado (Efrén Guerrero Salgado, 2015). La falta de recursos dificulta la investigación y el procesamiento de los casos de crimen organizado, y la existencia de altos niveles de corrupción en el país impiden un proceso imparcial y justo. A pesar de estos desafíos, el poder judicial tiene el potencial de contribuir a la disminución del crimen organizado en Ecuador. Para ello, el sistema judicial ha llevado a cabo una serie de reformas a su favor en la espera de resultados en años posteriores (ENACT & Global Initiative against organized crime, 2023).

EL PODER JUDICIAL

El Poder Judicial es un Poder del Estado ejerce la potestad de administrar la justicia, y representa al pueblo a través de sus órganos jerárquicos con arreglo a la Constitución y a las leyes. De acuerdo con el art. 177 de la Constitución del Ecuador del 2008 la función judicial compone: órganos jurisdiccionales, administrativos, auxiliares y autónomos (Asamblea Nacional Constituyente de Ecuador, 2008).

Las competencias y funciones que deban llevarse a cabo en el Poder Judicial dependerán de la estructuración de la ley y todo aquello que competa una correcta administración de la justicia (Asamblea Nacional Constituyente de Ecuador, 2008).

Gracias a su función de estabilidad democrática el Poder judicial posee legitimidad

mediante la exigibilidad de derechos (FLACSO, 2015). Dado que, de acuerdo con la teoría moderna del Estado, el sistema judicial permite la gestión de los conflictos, los organismos de llevar a cabo esta tarea deben mantener ideas de imparcialidad y racionalidad (Gilmer ALARCÓN REQUEJO & GREGORIO SARAVIA, 2009).

Aun así, el ejercicio de las administraciones de la justicia adolece limitaciones en Latinoamérica debido a temas como impunidad o corrupción. El rol que deben cumplir los jueces es que no se vulnere la Constitución y los derechos u obligaciones que esta representa. Pues bien, partiendo de esta idea, en un Estado constitucional de derecho y, la independencia judicial tiene que ser democrática (Diego Jadán, 2019).

Para definir el cumplimiento de los deberes del sistema judicial en el campo ecuatoriano se puede recurrir a los artículos 167 y 168 de la Constitución de modo que: gozará de principios de independencia interna y externa; gozará de autonomía administrativa, económica, y financiera; además de brindar un servicio gratuito en términos de administración de justicia. Este término de autonomía, previamente mencionado, implica que ninguna autoridad que desempeñe un cargo en las otras funciones del estado (Legislativo, Ejecutivo, Electoral y Transparencia y control social) puede influir directamente en la administración de la justicia (Asamblea Nacional Constituyente de Ecuador, 2008).

EL CRIMEN ORGANIZADO

Conceptualizar al “crimen organizado” es un tema complejo dado que en dicha valoración intervienen distintos factores que van desde geográficos hasta jurídicos, lo que resulta en una serie de definiciones variadas. Sin embargo, existen características comunes y distintivas entre aquellos que manejan el concepto en el campo del Derecho Penal, que incluyen: a) la permanencia en el tiempo, b) empleo de violencia, c) empleo de armamento, y d) gama de actividades delictivas (Rincón Angarita Dubán, 2019). Así, de acuerdo con la ONU el “crimen organizado” comprende a un conjunto de más de tres personas el cual representa una asociación estructurada y jerárquica que actúa repetidamente en delitos graves para obtener un beneficio económico o material. (Marisela Morales Ibáñez, 2012)

Otra característica del crimen organizado es su constancia. Este tipo de grupos delictivos se forman con el objetivo de continuar con actividades punibles de forma sistemática, de modo que operan al organizar la posible acción ilícita de forma planeada y controlada para garantizar su cumplimiento, evitando así, la persecución por parte de las autoridades (United Nations Office on Drugs and Crime, 2018).

CRIMEN ORGANIZADO EN ECUADOR

El crimen organizado en Ecuador representa un serio problema a nivel nacional, bajo un contexto social, los grupos que realizan acciones de carácter punitivo en el país

comprenden tanto grupos locales como extranjeros con bases de *estilo de mafia* que trabajan en actividades como: tráfico de drogas, extorsión, lavado de dinero, entre otros (Observatorio Ecuatoriano de Crimen Organizado, 2023a).

Pese a que los grupos organizados no controlan el territorio, si poseen cierto control sobre el sistema penitenciario, lo cual a lo largo de los años ha dejado a su paso altos niveles de violencia. En Ecuador, durante 2023 se mantuvo la crisis carcelaria que venía sucediendo desde 2019; la problemática base de esta situación se da por la sobrepoblación carcelaria que se habría incrementado en los últimos años, así como los delitos cometidos en el territorio nacional, con una tasa de diferencia porcentual de incremento del 64.9% desde el año 2022 (Observatorio Ecuatoriano de Crimen Organizado, 2023c).

Como se mencionó anteriormente, Ecuador no solo es víctima de organizaciones delictivas locales, sino también de aquellas con carácter internacional que incluyen a: Colombia, México, Albania y China. Los grupos colombianos controlan las rutas de tráfico en el país, mientras que la mafia albanesa está presente en el área de tráfico de drogas a través de tácticas violentas y terrorismo; por su parte, los grupos chinos se dedican en su mayoría a la trata de personas. El choque territorial ha dado paso a conflictos violentos entre miembros de estas organizaciones, que posteriormente se ven reflejados en las revueltas carcelarias (ENACT & Global Initiative against organized crime, 2023).

La corrupción es un problema grave en el Ecuador, en la cual los actores estatales de todos los niveles tienen participación. Actualmente, existen casos de funcionarios públicos acusados de facilitar actividades delictivas, lo que ha contribuido a que las redes delictivas aumenten su capacidad para cometer actos violentos. Por esto, resulta necesario que las diferentes instituciones que trabajan contra el crimen organizado contribuyan en la disminución de este. Usualmente, tanto gobierno como la opinión pública tienden a sostener aquella responsabilidad de forma exclusiva encima de las fuerzas del orden. Sin embargo, este enfoque resulta en una subestimación de la naturaleza compleja y transnacional de la amenaza para la paz nacional que representa el crimen organizado (ENACT & Global Initiative against organized crime, 2023).

ROL DEL PODER JUDICIAL EN LA LUCHA CONTRA EL CRIMEN ORGANIZADO

Al igual que la fiscalía y agentes de control como la policía, los jueces desempeñan un papel importante en la respuesta del sistema jurídico e interinstitucional ante el crimen organizado ya que representan el último nivel de autoridad en asuntos civiles para poder llevar a cabo la aplicación de sanciones. La coordinación de las respuestas judiciales con las de otros actores en las comunidades legales, médicas y de defensa puede evitar respuestas inconsistentes que socavan la seguridad de la víctima y la responsabilidad del agresor (Xhevdet Halili, 2014).

De acuerdo con Wilson Toainga (2012), cuando se presentó el Código Orgánico

Integral Penal en 2011 las nuevas modalidades del delito y las consecuencias que estas representarían para la estructura del Ecuador eran una de las mayores preocupaciones previas a la aprobación del proyecto de ley, y con el paso de los años, el combate al crimen organizado ya no solo se ha convertido en un asunto de carácter policial y militar (Fiscalía General del Estado, 2014). Como tal, implica que se tomen decisiones desde lo político en son de liderar nuevas propuestas con la asistencia de otras instituciones anteriormente imperceptibles en el combate contra el crimen organizado. Por eso, es esencial que constantemente los Estados promuevan reformas en el sistema jurídico con el propósito de reforzar la integridad y disminuir los índices de corrupción ya existente entre el Poder Judicial (Luis Almagro, 2018).

Ecuador, en su constante lucha contra el crimen organizado ha llevado a una serie de reformas y convenciones para enfrentar esta problemática. En el proyecto inicial del Poder Ejecutivo, el crimen organizado se toma como un delito que atenta a la seguridad pública por lo que requiere de la existencia y creación de órganos jurisdiccionales en materia penal (Castillo Xavier, 2019). Para esto el Poder Ejecutivo toma como partida el Código Orgánico de la Función Judicial (2009) donde se establece que: “Al Pleno de la Corte Nacional de Justicia le corresponde: ...6. Expedir resoluciones en caso de duda u obscuridad de las leyes, las que serán generales y obligatorias, mientras no se disponga lo contrario por la Ley, y regirán a partir de su publicación en el Registro Oficial” (Código Orgánico de la Función Judicial, 2009, Artículo 180.6).

Asimismo, se declara el uso de:

“La potestad jurisdiccional se ejercerá por las juezas y jueces en forma especializada, según las diferentes áreas de la competencia...” (Código Orgánico de la Función Judicial, 2009, Artículo 11).

Por tanto, mediante la Ley Orgánica Reformatoria al Código Orgánico de la Función Judicial, el Poder Judicial dispuso la creación de las juezas y los jueces especializados para delitos relacionados con corrupción y crimen organizado, miembros que participarán en los Tribunales Especializados Contra la Delincuencia Organizada (Asamblea Nacional del Ecuador, 2009).

Por otro lado, la Fiscalía General del Estado en conjunto con el Consejo de la Judicatura constituyó otras dos organizaciones que buscan el control y disminución del crimen organizado en Ecuador.

1. La creación de la Unidad y Tribunal Especializados en Lucha contra la Corrupción y el Crimen Organizado. Este organismo fue creado por Consejo Nacional de la Judicatura mediante Resolución N°190-2021 en 2021 y cuenta con la participación de jueces anticorrupción y las condiciones administrativas ideales para el desarrollo de actividades en marcos de seguridad de modo que aquellos que trabajen en esta unidad puedan tener conocimiento de los delitos transnacionales como: corrupción, tráfico ilícito de migrantes, trata de personas, etc.,(Consejo de la Judicatura, 2021).

2. La constitución de la Fiscalía Antinarcóticos Especializada en Delincuencia Organizada Transnacional e Internacional (Fiscalía General del Estado, 2020).

A partir de la creación de estos organismos, se han obtenido cifras relacionadas al terrorismo y crimen organizado, por ejemplo, el 2022 se realizaron 74 allanamientos donde se incautaron: drogas, explosivos, armas y otros elementos que están sujetos a porte ilegal en el país. Es necesario mencionar que, aunque el poder judicial puede brindar aportes para la disminución del crimen organizado, el 2023 la situación no se encontraba bajo esta regla; según un reporte realizado por el Observatorio Ecuatoriano del Crimen Organizado (OECO), que se encarga de realizar un diagnóstico diferenciado de las expresiones del crimen por cada provincia, el país perdió el control sobre el crimen. Atravesando así, una ola de inseguridad y violencia que no se había registrado antes en el país, con altos niveles de incidencia de criminalidad y un aumento de más del 80% de homicidios en comparación al 2022 (Observatorio Ecuatoriano de Crimen Organizado, 2023c).

A lo sucedido existe un probable costo colateral manifestado en la pérdida de las capacidades de control horizontal de la Judicatura, y una reversión a favor del Ejecutivo. Según el Índice global de crimen organizado (2023): “El sistema judicial de Ecuador carece de independencia”. Discurso que repite Efrén Guerrero (2015) al mencionar que: “El sistema judicial ecuatoriano adolece de una alta carga procesal y una fuerte lentitud”.

Estos impedimentos han significado barreras que limitan la capacidad del poder judicial para investigar eficazmente la corrupción y el crimen organizado; ya que bajo la Constitución del 2008 los jueces ecuatorianos están eximidos de fallar en contra del Estado lo cual trae consigo como consecuencia el costo de un correcto procedimiento en los procesos judiciales (Efrén Guerrero Salgado, 2015).

Ronaldo Terán por su parte, indica que “el marco legal que rige el cumplimiento de la condena es definitivamente muy rígido y no considera nuestra realidad nacional”. Esto por su parte, trae como consecuencia una justicia es muy lenta que se relaciona a con una seria cantidad de obstáculos en los procesos (Jenny Pontón Cevallos, 2006).

Desde un punto de vista internacional, el poder judicial también ha llevado a cabo una serie de convenios para la tratar la disminución del crimen organizado, estos incluyen:

- Acuerdo de Cooperación en el Sector Judicial a favor del Estado de Derecho y en la Lucha contra el Narcotráfico. El cual fue establecido por primera vez en 2002 pero se realizó un fortalecimiento en 2023 para codificar la colaboración en iniciativas realizadas por estados unidos que pueden ser implementadas en Ecuador con ayuda de los embajadores (Embajada y Consulado de Estados Unidos en Ecuador, 2023).
- Convenio entre Ecuador y la Agencia Europea de Seguridad (Europol) que busca salvaguardar a los ciudadanos, y una mejor comprensión que las amenazas producidas por grupos delictivos en el crimen organizado (Ministerio del Interior, 2023).

Otras actividades que tienen la posibilidad de aportar en la disminución del crimen organizado por parte del poder judicial abarcan:

- En el caso del crimen organizado, el poder judicial debe aplicar las leyes específicas que regulan este tipo de delincuencia como aquellas citadas en la Convención contra la delincuencia organizada transnacional (Observatorio Ecuatoriano de Crimen Organizado, 2023a).
- El poder judicial puede realizar investigaciones para la identificación de grupos delictivos organizados. El Consejo Nacional de la Judicatura de Ecuador (2017), puede disponer lo concerniente a la evaluación de los peritos, destacando el evaluar el cumplimiento de requisitos mínimos y las investigaciones pre procesales de cada proceso, bajo la regulación de que el perito acredite sus cualidades y experticia en este campo (Pesantes Porras, 2019).
- El poder judicial puede imponer sanciones severas a los delincuentes organizados siempre y cuando se encuentren bajo la conformidad de la ley. En 2023, se impusieron cinco sentencias hacia el crimen organizado bajo las evidencias presentadas por la Fiscalía General del estado; sin embargo, bajo este mismo caso de las once personas que fueron procesadas originalmente, tres no se acogieron al procedimiento por lo que no pudieron llegar el proceso en el ámbito de crimen organizado. Como tal, el poder judicial puede dictar las sanciones para estos casos en base a el artículo 369 del Código Orgánico Integral Penal, que esclarece una pena privativa de libertad de siete a diez años (Fiscalía General del Estado, 2023).

En 2023 con el ascenso a la presidencia de Daniel Noboa el Observatorio Ecuatoriano de Crimen Organizado propuso una serie de *Recomendaciones para el próximo Gobierno en la lucha contra el crimen organizado*. El OECO señala que las investigaciones financieras paralelas o patrimoniales son una herramienta clave para combatir el crimen organizado. De esta forma es posible identificar y desarticular las estructuras financieras ilícitas de las organizaciones delictivas. Sin embargo, en Ecuador las instituciones que trabajan en el ámbito de la justicia no cuentan con la capacidad para realizar este tipo de investigaciones, tanto por la falta de capacitación de los funcionarios, como de la falta de indicadores de ejecución. En consecuencia, el OECO propone capacitar a Policía Judicial, Fiscalía y jueces en las zonas de mayor concentración delictiva (Observatorio Ecuatoriano de Crimen Organizado, 2023b). Otro punto que tratar en las recomendaciones es la mejora el sistema de combate y prevención ante el lavado de activos, puesto que, es necesario capacitar a los analistas de inteligencia financiera de la Unidad de Análisis Financiero y Económico (UAFE) como consecuencia de una falta de sentencias condenatorias que se redujeron de 3 en 2015 a 1 en 2020.

Además, se debe incentivar la investigación estratégica ante el crimen organizado a través de una mayor coordinación interinstitucional, ya que como señala el OECO, el esquema tradicional de la investigación criminal en Ecuador tiene importantes debilidades:

sienta sus bases en la flagrancia y desestima información proporcionada por parte de otras instituciones. Esto da como resultado la necesidad de promover una estrategia focalizada para reducir la criminalidad en el país, ayudada de una política penitenciaria y de control de fronteras, así como el refuerzo de control de armas; estrategias que finalmente enfocarán objetivos estratégicos para debilitar la cadena de poder que ha establecido el crimen organizado en el Ecuador (Observatorio Ecuatoriano de Crimen Organizado, 2023b).

CONCLUSIÓN

A partir de las nuevas reformas realizadas tanto por la función judicial como por la función legislativa del país, el poder judicial es capaz de desempeñar un papel crucial en la disminución del crimen organizado debido a las actividades de sanción, investigación y aplicación de leyes que desempeña. Sin embargo, este papel ha experimentado impedimentos por la falta de recursos y los problemas de corrupción que enfrenta el Ecuador. En casos de crimen organizado, la fase de investigación puede representar retos tanto por la complejidad y amplitud del concepto como por la clandestinidad de los grupos, que resulta en falta de pruebas. Dado que las organizaciones criminales operan tanto de forma local como internacional, la cooperación internacional es clave, por lo que el poder judicial ha buscado convenios con otros países para poder sobrellevar la crisis que atraviesa el país. Las reestructuraciones legales como aquellas solicitadas a favor del Código Orgánico de la Función Judicial y la creación de organismos enfocados al crimen organizado como Unidad y Tribunal Especializados en Lucha contra la Corrupción y el Crimen Organizado, y la Fiscalía Antinarcóticos Especializada en Delincuencia Organizada Transnacional e Internacional han permitido un avance en el combate contra esta problemática social. Aunque se ha venido trabajando judicialmente desde años previos al 2019 aun existe trabajo por hacer y las estadísticas no demuestran que se haya logrado una disminución real del crimen organizado en 2023, pero considerando las propuestas otorgadas por el Observatorio Ecuatoriano de Crimen Organizado el contexto judicial puede seguir avanzando y mejorando.

REFERENCIAS

Asamblea Nacional Constituyente de Ecuador. (2008). Constitución de la República del Ecuador. En A. Constituyente, Constitución de La República Del Ecuador.

Asamblea Nacional del Ecuador. (2009). Código Orgánico de la Función Judicial . <http://biblioteca.defensoria.gob.ec/handle/37000/3363>

César Litardo Caicedo. (2020). Proyecto de ley orgánica reformativa del código orgánico de la función judicial. Asamblea Nacional. <https://ppless.asambleanacional.gob.ec/alfresco/d/d/workspace/SpacesStore/14726b8a-304f-4a98-9aad-875679753265/COFJ.pdf>

Consejo de la Judicatura. (2021, November). Consejo de la Judicatura crea Unidad y Tribunal Especializados en Lucha contra la Corrupción y el Crimen Organizado. Función Judicial. <https://www.funcionjudicial.gob.ec/es/component/k2/item/10514-consejo-de-la-judicatura-crea-unidad-y-tribunal-especializados-en-lucha-contr-la-corrupci%C3%B3n-y-el-crimen-organizado#:~:text=El%20Pleno%20del%20Consejo%20de,Corrupci%C3%B3n%20y%20el%20Crimen%20Organizado>

Diego Jadán H. (2019). Independencia judicial y poder político en Ecuador (Universidad Andina Simón Bolívar, Ed.; 1st ed.). Universidad Andina Simón Bolívar. <https://www.uasb.edu.ec/publicacion/independencia-judicial-y-poder-politico-en-ecuador/>

Efrén Guerrero Salgado. (2015). TRANSFORMACIONES JUDICIALES EN EL ECUADOR: EL EQUILIBRIO DE PODERES VISTO A TRAVÉS DEL ANÁLISIS DE REDES SOCIAL. Ius

Humani. Revista de Derecho. <https://aecpa.es/es-es/transformaciones-judiciales-en-el-ecuador-analisis-del-equilibrio-de-congress-papers/1133/>

Embajada y Consulado de Estados Unidos en Ecuador. (2023). EE.UU. y Ecuador amplían Acuerdo de Cooperación en el Sector Judicial a favor del Estado de Derecho y en la Lucha contra el Narcotráfico. <https://ec.usembassy.gov/es/ee-uu-y-ecuador-amplian-acuerdo-de-cooperacion-en-el-sector-judicial-a-favor-del-estado-de-derecho-y-en-la-lucha-contr-el-narcotrafico/>

ENACT, & Global Initiative against organized crime. (2023). ECUADOR. Índice Global de Crimen Organizado. https://ocindex.net/assets/downloads/2023/spanish/ocindex_profile_ecuador_2023.pdf

Fiscalía General del Estado. (2014, August). "The COIP presents new challenges", Wilson Toainga, Provincial Prosecutor of Pichincha. FGE. <https://www.fiscalia.gob.ec/el-coip-presenta-nuevos-desafios-para-la-fiscalia-wilson-toainga-fiscal-provincial-de-pichincha/>

Fiscalía General del Estado. (2020). TRANSNATIONAL AND INTERNATIONAL ORGANIZED CRIME (FEDOTI). FGE. <https://www.fiscalia.gob.ec/delincuencia-organizada-transnacional-e-internacional-fedoti/>

Fiscalía General del Estado. (2023). 5 sentenciados por delincuencia organizada. BOLETÍN DE PRENSA FGE No 928-DC-2023. <https://www.fiscalia.gob.ec/5-sentenciados-por-delincuencia-organizada/>

FLACSO. (2015). Legitimidad judicial: control e independencia. Ecuador Debate 96.

Gilmer ALARCÓN REQUEJO, & GREGORIO SARAVIA. (2009). , Estado de Derecho, derechos humanos y democracia. Pautas para la racionalidad jurídico-política desde Elías Díaz. Universidad Carlos III de Madrid.

INTERPOL. (2017). *Delincuencia organizada*. <https://www.interpol.int/es/Delitos/Delincuencia-organizada#:~:text=Por%20regla%20general%2C%20las%20redes,falsificaciones%20y%20blanqueo%20de%20capitales>

Jenny Pontón Cevallos. (2006). El sistema penitenciario está derramado. Programas de Estudios de La Ciudad - FLACSO. <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/bitstream/10469/2355/1/BFLACSO-CS1.pdf>

Luis Almagro. (2018). Impacto de la corrupción en los derechos humanos (C. Tablante & M. Morales, Eds.; Vol. 1). Instituto de estudios constitucionales. <https://www.corteidh.or.cr/tablas/r37786.pdf>

Marisela Morales Ibáñez, & FISCALÍA GENERAL DEL ESTADO - ECUADOR. (2012). Delincuencia organizada. A Unidad de Estudios Criminológicos y Análisis Delincuencial de La Dirección de Política Criminal de La Fiscalía General Del Estado., 2.

Ministerio del Interior. (2023). Convenio entre Ecuador y Europol afianza la cooperación en seguridad. <https://www.ministeriodelinterior.gob.ec/convenio-entre-ecuador-y-europol-afianza-la-cooperacion-en-seguridad/>

Observatorio Ecuatoriano de Crimen Organizado. (2023a). Caracterización del crimen organizado. Pam American Development Foundation (PADF).<https://oeco.padf.org/wp-content/uploads/2023/09/Caracterizacion-Crimen-Organizado-Version-corta-V2.pdf>

Observatorio Ecuatoriano de Crimen Organizado. (2023b). Recomendaciones para el próximo Gobierno en la lucha contra el crimen organizado. PADF: Fundación Panamericana Para El Desarrollo.<https://oeco.padf.org/wp-content/uploads/2023/12/RECOMENDACIONES-PARA-EL-NUEVO-GOBIERNO.pdf>

Observatorio Ecuatoriano de Crimen Organizado. (2023c, January). Boletín semestral de homicidios intencionales en Ecuador. PADF: Fundación Panamericana Para El Desarrollo. <https://oeco.padf.org/wp-content/uploads/2023/09/BOLETIN-SEMESTRAL-DE-HOMICIDIOS.pdf>

Pesantes Porras, Luis Eduardo, Valarezo Segovia, Luis Humberto, & Vilela Pincay, Wilson Exson. (2019). Importancia de la investigación judicial y criminalística en la determinación de la veracidad del delito. Revista Universidad y Sociedad, 11(4), 443-449. Epub 02 de septiembre de 2019. Recuperado en 31 de enero de 2024, de http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2218-36202019000400443&lng=es&tlng=es

Rincón Angarita Dubán. (2019). Crimen organizado y corrupción: la ausencia de responsabilidad penal en la “corrupción por miedo.” Revista Criminalidad, 61, 127–139. http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-31082019000100127&nrm=iso

United Nations Office on Drugs and Crime. (2018, April). Enabling offence: obstruction of justice.<https://www.unodc.org/E4j/En/Organized-Crime/Module-2/Key-Issues/Enabling-Offence.html>

Xavier F. Andrade Castillo. (2019). Guía general sobre corrupción y delincuencia organizada (Expertise France, Ed.). Programa EL PAcCTo.<https://www.elpaccto.eu/wp-content/uploads/2019/07/Guia-general-sobre-corrupcion-y-delincuencia-organizada.pdf>

Xhevdet Halili. (2014). The role and importance of functioning institutions of justice in fighting crime.

University of Prishtina. https://www.researchgate.net/publication/277651019_The_role_and_importance_of_functioning_institutions_of_justice_in_fighting_crime

LAS REDES SOCIALES COMO HERRAMIENTA PARA PROCESO DE INTEGRACIÓN DEL CAPITAL HUMANO EN LOS SUPERMERCADOS DE AUTOSERVICIO DEL CORPORATIVO SÁNCHEZ, S. A DE C.V. EN LA CIUDAD DE VILLAHERMOSA, TABASCO, MÉXICO

Fecha de recepción: 13/12/2024 Fecha de aceptación: 02/01/2025

María Patricia Torres Magaña

Dra. Tecnológico Nacional de México/
Instituto Tecnológico de Villahermosa
Departamento de Ciencias Económico
Administrativas
Villahermosa, Tabasco, México.

ABSTRACT: Recruitment within organizations is one of the most important processes to develop, because it allows the identification of the ideal human resource that the company requires for the correct performance of its activities and future needs. We agree that in the business world there are a series of fundamental aspects that each organization must continuously manage to be as well prepared for any situation. To do this, it is essential to have highly qualified personnel in each area with the right profile. It is worth mentioning that the recruitment of workers and the processes to attract the best candidates has been changing over the years, all this according to new technologies and mainly with the use of social networks.

KEYWORDS: Social Networks, Integration Process, Human Capital, Supermarkets, Self-Service.

INTRODUCCIÓN

El objetivo del proyecto es elaborar una metodología de las diferentes redes sociales a través de su análisis para el procedimiento de reclutamiento y selección de talento humano como herramienta integral para facilitar las publicaciones de vacantes y captar mayores y mejores candidatos en el área de Recursos Humanos dentro del Corporativo Sánchez S.A de C.V.

Debido al avance de las tecnologías de la información, y comunicación, es importante en Grupo Sánchez estar preparados para las nuevas formas de reclutamiento, al paso de los años las nuevas generaciones buscan obtener más beneficios en las nuevas tecnologías, y cada día obtener más provecho al tiempo que se utiliza en internet. Según Mondy y Noé (2005, en Díaz, 2009:3), el reclutamiento a través del uso de internet se ha vuelto muy popular a nivel mundial, si se considera la velocidad y la amplia cartera de talentos que se pueden obtener

por este medio, permitiendo lograr un reclutamiento más eficiente y rentable, tanto para el candidato como para el reclutador. En este mismo sentido, Méndez y García (2009:1) exponen que las personas tienen la necesidad de encontrar un empleo y cada vez menos utilizan los medios tradicionales; de hecho, pronostican que en un futuro dejen de hacerlo.

Este Proyecto dará presencia a Grupo Sánchez en diversas redes sociales como medio de reclutamiento, creando una vía más activa, y dinámica para el departamento de Recursos Humanos a tal grado de crear una herramienta clave para el proceso de reclutamiento y selección.

El Proyecto reducirá los tiempos de reclutamiento y selección, agilizando el proceso, y facilitando al candidato y a los reclutadores una comunicación más efectiva.

Para ello con este Proyecto busca dar fin a la escasez de difusión dentro de las diferentes redes sociales que son utilizados por cada reclutador, es decir reestructurar y dar diseño a tal grado de que el medio de reclutamiento dentro del Corporativo Sánchez sea más atractivo e impacte a más personas y futuros colaboradores.

Hoy en día, los candidatos usan las redes sociales para conocer más a una empresa, les interesa saber sobre cómo es la cultura organizacional, enterarse de las vacantes disponibles, averiguar las direcciones de sus distintas ubicaciones, percatarse de la relación de la empresa con la sociedad. Con el avance de la tecnología, las redes sociales se han convertido en una herramienta para buscar a candidatos, esto siendo un beneficio importante para las organizaciones, las redes sociales se han convertido en una herramienta para la búsqueda, difusión, y selección de candidatos, ya que con ellas se puede mantener una conversación directa con candidatos pasivos, es decir, quienes no están en una búsqueda activa de empleo. De igual manera, como reclutador se puede tener al alcance mayor información no solo profesional sino personal que ayudará a saber si el candidato puede ajustarse al perfil solicitado. Asimismo, los reclutadores pueden acceder a un número mayor de candidatos sin importar la distancia y en consecuencia implican una disminución de costos sobre todo para las empresas.

MÉTODOS

Todos los procesos de reclutamiento tienen vital importancia para encontrar al candidato ideal para el puesto requerido, y es la integración de todos los procesos implementados en el área de recursos humanos, que logra ese objetivo, ahora bien, este proyecto se centrará en el Área de Reclutamiento y selección de personal

En este proceso de reclutamiento y selección es donde se implementarán mejoras para hacer más eficiente la manera de difusión actual.

Es importante seleccionar al candidato ideal que cuente con las habilidades específicas y necesarias para desempeñarse dentro del puesto en cuestión, de lo contrario seleccionar a un candidato que no cumpla con los requisitos provoca ineficiencia en sus

puestos de trabajo y provoca la rotación de personal dentro de la organización.

Antes de determinar al candidato ideal, se debe tener los perfiles de puestos específicos para saber que requisitos, y habilidades requiere el puesto que se va a desempeñar.

En corporación Sánchez, se manejan tres modelos de negocios diferentes los cuales permiten tener una amplia variedad de puestos ofertados los cuales deben ser ocupados por candidatos mediante el debido proceso de reclutamiento y selección.

La **cultura Organizacional** dentro de corporación Sánchez, se distingue por ser una empresa socialmente responsable, interesada por el bienestar social y por supuesto con el de empleados.

Las redes sociales han surgido a lo largo del avance de las tecnologías de la información, como medio de comunicación, y así mismo como espacio de entretenimiento, pero estas aplicaciones conocidas como redes sociales pueden tener un uso estratégico en el área de reclutamiento y selección.

Actualmente de acuerdo a una investigación realizada por el sitio web redstation (2022), existen diversas redes sociales, y las principales son:

Facebook, es la red social más versátil y completa. Un lugar para generar negocios, conocer gente, relacionarse con amigos, informarse, divertirse, debatir, entre otras cosas. Para las empresas, es prácticamente imposible no contar con Facebook como aliado en una estrategia de Marketing Digital, ya sea para generar negocios, atraer tráfico o relacionarse con los clientes.

Instagram fue una de las primeras redes sociales exclusivas para acceso móvil. Es cierto que actualmente es posible ver las actualizaciones en la computadora, pero el producto está destinado para ser usado en el celular. Es una red social de compartir fotos y videos entre usuarios, con la posibilidad de aplicación de filtros

LinkedIn es la mayor red social corporativa del mundo. Se asemeja bastante a las redes de relaciones, pero la diferencia es que su foco son contactos profesionales, es decir, en lugar de amigos, tenemos conexiones, y en lugar de páginas, tenemos empresas. Es utilizado por muchas empresas para reclutamiento de profesionales, para el intercambio de experiencias profesionales en comunidades y otras actividades relacionadas al mundo corporativo

Twitter se utiliza principalmente como una segunda pantalla, en la que los usuarios comentan y debaten lo que están viendo en la televisión, publicando comentarios sobre noticias, reality shows, juegos de fútbol y otros programas.

WhatsApp es la red social de mensajería instantánea más popular, es una aplicación de chat para teléfonos móviles de última generación, los llamados smartphones. Sirve para enviar mensajes de texto y multimedia entre sus usuarios.

Las redes sociales han marcado un hito en materia de difusión masiva, debido a su alcance, características e impacto en la sociedad actual. Son utilizadas tanto por individuos como por empresas, dado que permiten lograr una comunicación interactiva

y dinámica. Durante los últimos años, han surgido muchos tipos de redes sociales, tanto en el ámbito social o general, como en el corporativo, para efectos de negocios, o bien en temas específicos de interés de grupos o segmentos determinados. Sin embargo, el objetivo común se cumple en el tanto se logra una comunicación fluida y eficaz con grupos específicos de interés, incluyendo esto desde la posibilidad de atender la necesidad de pertenencia social hasta facilitar la proyección y posicionamiento de empresas, bienes, servicios, o incluso para ser utilizadas en campañas políticas.

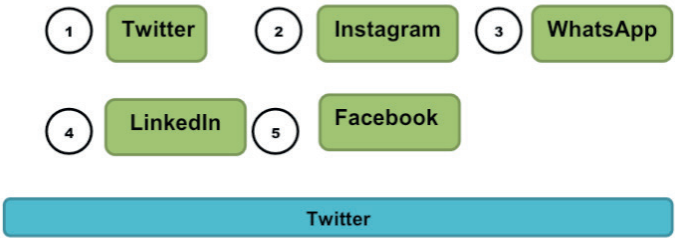
Las redes sociales para reclutar personal es una estrategia muy útil para las empresas.

Los canales digitales más empleados para llevar a cabo este método son: LinkedIn, Facebook y Twitter.

Las ventajas que tienen los reclutadores al usar las redes son conocer más a fondo a los candidatos. La mejor referencia para la empresa es el perfil y todo lo que se muestra en él. Hay rapidez en la comunicación. Aprovechar el uso de las redes sociales para reclutar personal tiene muchas ventajas, ya que el tiempo de búsqueda de un candidato se acorta. La empresa y los candidatos pueden interactuar inmediatamente y los procesos de selección son más sencillos y rápidos.

Existe mayor número de candidatos. Ofertar las vacantes en diferentes plataformas, permite ampliar la red de interesados y da la posibilidad de contactar con profesionales de diferentes sectores, incluso a los que no estén en búsqueda de empleo. Disminuye costos. Existen muchas plataformas en las cuales no es necesario pagar para llevar a cabo los procesos, lo cual beneficia a la empresa.

Las siguientes redes sociales son las más usadas en México en 2021.



- **Construir una reputación en las redes sociales:**

Realizar publicaciones sobre la empresa, para que los usuarios conozcan a la empresa y deseen trabajar para ella, es el objetivo más importante. Hay que ofrecer grandes beneficios y proyectos empresariales a los posibles candidatos.

- **Usar contenidos visuales:**

Realizar Publicaciones que sean a través de imágenes o video es el formato con el que los usuarios de las redes sociales tienen más probabilidades de participar

La razón es que el cerebro humano es capaz de procesar la información visual 60.000 veces más rápido que el texto. La mezcla de mensajes no verbales, lenguaje corporal, sonido e imágenes genera un mensaje más completo con el que hacer entender al candidato cómo es la empresa y qué perfil se busca para el puesto solicitado (*Bizneo,2022*).

- **Unirse a los grupos en diversas redes.**

Son comunidades especiales para reclutar sectores específicos donde se puede ver fácilmente las publicaciones de los puestos que se necesitan reclutar, facilitando la comunicación directa entre el reclutador y los interesados en el puesto.

- **Compartir distintos recursos y contenidos de calidad**

Crear artículos, infografías, vídeos, recursos multimedia que puedan interesar a potenciales talentos. Por otra parte, si se genera contenido de calidad, la empresa se convertirá en un referente del sector y potenciar la imagen de marca, creando tráfico en la red sobre la empresa.

- **Publicidad en redes sociales**

Las empresas pueden utilizar los anuncios digitales para segmentar el público potencial al que va dirigido el anuncio, por ejemplo, una oferta de trabajo destinada al grupo que hemos escogido.

CREACIÓN DE UNA PÁGINA OFICIAL GENERAL PARA EL RECLUTAMIENTO

Presentar la creación de una página oficial en diversas redes sociales, Como, por ejemplo: Twitter, Instagram, y LinkedIn, todo basándose en la Investigación realizada para publicar vacantes de puestos más específicos Con más grado académico, como: ingles, diplomados, maestrías y cursos Especializados.

CONCLUSIONES

El área de reclutamiento y selección es de vital importancia para cualquier empresa, siendo este proceso el que aporta a todas las organizaciones personal adecuado para desempeñar las actividades dentro de sus respectivos puestos, contar con un buen equipo de trabajo es una necesidad porque así es como se construye al capital humano idóneo

para en conjunto trabajar para lograr los objetivos de la empresa, y hacer de ella una empresa competitiva ante las demás.

En corporación Sánchez, el proceso de reclutamiento y selección es realizado por personal calificado para seleccionar a los candidatos que cumplan con las características y habilidades para cada puesto, pero antes es importante plantear la siguiente interrogante, ¿Como encontrar al candidato ideal para el puesto?, este proceso se lleva a cabo en diferentes medios como: Posteo, Volanteo, perifoneo, y redes sociales, siendo la última en mencionar quien aporta más alcance para cumplir con la función de difusión.

Actualmente muchos procesos han evolucionado siendo optimizados por las nuevas tendencias, es por este motivo que es importante cada día actualizar los procesos, y hacer uso de las nuevas tecnologías. Las redes sociales son una herramienta clave que mejora los métodos tradicionales para publicar las vacantes ofertadas en corporación Sánchez, el uso estratégico dentro del área de recursos humanos mejora la difusión logrando tener más alcance con un mayor número de posibles candidatos para los diversos puestos.

Un perfil social más atractivo dentro de Facebook o en alguna otra red social aparte de cumplir su principal función la cual se basa en encontrar al personal adecuado también funciona como un medio para crear valor a la empresa, dándola a conocer a más personas sin importar el lugar geográfico en que estas se encuentren, con un menor costos ante los otros medios.

Las redes sociales agilizan la difusión de las vacantes, logrando captar más candidatos con las habilidades requeridas para el puesto ofertado, reduce los tiempos para el intercambio de información, y genera una comunicación más dinámica entre el reclutador y los candidatos interesados en los puestos.

Utilizar otras redes sociales es una herramienta clave para captar candidatos con grados académicos específicos los cuales son necesarios para desempeñar ciertos puestos, al tener mayor alcance a más diversidad de personas, se tiene la oportunidad de encontrar personas más preparadas con habilidades que destacan ante los demás con perfiles más talentosos.

RECOMENDACIONES

Actualizarse siempre en las diversas redes sociales tiene un importante beneficio en el área de reclutamiento y selección, tales como: Agilizar los procesos al mantener una comunicación activa entre el reclutador y las personas interesadas, se tiene la capacidad de captar un mayor número de personal con más capacidades profesionales, es por este motivo que conforme las tecnologías avancen Corporación Sánchez debe hacer uso de estas como una herramienta estratégica.

La recomendación se basa de implementar un apartado en la página web como medio de reclutamiento y selección, Una bolsa de trabajo donde los interesados puedan

postularse automáticamente realizando un cuestionario breve y con la opción de adjuntar el curriculum Vitae o Solicitud Empleo, para así cualquier usuario que busque a Grupo Sánchez en la web y visite la página pueda ver ese apartado en caso de buscar empleo.

REFERENCIAS

Bayo, A., y Merino, J. (2002). Gestión de Recursos Humanos, Estrategia y Desempeño Operativo España. Fuente Negocios Premier

Bouissiere, Y. (2021, 4 noviembre). Los orígenes de LinkedIn: la historia de la red social. Proinfluente. <https://www.proinfluente.com/es/red-social-historia-linkedin/>

Cabrera Piantin. (2011). El impacto de la Rotación de Personal. 2022, de Universidad Autónoma de Nuevo León Sitio web: <https://www.redalyc.org/pdf/3536/353632025006.pdf>

Cahun, A. (2018, 13 febrero). Así nació WhatsApp. Xataka México. <https://www.xataka.com.mx/aplicaciones/asi-nacio-whatsapp>

Carroll, A. (1979). "Un modelo conceptual tridimensional de desempeño corporativo", Academy of Management

Cera, C. (2021, 20 abril). *Definición de candidato en Recursos Humanos*. appvizer.es. <https://www.appvizer.es/revista/recursos-humanos/reclutamiento/definicion-de-candidato-en-recursos-humanos>

Chiavenato I. (2017). Administración de Personal. Quinta edición. Bolilla.

Chiavenato, I. (1993): Administración de Recursos Humanos McGraw-Hill.

Chiavenato, I. (2000). Administración de Recursos Humanos. Bogotá, Colombia: Mc Graw Hill.

Chiavenato (2009). Reclutamiento de personal. En Administración de recursos humanos. Quinta Edición: Bolilla.

Circle k. (2022). Circle k México. 2022, de mx Sitio web: <https://www.circlek.com.mx/>

Dessler, Gary. Administración de Recursos Humanos. 5ta edición, México. 2011. Pearson

DocuSign. (2021, marzo 26). Reclutamiento 4.0: ¿qué es y cómo realizarlo? <https://www.docusign.mx/blog/reclutamiento-40-que-es-y-como-realizarlo#:~:text=Se%20conoce%20por%20reclutamiento%204.0,son%20necesarios%20en%20cada%20%C3%A1rea.>

Empresas usan redes sociales para emplear. (2020, 2 diciembre). Semana Com. <https://www.semana.com/empresas/articulo/empresas-usan-redes-sociales-para-reclutar-talento/193297/>

Fernández, M. (2018, 27 agosto). Instagram para el reclutamiento y la selección de personal. HRTRENDS. <https://empresas.infoempleo.com/hrtrends/instagram-reclutamiento-seleccion>

Fierro M. (2013). LA CULTURA ORGANIZACIONAL, VARIABLE IMPORTANTE PARA OBTENER VENTAJA COMPETITIVA. 2022, de Nueva Granada Sitio web: <https://repository.unimilitar.edu.co/bitstream/handle/10654/10669/GutierrezFierroMelissa2013.pdf;jsessionid=2025214E75978DE0E72C92E86EE5745E?sequence=1>

Gallego, J. (2010) Tecnologías de la información y la comunicación. Madrid: Editex

Gatica Barrientos. (2016). Procesos de reclutamiento y las redes sociales. 2022, Sitio web: <https://www.redalyc.org/pdf/4981/498153966004.pdf>

Gil, C. (2021, 25 febrero). Historia de WhatsApp: cómo se creó la app que ha revolucionado la comunicación social. Marketing 4 Ecommerce. <https://marketing4ecommerce.net/historia-de-whatsapp/>

HR. (2021b, mayo 14). Cómo atraer talento a través de las redes sociales. Blog de Recursos Humanos de Bizneo HR: práctico y actual. <https://www.bizneo.com/blog/social-recruiting/>

Hütt Herrera, Harold. (2012). Las redes sociales: una nueva herramienta de difusión. 2022, de Universidad de Costa Rica Sitio web: <https://www.redalyc.org/pdf/729/72923962008.pdf>

Las redes sociales para reclutar personal y buscar empleo -. (2021, 7 agosto). CIW. <https://www.ciw.edu.mx/las-redes-sociales-para-reclutar-personal-y-buscar-empleo/#:%7E:text=%C2%BFQu%C3%A9%20es%20el%20Social%20Recruiting,%3A%20LinkedIn%2C%20Facebook%20y%20Twitter>

Liquidano, Silva. (2014). Reclutamiento y selección a través de las redes sociales Facebook y LinkedIn. 2022, de Revista OIKOS Sitio web: <file:///C:/Users/52993/Downloads/Dialnet-ReclutamientoYSeleccionATravesDeLasRedesSocialesFa-6025686.pdf>

Molina, D. (2021, 9 noviembre). Historia de Facebook: nacimiento y evolución. Thinking for Innovación. <https://www.iebschool.com/blog/auge-y-declive-de-un-imperio-llamado-facebook-redes-sociales/>

Neto. (2022). Tienda Neto. Jun 22, de Tiendas Súper Precio, S.A. de C.V Sitio web: <https://tiendasneto.com.mx/>

O. Rafael. (2020, 23 noviembre). ¿Cómo reclutar perfiles TI en Twitter? Blog Hireline. <https://hireline.io/blog/como-reclutar-perfiles-ti-en-twitter/>

Oxxo. (2022). FEMSA. <https://www.oxxo.com/>

Pereira Burgos, Mórela (2020). Caleidoscopio de las Ciencias Sociales. Universidad del Zulia/High Rate Consulting. Venezuela. 130p. ISBN 978-980-402-294-4 DOI: <https://doi.org/10.38202/caleidoscopio>

Randstad. (2021, 8 octubre). Redes sociales como estrategia de reclutamiento y selección. México RANDSTAD. <https://www.randstad.com.mx/noticias-rh/employer-branding/redes-sociales-como-estrategia-de-reclutamiento/>

RD Station. (2022). ¿Qué son las Redes Sociales? Mx. <https://www.rdstation.com/es/redes-sociales/>

Reclutamiento y selección: impacto de las redes sociales. (2020). Conexión ESAN. <https://www.esan.edu.pe/conexion-esan/reclutamiento-y-seleccion-impacto-de-las-redes-sociales>

Ricart, Joan E. (2009). Modelo de Negocio: El eslabón perdido en la dirección estratégica. 2022, de Madrid, España Sitio web: <https://www.redalyc.org/pdf/433/43312282002.pdf>

OPORTUNIDADES PARA DESENVOLVIMENTO DOS CLUSTERS DE BIOECONOMIA E BIOTECNOLOGIA CONEXOS AOS BIOMAS BRASILEIROS

Fecha de recepción: 01/11/2024 Fecha de aceptación: 02/01/2025

Tagore Villarim de Siqueira

Economista do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Mestre em Teoria Econômica pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.
<http://lattes.cnpq.br/0578604562174801>

da biodiversidade dos biomas brasileiros, como desenvolvimento de clusters de bioeconomia e biotecnologia e sistemas regionais de inovação.

PALAVRAS-CHAVE: Biodiversidade. Biomas. Desenvolvimento Sustentável. Clusters. Sistemas de Inovação.

RESUMO: Nas últimas décadas, os avanços das tecnologias baseadas na biodiversidade, como novos medicamentos e soluções que ajudam a enfrentar a transição ecológica, mostraram que a preservação dos ambientes naturais, além de ser fundamental para a preservação da vida no planeta e mitigação dos efeitos da mudança do clima, desempenha também um papel decisivo na solução de problemas até então insolúveis em áreas como saúde humana e mudança do clima. Assim, a preservação da biodiversidade é fundamental para a descoberta de novos medicamentos que podem levar a cura de doenças até então incuráveis, bem como ajudar na mitigação dos impactos da mudança do clima. Neste sentido, este artigo apresenta algumas reflexões sobre as oportunidades e estratégias para o desenvolvimento sustentável do país a partir

1 | INTRODUÇÃO

A palavra biodiversidade refere-se à diversidade biológica, variedade de espécies e ecossistemas existentes no meio ambiente, incluindo todos os seres vivos existentes em cada território do planeta Terra. De forma simples podemos dizer que a biodiversidade dos biomas em território nacional, incluindo a imensa área do oceano Atlântico brasileiro, é formada por todas as formas de vida, toda fauna e flora em todos os habitats, em todos os ecossistemas naturais.

A biodiversidade de cada bioma, composta por milhares de espécies, disponibiliza um número imenso de moléculas que representam infinitas possibilidades de soluções para problemas

atuais e futuros da humanidade nas áreas de saúde e transição ecológica. Moléculas que podem contribuir para a produção de bens e serviços produzidos a partir de estudos científicos em laboratórios das universidades e centros de pesquisa e posteriormente colocados à disposição da sociedade por meio de startups. Com alguns desses setores beneficiados sendo bem conhecidos, como medicamentos, produtos alimentícios, biocombustíveis, biofertilizantes e biomateriais. Porém, potencialmente, as moléculas dos biomas brasileiros podem servir para solucionar problemas de qualquer área do conhecimento humano.

O potencial de desenvolvimento econômico a partir da biodiversidade de cada bioma do país ficou mais evidente nas últimas décadas em decorrência da evolução tecnológica em várias áreas do conhecimento, como biotecnologia, nanotecnologia e tecnologia da informação. Na escala das moléculas, os avanços tecnológicos da biotecnologia potencializaram os ganhos a partir do desenvolvimento de novos produtos relacionados a biodiversidade, que oferecem milhares de milhões de possibilidades de soluções para produção de bens e serviços serem colocados à disposição da população, como novos medicamentos e potenciais soluções para doenças até então sem cura.

Ao mesmo tempo deve-se destacar os limites ainda apresentados pelas novas tecnologias não baseadas na natureza, como o carro elétrico, que, apesar de não emitirem gases poluentes, apresentam pressão relevante sobre os sistemas de geração de energia, algumas vezes dependentes de fontes poluentes como carvão, e enfrentam grandes desafios para aumentar a extração de vários minérios em escala mundial, como - Níquel, Cobalto, Lítio e Terras Raras (Ni Co Li TR) - para fabricação de baterias e provocam fortes impactos ambientais e sociais em vários continentes. Destacando-se, assim, que, apesar da superioridade tecnológica, os carros elétricos ainda apresentam forte impacto ambiental, com eles podendo ser facilmente substituídos pelos veículos com motores a biocombustíveis – como etanol e biodiesel, com emissões zero de gases poluentes, considerando o balanço energético de toda a cadeia de valor.

Nessa perspectiva, é possível perceber que o valor de uma floresta viva é imenso, não sendo exagero dizer que pode alcançar vários trilhões de dólares, ou mesmo que é incalculável, tendo-se em vista o potencial de geração de riqueza a partir de bilhões de moléculas da sua biodiversidade, com a fronteira de produção indo muito além da bioeconomia conhecida relacionada a fauna e flora de cada bioma.

Assim, seria aceitável afirmar que, com os avanços alcançados pela biotecnologia nas últimas décadas, será possível desenvolver aplicações a partir de moléculas para solucionar problemas em áreas cruciais para a humanidade, como saúde e transição ecológica, com os resultados das pesquisas científicas podendo se tornar a base para novos bens e serviços por meio de inovações realizadas por centros de pesquisa e startups. Com tais atividades podendo se tornar o embrião para o desenvolvimento de uma nova economia baseada na natureza, em sintonia com os conceitos de economia circular e do desenvolvimento sustentável, e capaz de responder aos anseios decorrentes da mudança do clima.

Os avanços recentes dessas tecnologias baseadas na biodiversidade têm contribuído para uma visão mais otimista em relação a cura de muitas doenças e a capacidade de mitigação dos impactos da mudança do clima. Eles ampliaram as possibilidades de produção de novos bens e serviços de forma mais sustentável, gerando menos impactos ambientais. No entanto, é importante perceber que existem vários pontos fracos e vulnerabilidades que limitam o ritmo de desenvolvimento desses novos ramos de atividade baseados no banco de moléculas existentes em cada bioma, sendo preciso definir uma política pública, uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o país capaz de estimular essa nova indústria, capaz de fortalecer o sistema nacional de inovação e promover a competitividade sistêmica nos vários sistemas de infraestrutura, econômica e social. Dessa forma, a política nacional de clusters – PNC adotada pelos países da União Europeia poderia servir de exemplo para os *policy makers* brasileiros.

Neste sentido, este artigo apresenta algumas reflexões sobre as oportunidades para o desenvolvimento sustentável do país a partir da biodiversidade dos biomas brasileiros, considerada a mais diversa do mundo em termos de número de espécies da fauna e flora, com fortalecimento dos clusters de bioeconomia e biotecnologia no país, bem como sistemas regionais de inovação relacionados. O artigo está organizado em três seções, além da introdução, considerações finais e referências bibliográficas. A primeira seção apresenta algumas considerações sobre a origem e evolução dos conceitos de biodiversidade e bioeconomia, além de clusters e sistemas nacionais de inovação. A segunda seção apresenta estudo de caso sobre a Política Nacional de Clusters (PNC) na União Europeia, tomando como exemplo a experiência de quatro países: Portugal, Irlanda, Finlândia e França. Por fim, a terceira seção apresenta os clusters Industriais brasileiros, aglomerados industriais especializados classificados conforme o quociente de localização.

2 | BIODIVERSIDADE E BIOECONOMIA DOS BIOMAS BRASILEIROS

Na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada na cidade do Rio de Janeiro em 1992 (Rio 92) foram assinadas as Convenções do Clima e da Biodiversidade, a Agenda 21, a Declaração do Rio para Meio Ambiente e Desenvolvimento, e a Declaração de Princípios para Florestas.

Essa convenção foi um marco definidor na construção de um novo modelo de desenvolvimento econômico, o desenvolvimento sustentável, baseado na sustentabilidade econômica, social e ambiental. Com os sistemas produtivos devendo atender às demandas do presente sem comprometer o bem-estar das futuras gerações.

A Convenção do Clima é um tratado que estabelece compromissos para os países signatários no combate às mudanças climáticas. Na COP27 em 2015, por exemplo, o Acordo de Paris estabeleceu uma série de ações para os países signatários seguirem com o objetivo de reduzir as emissões dos gases do efeito estufa, “Pretendidas Contribuições

Nacionalmente Determinadas (NDC)”. O objetivo geral é evitar o aquecimento do clima do planeta acima de 1,5° C em relação aos níveis da Era Pré-industrial.

A NDC do Brasil comprometeu-se a reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 37% abaixo dos níveis de 2005, em 2025, com uma contribuição indicativa subsequente de reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 43% abaixo dos níveis de 2005, em 2030. Para isso, o país se comprometeu a aumentar a participação de bioenergia sustentável na sua matriz energética para aproximadamente 18% até 2030, restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de florestas, bem como alcançar uma participação estimada de 45% de energias renováveis na composição da matriz energética em 2030 (Site do Ministério do Meio Ambiente).

A Convenção da Biodiversidade é um tratado que define princípios e ações para a proteção e o uso da biodiversidade do planeta. A partir desses princípios foram construídos conceitos como sociobiodiversidade, economia da sociobiodiversidade e bioeconomia.

A Convenção da Biodiversidade está estruturada em três pilares básicos: a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável da biodiversidade e a repartição justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos. A Convenção considera a biodiversidade em três níveis: ecossistemas, espécies e recursos genéticos.

O conceito de sociobiodiversidade abrange um amplo conjunto de produtos e serviços resultantes da conexão entre diversidade biológica, prática de atividades sustentáveis, como agricultura orgânica, agricultura regenerativa e sistemas agroflorestais, e o manejo de recursos dos ecossistemas naturais. Entre as culturas da sociobiodiversidade no Brasil podem ser citadas, por exemplo: açaí, babaçu, borracha, cacau, castanha do Pará, mandioca, frutas nativas, piscicultura, madeira certificada de manejo comunitário e óleos vegetais, entre outras. A sociobiodiversidade abrange, assim, vários alimentos provenientes do extrativismo, de sistemas agroflorestais e da agricultura familiar. Ela proporciona o aproveitamento de ativos naturais e sociais para a geração de novos produtos e serviços, valorizando comunidades tradicionais, agricultores familiares e os povos da floresta. Ela contribui para manutenção da floresta viva e, portanto, para uma maior absorção de gases poluentes causadores do efeito estufa, devendo, assim, ser incentivada por políticas públicas, apoio financeiro de outros países, empresas focadas em projetos ESG (Environment, Social e Government) e por meio do mercado de crédito de carbono.

O conceito de bioeconomia, também difundido nesse período, se confunde com o de sociobiodiversidade, sendo, porém, mais abrangente e incluindo os sistemas produtivos desenvolvidos a partir de produtos biológicos, como, por exemplo, a experiência do programa do Proálcool no Brasil nos anos 1970, e tendo a Embrapa como instituição de referência para o desenvolvimento de novas tecnologias e sistemas produtivos baseados em inovações nas atividades agropecuária e florestal.

Para a Embrapa, a bioeconomia seria um modelo de produção industrial baseado

no uso de recursos biológicos, com seu objetivo sendo “oferecer soluções para a sustentabilidade dos sistemas de produção com vistas à substituição de recursos fósseis e não renováveis” (Embrapa, www.embrapa.br/tema-bioeconomia).

Dessa forma, poderíamos dizer que o conceito de bioeconomia estaria relacionado às atividades que dependem da biodiversidade dos biomas e ao mesmo tempo que contribuem para sua respectiva conservação, englobando desde atividades mais simples e de baixo valor agregado, como a coleta de semente, folhas e mel das florestas até atividades com maior valor agregado, como a produção agrícola e de silvicultura em sistemas agroflorestais, e atividades mais intensivas em tecnologia como a biotecnologia, por meio de sistemas mais complexos, com universidades, centros de pesquisa, laboratórios, startups e empresas maduras vinculadas a indústria farmacêutica e de biofertilizantes, por exemplo.

Os avanços apresentados pela genética e biotecnologia nas últimas décadas fortaleceram as expectativas para construção de uma economia bio-based, com as soluções da biotecnologia abrangendo inúmeras áreas da economia, com destaque para a produção sustentável de recursos renováveis e respectiva conversão eficiente em alimentos, fibras, ração animal, químicos, fármacos, cosméticos biomateriais, biofertilizantes e bioenergia. Os impactos são realmente muito abrangentes, incluindo benefícios para a saúde humana e transição ecológica, justificando, assim, a construção de um ambiente institucional para promover o desenvolvimento dos clusters de bioeconomia e biotecnologia e, respectivos, sistemas regionais de inovação focados nos biomas brasileiros.

O caso mais recente que ilustra bem a rápida ascensão da biotecnologia na econômica mundial é oferecido pela experiência da indústria farmacêutica dinamarquesa Novo Nordisk, com o remédio Ozempic para tratamento de diabetes e obesidade, cujo princípio ativo, a semaglutida, é derivado de uma molécula de um lagarto do deserto entre o México e os Estados Unidos. O lançamento do novo medicamento no início de 2024 provocou um aumento exponencial da demanda global pelo produto, gerando um grande impacto na cidade onde está localizada a fábrica da companhia, nos arredores de Copenhague capital do país. Após o lançamento do produto, em poucas semanas a companhia alcançou a primeira posição na Europa em termos de valor de mercado (BBC NEWS BRASIL).

Outro exemplo que ilustra bem o potencial da biotecnologia para promover o desenvolvimento brasileiro pode ser encontrado aqui no Brasil, o exemplo é dado pela Embrapa que desenvolveu um bioinsumo, em conjunto com uma startup, derivado de uma bactéria que vive na raiz do mandacaru no bioma Caatinga no sertão nordestino. Esse bioinsumo ajuda a reduzir o consumo de água pelas plantas, ajudando, assim, as plantas a enfrentarem o estresse hídrico no semiárido durante longas estiagens, com sua aplicação já tendo sido iniciada na cultura do milho, e devendo ser estendida para outras culturas, como café e soja (PORTAL AGRO2).

Outras evidências que reforçam as expectativas sobre o florescimento da bioeconomia e biotecnologia é oferecido pelo estudo “Accelerating the Global Transition

to a Bio-based Economy: The Strategic Role of Policy”, publicado pelo World Economic Forum – WEF, ele mostra o imenso potencial da bioeconomia para transformar a economia mundial e enfrentar os desafios da transição ecológica. Esse estudo destaca a importância da bioeconomia para oferecer soluções para os desafios mais urgentes que a humanidade enfrenta na atualidade, destacando que as políticas eficazes impulsionaram as biotecnologias inovadoras em laboratório e que as inovações estão sendo utilizadas de forma generalizada pela sociedade. Um bom exemplo é dado pelo sucesso da vacina para combater a COVID-19, que acabou com a pandemia que atingiu todo o planeta a poucos anos atrás. Com o WEF defendendo a continuidade do apoio à evolução dessas ferramentas, para que seja possível continuarmos aproveitando de forma confiável a biologia e suas aplicações comerciais, com as políticas públicas devendo manter um papel central para garantir que as inovações proporcionem uma economia bio-based, de base biológica, resiliente e centrada no ser humano.

O conhecimento atual sobre a biodiversidade dos biomas brasileiros mostra alguns caminhos possíveis a seguir, com potencial para estruturação de sistemas produtivos baseados em produtos das florestas e bacias hidrográficas, porém a riqueza da biodiversidade desses biomas mostra também que o caminho é longo e vasto, com o potencial de desenvolvimento de novas cadeias de valor sendo muito mais amplo, com muitos outros bens e serviços podendo vir a serem desenvolvidos a partir das moléculas da flora e fauna dos biomas nacionais. As possibilidades são ilimitadas, com inúmeras aplicações de concentrados e essências naturais podendo ser produzidas a partir de inovações realizadas em laboratórios de universidades, centros de pesquisa e startups no país. Nesse sentido, destaca-se a importância das políticas públicas para promoção dos investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I), focados em novos produtos e serviços baseados na flora e fauna de cada bioma (Amazônia, Mata Atlântica, Caatinga, Cerrado, Pantanal e Pampa), além da área do oceano Atlântico brasileiro. O melhor conhecimento da fauna e flora de cada parte do território brasileiro vai contribuir para construção de uma nova economia brasileira, bio-based, em sintonia com os conceitos de desenvolvimento sustentável, economia circular e Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis 2030 da ONU (ODS).

Conforme afirmou Sachs (2008), no livro “A riqueza de todos: a construção de uma economia sustentável em um planeta superpovoado, poluído e pobre”, as políticas públicas desempenham um papel fundamental para prover as tecnologias que o mundo precisa para enfrentar os desafios relacionados à mudança do clima no século XXI: *“Os mercados não desenvolverão, sozinhos, as tecnologias sustentáveis das quais precisaremos no século XXI. As descobertas científicas em geral, das quais as tecnologias sustentáveis dependem, são um bem público que não pode ser fornecido pelas forças de mercado. Isso se deve ao fato de que o conhecimento científico é um bem intangível, que pode ser usado por uma pessoa sem diminuir sua disponibilidade para as demais.” P.48*

Nesse sentido, as políticas públicas poderiam focar no fortalecimento das instituições dos sistemas regionais de inovação relacionados a cada bioma, apoiando as redes de ensino e pesquisa, bem como os centros de pesquisa, incubadoras e startups, proporcionando, assim, condições para estruturação de clusters e ecossistemas de inovação competitivos em cada região do país. O estudo sobre a biodiversidade de cada bioma e a identificação de moléculas com potencial de resolver problemas específicos, como, por exemplo, um medicamento ou uma aplicação que possa mitigar impactos na transição ecológica poderia contribuir para definição da estratégia para estruturação dos ecossistemas regionais de bioeconomia e biotecnologia em cada bioma. Por outro lado, é preciso também promover o desenvolvimento dos clusters em cada região – também chamados de aglomerados especializados, polos de competitividade ou arranjos produtivos locais, apoiando as empresas participantes das cadeias de valor da bioeconomia e biotecnologia, com destaque para as pequenas e médias empresas (PMEs) e o estímulo aos investimentos em inovação e ganhos de competitividade.

Dessa forma, é preciso focar em pesquisas científicas para ampliar o conhecimento sobre cada bioma do país, melhorando, assim, a identificação do banco de moléculas e potenciais aplicações que poderiam representar soluções nas áreas de saúde, transição energética e mudança do clima, por exemplo. Sendo preciso, assim, construir capacidades e aumentar a competitividade da infraestrutura de pesquisa - como universidades, centros de pesquisa e laboratórios, e investimentos na área da educação em geral e formação e aperfeiçoamento de pesquisadores.

Além disso, é preciso também melhorar a abordagem para identificar novas oportunidades de desenvolvimento que ainda não foram percebidas, construir uma nova agenda para o desenvolvimento sustentável, com incentivos públicos adequados, a partir dos potenciais oferecidos pelos bilhões de moléculas existentes na biodiversidade dos biomas brasileiros.

2.1 Clusters e Ecossistemas de inovação

O desenvolvimento dos Clusters de Biotecnologia focados na biodiversidade dos biomas brasileiros está diretamente relacionado com a evolução dos sistemas regionais de inovação, das suas organizações, graus de interações entre seus participantes e políticas públicas, bem como ampliação da base de conhecimento sobre a biodiversidade desses biomas. Com as políticas públicas desempenhando um papel estratégico na construção de capacidades nas universidades e seus laboratórios para a geração de conhecimento sobre a biodiversidade dos biomas nacionais e a transferência desse conhecimento para a sociedade por meio de novas tecnologias transformadas em bens e serviços através de processos de incubação de empresas, startups, e parcerias com empresas inovadoras maduras.

De acordo com Freeman (1995), a construção dos sistemas nacionais de inovação deve considerar a interação de vários atores, instituições e políticas públicas que contribuem para a inovação e o desenvolvimento econômico, sendo preciso adotar uma abordagem holística que abranja todos os processos de inovação, indo além do foco nas empresas e/ou setores isolados. Nesse sentido, destaca-se o papel das instituições, as políticas governamentais, as organizações de pesquisa, as universidades e as associações industriais. Valendo lembrar que a eficácia das políticas de inovação está relacionada ao grau de compreensão do quadro institucional do país ou região onde a política de inovação é implantada.

Nessa perspectiva, destacam-se as políticas e estratégias para apoiar a inovação na indústria, bem como a promoção da cultura de inovação nas empresas participantes das várias cadeias de valor industriais, por meio da consolidação dos centros de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I), competição tecnológica, colaboração interdisciplinar e interações dinâmicas entre empresas.

Com a abordagem devendo ser sistêmica e dinâmica, considerando aspectos como as dimensões históricas, econômicas e sistêmicas da inovação; sendo preciso promover um ambiente acadêmico colaborativo, que estimule a interdisciplinaridade e a troca de conhecimento, capaz de alcançar os objetivos estabelecidos e apontar novas rotas de pesquisa para inovação. Com as inovações sendo observadas em uma perspectiva mais ampla, contribuindo para uma melhor compreensão dos seus respectivos impactos, nos próprios ecossistemas regionais de inovação, mas também em termos nacionais.

Nesse sentido, destaca-se a experiência europeia com sistemas de inovação e políticas nacionais de clusters (PNC) e, respectivas, contribuições para o desenvolvimento regional em vários países. Iniciativas desenvolvidas a partir de potenciais locais e que contribuíram para a reconversão industrial de algumas regiões que se encontravam com atividade econômica decadente, com destaque para conceitos como clusters, aglomerados especializados, polos de competitividades, ecossistemas industriais, sistemas nacionais de inovação, e o protagonismo da inovação e da competitividade no processo de desenvolvimento sustentável. Com vários desses sistemas produtivos iniciando de forma simples, com poucas organizações participantes, mas que gradualmente ganharam maior complexidade transformando-se em grandes aglomerados industriais com atuação global.

A palavra cluster pode ser traduzida literalmente por “Conjunto”. Trata-se de um termo originário do inglês para designar um conjunto de objetos interligados, um cacho, um buquê, um tufo ou até mesmo um enxame. A imagem a ser lembrada é o de entidades distintas, mas interconectadas. Dessa forma, o termo serve para designar um “Sistema” composto por elementos que agem independentemente e apresentam conexões entre si para alcançar um objetivo, um resultado ou um produto, podendo iniciar de forma simples e evoluir de forma adaptativa para graus elevados de complexidade.

Na geografia econômica, na literatura anglo-americana, um cluster é uma

concentração de atividades agrupadas em torno de um setor, também denominado como aglomerado empresarial. Este tipo de agrupamento, também conhecido como sistema produtivo local (SPL), é tratado na França e demais países da União Europeia na política de clusters de competitividade (Géococonfluences. Glossaire).

3 | ESTUDO DE CASO: POLÍTICA NACIONAL DE CLUSTERS (PNC) NA UNIÃO EUROPEIA

Esta seção apresenta a experiência de quatro países da União Europeia (UE) com a política nacional de clusters (PNC): Portugal, Irlanda, Finlândia e França. Essa política é adotada pelos 27 países da União Europeia, como parte de suas respectivas estratégias de desenvolvimento industrial tomam como referência os 14 ecossistemas mais relevantes para a economia da UE, conforme seleção da Comissão Europeia. A experiência desses países ilustram bem a importância da PNC no continente europeu. Trata-se de uma política focada em clusters/aglomerados especializados em territórios onde operam grandes cadeias produtivas, formando polos de competitividade regionais e/ou ecossistemas econômicos. Esses clusters são classificados como prioritários para o fortalecimento da competitividade das regiões onde estão localizados, bem como dos países e da própria União Europeia, sendo, assim, fundamental consolidar suas respectivas posições como locomotivas do desenvolvimento econômico sustentável. Por exemplo, em Portugal os três principais ecossistemas econômicos são agri-food (agropecuária e fabricação de produtos alimentícios e bebidas), têxtil e turismo. Já na Irlanda se destacam os ecossistemas de saúde, digital e eletrônicos. Na Finlândia se destacam os ecossistemas digital, eletrônicos, mobilidade-transporte-automotivo e turismo. E na França sobressaem os ecossistemas digital, eletrônicos, saúde e cultural e indústrias criativas.

Essa estratégia oferece vários exemplos da importância das políticas públicas para o desenvolvimento regional executadas nas últimas décadas na UE, com capacidade para contribuir para a reconversão econômica de regiões que entraram em decadência, aumentar a competitividade e o emprego e reduzir as desigualdades.

A política de clusters da UE foca em ações voltadas para o aumento da produtividade, da qualidade e da eficiência dos clusters mais importantes em cada país, e promove o emprego e a renda em regiões menos desenvolvidas. Dessa forma, essa política contribui também para a maior coesão, união, no padrão de desenvolvimento das várias regiões europeias, impedindo os riscos para fragmentação do espaço econômico da União Europeia. Tais iniciativas são focadas no fortalecimento dos núcleos econômicos regionais mais relevantes, clusters e ecossistemas com maior densidade econômica, em termos de organizações, empresas, empregos e produção econômica. As políticas públicas estabelecidas fortalecem a governança, beneficiam os sistemas regionais de inovação e promovem os ganhos de competitividade dos clusters. Tais cluster podem ser financiados por vários fundos da Comissão Europeia, como, por exemplo, o Horizon Fund para

inovação, com dotação de 95,5 bilhões de euros para o período 2021-2027.

A Comissão Europeia selecionou 14 ecossistemas mais relevantes para o desenvolvimento dos países da União Europeia e, assim, receberem maior atenção das políticas públicas, com base na importância econômica e sustentabilidade, presente e futura, a partir de variáveis como emprego, renda, meio ambiente e inovação, a saber: Varejo; Construção; Saúde; Proximidade, Economia Social e Segurança Civil; Turismo; Agri-Food (agropecuária e indústria alimentícia); Mobilidade-Transporte-Automotivo; Cultura e Indústria Criativa; Indústrias Intensivas em Energia; Digital; Aeroespacial e Defesa; Têxtil; Eletrônicos; e, Energias Renováveis.

Para cada país da UE, foram feitos rankings para esses ecossistemas conforme o quociente locacional e importância relativa na geração de empregos. Em Portugal, por exemplo, as cinco primeiras posições foram ocupadas por: Varejo, Turismo, Agri-Food, Construção; e, Proximidade, Economia Social e Segurança Civil. Na Irlanda, os destaques foram Saúde, Varejo, Turismo, Construção; e, Proximidade, Economia Social e Segurança Civil. Na Finlândia, os ecossistemas mais relevantes foram Construção; Proximidade, Economia Social e Segurança Civil; Saúde; Varejo; e, Turismo. Na França, o ranking foi liderado por Saúde; Varejo; Proximidade, Economia Social e Segurança Civil; Construção; e, Turismo.

O Fundo Horizon Europe (HORIZON), que apoia projetos nesses ecossistemas, tem como missão promover a pesquisa científica e a inovação na UE, contando com um orçamento de 95,5 bilhões de euros para o período 2021-2027. Os objetivos gerais do Fundo são os seguintes: reforçar as bases científicas e tecnológicas da UE e o Espaço Europeu da Investigação (EEI); impulsionar a capacidade de inovação, a competitividade e o emprego na Europa; e, atender as prioridades dos cidadãos e sustentar o modelo e valores socioeconômicos europeus. Atualmente, o Fundo apresenta enfoque especial na criação de impacto, no Europe Green Deal (Pacto Ecológico Europeu), na transição digital e de sustentabilidade e na recuperação da crise do coronavírus.

O HORIZON possui três pilares:

Pilar 1

Excelência em Ciências

Conselho Europeu de Investigação

Ações de Marie Skłodowska-Curie

Infraestruturas de Investigação

Pilar 2

Desafios Globais e Competitividade Industrial Europeia

Clusters: Saúde; Cultura, Criatividade e Sociedade Inclusiva; Segurança Civil para a Sociedade; Digital, Indústria e Espacial; Clima, Energia e Mobilidade; Alimentação, Bioeconomia, Recursos Naturais, Agricultura e Meio Ambiente.

Pilar 3

Europa Inovadora

Conselho Europeu de Inovação

Ecossistemas Europeus de Inovação

Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (EIT)

O relatório Draghi de setembro de 2024 reforça a necessidade de promover o aumento da competitividade, fortalecimento dos clusters, sistemas de inovação e fundos para financiar o desenvolvimento da União Europeia. Ele apresenta uma estratégia para a UE modernizar a economia por meio de investimentos em infraestrutura, educação e inovação. O relatório “The future of European competitiveness Part A - A competitiveness strategy for Europe” propõe acabar com a defasagem na inovação, um plano para descarbonização e competitividade, e redução das vulnerabilidades externas por meio do aumento da segurança e fortalecimento da capacidade das indústrias de defesa e espacial. Além disso, ele propõe alterações na governança institucional e no funcionamento da UE para alcançar os objetivos propostos no relatório, tendo-se em vista que as políticas industriais bem-sucedidas exigem estratégias abrangentes, que incluam boa coordenação de várias áreas, como: investimento, fiscalização, educação, acesso ao financiamento, regulação, comércio e política externa.

Assim, ele propõe o fortalecimento e modernização das políticas de desenvolvimento de Estado para promover ganhos de competitividade do sistema de produção europeu, com foco em indústrias estratégicas para a economia da UE, como semicondutores, veículos elétricos, telecomunicações e espacial e energias limpas.

Uma proposta focada em ganhos de eficiência e produtividade, tal como foi adotada pelos Estados Unidos nos últimos anos, por meio de iniciativas como aumento de tarifas para importação de vários produtos industriais em função da concorrência chinesa, a Lei de Chips e Ciência e a Lei de Redução da Inflação, que apoiaram os investimentos nas indústrias de semicondutores, de veículos elétricos e em fontes de energias renováveis.

Nesse sentido, cabe destacar que as maiores empresas do mundo na atualidade, as únicas companhias com valor de mercado acima de US\$ 1 trilhão, apresentam quatro características comuns: são Norte-americanas, são do setor de tecnologia da informação e inteligência artificial e foram ou ainda são beneficiárias de políticas de Estado para inovação e fornecimento de produtos e serviços para o sistema de Defesa dos EUA, por exemplo.

Dessa forma, para cumprir os objetivos apresentados pelo relatório Draghi, foi proposto um investimento anual entre 750 e 800 bilhões de euros, equivalente a 4,4-4,7% do PIB da UE em 2023. Para efeito de comparação, o investimento realizado no âmbito do Plano Marshall entre 1948-51 foi equivalente a 1-2% do PIB da UE.

Nesse sentido, Mazzucato (2014), no livro “O Estado Empreendedor: Desmascarando o mito do setor público vs. setor privado”, oferece vários exemplos sobre a importante contribuição do Estado para o desenvolvimento de inovações que transformaram a economia mundial, com as políticas públicas tendo sido decisivas nas várias revoluções tecnológicas ao longo do século XX e no período recente em todo o mundo. Entre tantos casos, um exemplo emblemático é oferecido pelo programa espacial dos Estados Unidos a partir da década de 1960 que proporcionou o surgimento e desenvolvimento de várias tecnologias que influenciaram o nosso modo de vida até os dias atuais, com inovações como: foguetes, satélites, computação, semicondutores, eletroeletrônica, energia solar, telecomunicações, transmissão ao vivo, celulares, Internet etc.

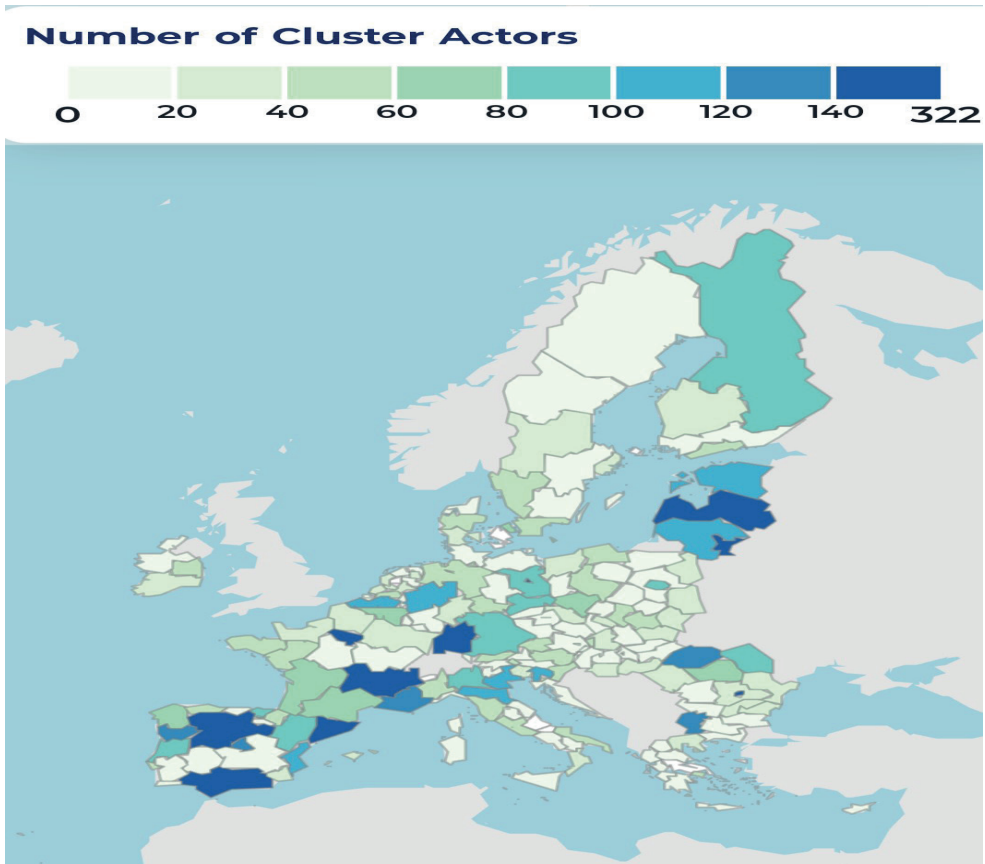
3.1 Estudos de Caso: Política Nacional de Cluster (PNC) em Portugal, Irlanda, Finlândia e França

Nesta seção são apresentadas as principais características da experiência de quatro países da União Europeia no âmbito da PNC (Portugal, Irlanda, Finlândia e França) que poderia servir de referência para uma estratégia de desenvolvimento dos países em desenvolvimento, como o Brasil, baseada no fortalecimento de clusters/aglomerados especializados e sistemas de inovação.

Em 2024 existiam 1.200 organizações de clusters na União Europeia, das quais 60% foram criadas a partir de 2010 (MAPA 1). Entre os participantes dos clusters, destaca-se a presença expressiva das pequenas e médias empresas (PMEs). Em termos de atividade econômica, duas atividades sobressaíram dentre as demais, respondendo por 45% do total de clusters, sendo 27% do setor Digital e 18% de Energias Renováveis. Os crescimentos mais significativos foram observados nos ecossistemas industriais Digital, de Energias Renováveis e de Saúde; em termos de emprego, GVA – gerenciamento de valor agregado e número de clusters. A avaliação dos clusters na UE identificou uma correlação positiva entre número de clusters e indicadores industriais de competitividade (European Cluster Panorama Report 2024).

A Política Nacional de Clusters (PNC) apresenta vários objetivos em comum nos 27 países da União Europeia (UE27), entre os quais destacam-se: a promoção da cooperação entre as organizações participantes dos clusters, como empresas, universidades, centros de pesquisa, startups, etc; a promoção da competitividade, produtividade, qualidade e eficiência; a promoção das pequenas e médias empresas (PMEs); o estímulo as exportações e o apoio a estratégia de internacionalização e conexão com as cadeias

de abastecimento globais; a promoção das atividades de I&D, desenvolvimento e implementação tecnológica, do empreendedorismo, startups e spin-offs; promoção da visibilidade dos clusters e fortalecimento das instituições de clusters e ecossistemas de inovação; promoção do emprego, qualificações profissionais e competências, incluindo o apoio a fixação de pesquisadores nas empresas e o financiamento de doutorados e pós-doutorados; fortalecimento da coesão territorial e da rede de organizações dos clusters e atividades relacionadas; promover a economia social e sustentável e outras iniciativas baseadas na solidariedade. Por fim, as PNCs apoiam estudos sobre os clusters e realizam avaliações periódicas sobre as iniciativas realizadas.



Mapa 1. Clusters na União Europeia - 2024

Fonte: European Cluster Collaboration Platform (ECCP). <https://reporting.clustercollaboration.eu/region>

Os beneficiários da PNC são: PMEs, Organizações de cluster; Organizações de pesquisa; Instituições acadêmicas; Startups; Grandes empresas; e, Centros de tecnologia.

A atividade econômica e o emprego estão distribuídos de forma desigual pelas regiões dos vários países da UE27, com o grau de especialização sendo medido por meio

dos Quocientes de Localização (QL) que refletem a especialização relativa de uma atividade em determinada região em comparação com a média da UE. Se o QL para uma dada combinação atividade-região for superior a 1,5, é considerado um “nó de especialização” (aglomeração especializada), e se a atividade representar pelo menos 1% do emprego total na região, é considerada regionalmente relevante. As tabelas apresentadas para cada país mostram o número total de “nódulos de especialização” regionalmente relevantes em cada região do país e identificam os cinco nódulos mais especializados.

Portugal

A Política Nacional de Clusters - PNC de Portugal é implementada pela Agência Portuguesa para a Competitividade e Inovação (IAPMEI) em parceria com o Ministério da Economia e da Transição Digital, responsável pela política. Essa política teve início em 2017, quando foram credenciadas 20 organizações de clusters como Clusters de Competitividade, no âmbito do Programa Interface que tem por objetivo apoiar ações no âmbito da academia, investigação e indústria.

A TABELA 1 apresenta 35 atividades “nódulos especializados” por região, sendo 25 no continente, 5 nos Açores e 5 na Madeira. Enquanto a Tabela 2 apresenta os quatro ecossistemas mais relevantes regionalmente, que se destacam como os mais importantes para a economia portuguesa: Agri-food, turismo, têxtil e indústrias intensivas em energia.

Atualmente, a PNC de Portugal conta com 18 Clusters de Competitividade ativos. Esses clusters são definidos como plataformas que agregam conhecimentos e competências e desempenham um papel central na política industrial e na economia do país. Esses clusters contribuem para a inovação e transferência de tecnologia, a digitalização, a identificação e formação de fornecedores, as conexões entre startups e empresas industriais, a internacionalização, a economia circular e a eficiência energética. Entre 2019 e 2021, o Governo e os Clusters de Competitividade assinaram os Pactos Setoriais para a Competitividade e Internacionalização para aumentar a competitividade, a inovação e a internacionalização das empresas portuguesas.

Esses Pactos têm por objetivo promover a implementação de um conjunto amplo de iniciativas relacionadas a economia circular e as transições energética e ecológica, bem como melhoria das condições institucionais e regulatórias do ecossistema empresarial, promoção da Indústria 4.0, capacitação dos recursos humanos, aumento das exportações e internacionalização e promoção da inovação.

Esses Pactos incluem seis ações-chave, que são ajustadas de acordo com as diferentes organizações do cluster, a saber: provisão para formação, retenção e atração de talentos; aumentar o valor agregado dos produtos e promoção da economia circular; inovação; promoção da internacionalização e atração de investimentos estrangeiros; promoção do ecossistema nacional de startups; e, financiamento.

A política apresenta foco setorial nos seguintes domínios: aeroespacial, ferroviário, petroquímico, moda e calçado, mar, matérias-primas, vida sustentável, cidades inteligentes, têxtil, agroalimentar, saúde, construção, automóvel, TIC, tecnologias de produção, vinho.

Além da implementação da PNC, compete ao IAPMEI acompanhar, monitorar e avaliar os Clusters de Competitividade e a sua evolução na consecução dos objetivos definidos no programa aprovado. A Comissão de Acompanhamento, presidida pelo Secretário de Estado Adjunto da Economia, realiza o acompanhamento da PNC.

A PNC conta com instrumentos financeiros, assistência técnica e de promoção. Ela disponibiliza financiamento para projetos de I&D, incluindo testes, prova de conceito, prototipagem, projetos de demonstração, vouchers, doutorado e cooperação com técnica.

No âmbito da assistência técnica, a PNC apoia o desenvolvimento de competências técnicas, como transferência de conhecimento, propriedade intelectual, empreendedorismo, aconselhamento de exportação e inteligência de mercado. O apoio da PNC abrange o desenvolvimento de competências interpessoais, como: coaching, gestão, requalificação, networking e construção de parcerias no país e exterior.

A PNC para promoção das atividades dos Clusters de Competitividade contribui para o fortalecimento da cultura da inovação no país, das redes e outras formas de parcerias e cooperação. A PNC apoia as estratégias de I&D visando fomentar a inovação, criando, assim, condições para ampliar o lançamento de novos produtos, processos e/ou serviços com elevado conteúdo tecnológico.

A política de apoio aos Clusters de Competitividade teve início em 2017, já tendo sido realizados três avaliações de monitoramento (2017, 2018 e 2019) pelo IAPMEI. Em 2020, foi realizada uma avaliação mais abrangente relativa aos 3 anos (2017, 2018 e 2019). Os primeiros resultados foram positivos. As pequenas e médias empresas (PMEs) representavam cerca de 50% dos participantes. As avaliações sobre a performance dos Clusters mostraram resultados positivos em termos de vários indicadores, número de clusters, membros participantes, projetos e I&D, inovação, volume de negócios e valor agregado bruto (VAB) (ECCP Portugal.org, 2023).

Region	Number of nodes	Node 1	Node 2	Node 3	Node 4	Node 5
PT11: North (Portugal)	11	C15 - Manuf. of leather products	C14 - Manuf. of wearing apparel	C13 - Manuf. of textiles	N82 - Business support activities	C31 - Manuf. of furniture
PT15: Algarve	9	A03 - Fishing & aquaculture	I55 - Accommodation	I56 - Food & beverage services	N82 - Business support activities	F41 - Construction of buildings
PT16: Centre (Portugal)	8	A02 - Forestry & logging	C23 - Manuf. of other non-metal mineral products	A01 - Crop & animal production	N82 - Business support activities	C25 - Manuf. of fabricated metal products
PT17: Lisbon Metropolitan Area	9	N82 - Business support activities	N80 - Security, investigation activities	N78 - Employment activities	T97 - Households as employers act.	I55 - Accommodation
PT18: Alentejo	6	A02 - Forestry & logging	A01 - Crop & animal production	N82 - Business support activities	O84 - Public adm., defence, soc. security	C10 - Manuf. of food products
PT20: Azores	8	A03 - Fishing & aquaculture	T97 - Households as employers act.	I55 - Accommodation	A01 - Crop & animal production	N82 - Business support activities
PT30: Madeira	10	A03 - Fishing & aquaculture	I55 - Accommodation	N82 - Business support activities	A01 - Crop & animal production	T97 - Households as employers act.

Tabela 1. Portugal. Aglomerados Setoriais Relevantes Regionalmente

Fonte: European Cluster Collaboration Platform (ECCP). ECCP Portugal.org, 2023.

Region	Number of nodes	Node 1	Node 2	Node 3
PT11: North (Portugal)	1	Textile	-	-
PT15: Algarve	1	Tourism	-	-
PT16: Centre (Portugal)	3	Agri-Food	Textile	Energy-intensive industries
PT17: Lisbon Metropolitan Area	1	Tourism	-	-
PT18: Alentejo	1	Agri-Food	-	-
PT20: Azores	1	Agri-Food	-	-
PT30: Madeira	2	Tourism	Agri-Food	-

Tabela 2. Portugal. Ecosistemas Aglomerados Relevantes Regionalmente

Fonte: European Cluster Collaboration Platform (ECCP). ECCP Portugal.org, 2023.

Irlanda

A Instituição responsável pela política de clusters na Irlanda é a Science Foundation Ireland (SFI), ela tem como principal objetivo financiar a pesquisa nas áreas de ciências, tecnologia, engenharia e matemática (STEM). O SFI concentra-se em pesquisa STEM, pesquisa científica e de engenharia de inovação, para promover a competitividade, fomentar a inovação e aumentar o emprego no país. As iniciativas da SFI são feitas por meio de parcerias e colaboração com empresas nacionais e internacionais, financiamentos a centros de pesquisa, fornecimento de subsídios e infraestruturas a institutos de ensino superior. Além disso, a instituição apoia eventos de promoção das áreas STEM, como a “Semana da Ciência”. Entre 2012 e 2017, o SFI representou 23,4% das despesas do governo central em I&D.

A TABELA 3 apresenta 15 atividades “nódulos especializados” por região. Enquanto a Tabela 4 apresenta os três ecossistemas mais relevantes regionalmente no país, a saber: Saúde, Eletrônicos e Digital.

A SFI é responsável pela implementação da política, fornece financiamento e supervisiona a implementação dos projetos. A instituição conta com a liderança dos membros do conselho e uma equipe executiva responsável por supervisionar a implementação a PNC.

O SFI foi originalmente criado em 2000 como um subconselho do Forfás para administrar o Ireland Technology Foresight Fund. Em 2003, a SFI foi estabelecida como uma entidade separada com a Lei de Desenvolvimento Industrial (Science Foundation Ireland) aprovada pelo governo. Em 2013 a lei foi alterada para incluir pesquisa básica orientada e pesquisa aplicada.

Region	Number of nodes	Node 1	Node 2	Node 3	Node 4	Node 5
IE04: Northern and Western (Ireland)	5	C32 - Other manufacturing	C21 - Manuf. of pharmaceuticals	I55 - Accommodation	A01 - Crop & animal production	Q88 - Social work without accommodation
IE05: Southern (Ireland)	5	C21 - Manuf. of pharmaceuticals	C32 - Other manufacturing	I55 - Accommodation	C26 - Manuf. of electronic & optical products	A01 - Crop & animal production
IE06: Eastern and Midland (Ireland)	8	C21 - Manuf. of pharmaceuticals	K65 - Insurance, pension funding	K64 - Financial services	J62 - Computer programming, consultancy	I55 - Accommodation

Tabela 3. Irlanda. Aglomerados Setoriais Relevantes Regionalmente

Fonte: European Cluster Collaboration Platform (ECCP). ECCP Ireland.org, 2023.

Region	Number of nodes	Node 1
IE04: Northern and Western (Ireland)	1	Health
IE05: Southern (Ireland)	1	Electronics
IE06: Eastern and Midland (Ireland)	1	Digital

Tabela 4. Irlanda. Ecossistemas Aglomerados Relevantes Regionalmente

Fonte: European Cluster Collaboration Platform (ECCP). ECCP Ireland.org, 2023.

Entre os beneficiários da política estão: PMEs, Organizações de investigação, Instituições acadêmicas, Startups, Grandes empresas, Centros tecnológicos, e, População em geral.

O SFI financia pesquisadores em institutos de ensino superior que colaboram com empresas multinacionais, pequenas e médias empresas (PMEs) e startups. A SFI estabelece “centros de investigação SFI” em toda a Irlanda e concede subvenções a instituições de ensino superior para melhorar as suas infraestruturas. A SFI também apoia programas de TV que promovem as áreas STEM. A SFI concede apoio financeiro a projetos de I&D das PMEs que se tornam membros de clusters e eventos de networking.

A SFI promove o desenvolvimento dos cluster por meio do apoio ao desenvolvimento de competências técnicas e transversais. Entre as competências técnicas destacam-se: transferência de conhecimento, propriedade intelectual, empreendedorismo, consultoria de exportação e inteligência de mercado. Nas competências transversais, a instituição apoia atividades como: coaching, formação em gestão e melhoria de competências/requalificação. Além disso o SFI oferece apoio ao networking e construção de parcerias (no país e no exterior). O SFI apoia também atividades de marketing, incluindo publicidade, comunicação,

eventos e feiras; e, relacionadas a infraestrutura, como: espaços de coworking, escritórios, espaços de incubação e aceleradoras, centros de investigação e parques tecnológicos (ECCP Ireland.org, 2023).

Finlândia

A política de clusters na Finlândia está entre as prioridades nacionais de desenvolvimento regional e está alinhada com duas prioridades da União Europeia “Digitalização” e “Inclusão Social”. O Ministério da Economia é responsável pela elaboração, financiamento e supervisão do plano, contribuindo para definição dos objetivos e pontos focais para o desenvolvimento regional e nacional. A implementação regional da política inclui a participação das autoridades locais. O Ministério supervisiona o desenvolvimento regional e promove o financiamento setorial focado nas áreas prioritárias da UE.

A TABELA 5 apresenta 25 atividades “nódulos especializados” por região. Enquanto a Tabela 6 apresenta os cinco ecossistemas mais relevantes regionalmente, que se destacam como os mais importantes do país: Digital, Eletrônicos, Mobilidade-Transporte-Automotivo e Turismo.

O plano contempla também uma abordagem intersetorial, destacando a necessidade de colaboração intersetorial entre os clusters. Os clusters são vistos como organizações em rede com foco temático. No entanto, as organizações de clusters não devem concentrar-se na construção dos seus próprios conhecimentos profundos, por exemplo, sobre digitalização ou tecnologias verdes, mas sim em garantir que possuem conhecimentos básicos e boas ligações a especialistas em domínios específicos. A principal competência e capacidade dos gestores, organizações do cluster (instituições gestoras dos aglomerados especializados), deve ser a capacidade de construir redes, facilitar o crescimento e interagir com as PME, de sensibilizar, de partilhar boas práticas e de ser intermediários.

Entre os beneficiários da PNC estão: PME, organizações de clusters, organizações de pesquisa, instituições académicas, startups, associações empresariais, grandes empresas, ONGs e centros tecnológicos. O programa é uma estratégia holística de empreendedorismo que considera diferentes empresas, desde microempresas a grandes multinacionais. É apoiado pela participação ativa de outras partes interessadas, incluindo organizações da sociedade civil, administração pública, igreja etc.

A PNC conta com instrumentos financeiros e de comunicação para alcançar seus objetivos. Entre os instrumentos financeiros destacam-se: financiamento para os participantes dos clusters; vouchers de inovação, apoio à contratação de doutoramentos, e, cooperação com intervenientes em inovação. Comunicação: a estratégia utiliza os seguintes instrumentos financeiros nacionais para apoiar o desenvolvimento regional: fundos de empreendedorismo, fundos de emprego, fundos centrados em I&D, diferentes fundos de investimento e desenvolvimento divididos em setores e financiamento da UE. A

utilização destes instrumentos não é descrita detalhadamente ao nível da estratégia.

Region	Number of nodes	Node 1	Node 2	Node 3	Node 4	Node 5
FI19: West Finland	8	C17 - Manuf. of paper products	C28 - Manuf. of machinery & equipment	C33 - Repair, installation of machinery	P85 - Education	R93 - Sports, amusement, recreation
FI1B: Helsinki-Uusimaa	10	J58 - Publishing activities	Q88 - Social work without accommodation	J62 - Computer programming, consultancy	C26 - Manuf. of electronic & optical products	N78 - Employment activities
FI1C: South Finland	6	C17 - Manuf. of paper products	Q87 - Residential care	S94 - Membership organisations	F41 - Construction of buildings	O84 - Public adm., defence, soc. security
FI1D: North and East Finland	9	A02 - Forestry & logging	C16 - Manuf. of wood products	P85 - Education	C24 - Manuf. of basic metals	C26 - Manuf. of electronic & optical products
FI20: Åland Islands	7	H50 - Water transport	R92 - Gambling & betting	Q87 - Residential care	H53 - Postal & courier activities	F41 - Construction of buildings

Tabela 5. Finlândia. Aglomerados Setoriais Relevantes Regionalmente

Fonte: European Cluster Collaboration Platform (ECCP). ECCP Finland.org, 2023.

O financiamento da PNC da Finlândia é realizado com apoio dos fundos da UE, com destaque para os seguintes instrumentos financeiros nacionais para apoiar o desenvolvimento regional: fundos de empreendedorismo, fundos de emprego, fundos de I&D, e outros fundos de investimento e desenvolvimento setoriais da UE.

O PNC é composto por seis áreas distintas, a saber: ambiente, desenvolvimento comunitário, inovação e I&D, competências e educação, participação e bem-estar, e desenvolvimento regional. Cada uma dessas áreas é avaliada em termos de impactos econômicos, sociais e ambientais. Estima-se que as iniciativas apoiadas pelo programa apresentem impactos positivos em todas as áreas (ECCP Finland.org, 2023).

Region	Number of nodes	Node 1	Node 2
FI19: West Finland	0	-	-
FI1B: Helsinki-Uusimaa	2	Digital	Electronics
FI1C: South Finland	0	-	-
FI1D: North and East Finland	1	Electronics	-
FI20: Åland Islands	2	Mobility-Transport-Automotive	Tourism

Tabela 6. Finlândia. Ecossistemas Aglomerados Relevantes Regionalmente

Fonte: European Cluster Collaboration Platform (ECCP). ECCP Finland.org, 2023.

França

A França apresenta vários Clusters de Competitividade (Pôles de compétivité), aglomerações relevantes de empresas e instituições com especialização em atividades específicas, em termos de número de empresas, organizações relacionadas as atividades, geração de empregos e valor da produção. No entanto, quatro ecossistemas se destacam como os mais importantes para a economia nacional: saúde, digital, eletrônicos e cultura e indústrias criativas (TABELAS 7 e 8). A TABELA 7 apresenta 98 “nódulos especializados”, sendo 88 no continente, enquanto a TABELA 8 apresenta 14 ecossistemas mais relevantes,

dos quais 11 no continente.

A França tem uma política nacional de clusters desde 2004. A atual PNC francesa, na quinta edição (2023-2026), está alinhada com três prioridades da União Europeia: Economia verde, Digitalização e Resiliência. O principal grupo-alvo dessa política são as PMEs inovadoras, e o seu foco é o apoio a inovação e a industrialização. A política centra-se no apoio aos clusters, no envolvimento em projetos europeus (Horizon Europe) e no apoio às transições gêmeas, ecológica e digital, bem como à soberania industrial por meio da inovação.

Region	Number of nodes	Node 1	Node 2	Node 3	Node 4	Node 5
FR1: Île-de-France	12	J61 - Telecommunications	N78 - Employment activities	N77 - Rental & leasing	J58 - Publishing activities	R90 - Arts & entertainment
FRB: Centre-Val de Loire	4	C22 - Manuf. of rubber & plastic products	N82 - Business support activities	N78 - Employment activities	Q88 - Social work without accommodation	
FRC: Burgundy-Franche-Comté	5	Q88 - Social work without accommodation	C26 - Manuf. of electronic & optical products	M71 - Architecture, engineering	Q87 - Residential care	C22 - Manuf. of rubber & plastic products
FRD: Normandy	5	Q88 - Social work without accommodation	M71 - Architecture, engineering	C10 - Manuf. of food products	C20 - Manuf. of chemical products	Q87 - Residential care
FRE: Hauts-de-France	5	M73 - Advertising & market research	Q88 - Social work without accommodation	Q87 - Residential care	N82 - Business support activities	N80 - Security, investigation activities
FRF: Grand Est	2	Q88 - Social work without accommodation	N78 - Employment activities			
FRG: Loire Region	6	C10 - Manuf. of food products	Q88 - Social work without accommodation	M71 - Architecture, engineering	N78 - Employment activities	Q87 - Residential care
FRH: Brittany	4	C10 - Manuf. of food products	N81-Buildings services and landscaping	Q88 - Social work without accommodation	F43 - Specialised construction act.	
FRI: New Aquitaine	3	Q88 - Social work without accommodation	Q87 - Residential care	H53 - Postal & courier activities		
FRJ: Occitania	4	M72 - Scientific research & development	C30 - Manuf. of other transport equipment	M71 - Architecture, engineering	Q88 - Social work without accommodation	
FRK: Auvergne-Rhône-Alpes	3	N78 - Employment activities	Q88 - Social work without accommodation	F43 - Specialised construction act.		
FRL: Provence-Alpes-Côte d'Azur	4	Q88 - Social work without accommodation	N81-Buildings services and landscaping	L68 - Real estate	N78 - Employment activities	
FRM: Corsica	6	N81-Buildings services and landscaping	Q88 - Social work without accommodation	F43 - Specialised construction act.	O84 - Public adm., defence, soc. security	I55 - Accommodation
FRY1: Guadeloupe	5	O84 - Public adm., defence, soc. security	Q88 - Social work without accommodation	N80 - Security, investigation activities	Q87 - Residential care	P85 - Education
FRY2: Martinique	6	N80 - Security, investigation activities	G45-Trade & repair of motor vehicles	Q88 - Social work without accommodation	O84 - Public adm., defence, soc. security	N81-Buildings services and landscaping
FRY3: French Guiana	6	E38 - Waste activities	N80 - Security, investigation activities	Q88 - Social work without accommodation	P85 - Education	O84 - Public adm., defence, soc. security
FRY4: Réunion	6	Q88 - Social work without accommodation	P85 - Education	T97 - Households as employers act.	O84 - Public adm., defence, soc. security	Q87 - Residential care
FRY5: Mayotte	12	Q88 - Social work without accommodation	R90 - Arts & entertainment	F43 - Specialised construction act.	R93 - Sports, amusement, recreation	O84 - Public adm., defence, soc. security

Tabela 7. França. Aglomerados Setoriais Relevantes Regionalmente

Fonte: European Cluster Collaboration Platform (ECCP). ECCP France.org, 2023.

Desde 2009, a PNC francesa elegeu como prioritária a promoção dos ganhos de competitividade, com foco nas PMEs de setores com baixos investimentos em atividades de P,D&I e com participação limitada nos clusters, com destaque para segmentos como

indústria alimentar, têxtil, metalurgia e construção naval.

O Ministério da Economia e Finanças é responsável pela elaboração e implementação da política nacional de clusters. O financiamento é fornecido pelo Estado por meio de um fundo especial nacional (FUI) e fundos regionais (DIRECCTE), pelas regiões e autoridades locais, e pelo setor privado. Outras instituições que apoiam essa iniciativa são: Bpifrance e Caisse des Dépôts, bancos públicos de investimento; ANR, agência estadual de pesquisa; e, Agências regionais.

A France Clusters é uma organização guarda-chuva que apoia as demais organizações dos clusters franceses na implementação de seus projetos. Entre os serviços oferecidos por essa organização, destacam-se os seguintes: formação e aconselhamento, mentoria, ajuda à internacionalização, organização de eventos e fóruns de intercâmbio de práticas. Ela é cofinanciada pelo Estado francês, bancos públicos de investimento (Caisse des Dépôts e Banque des Territoires), a União Europeia e algumas regiões francesas, como Nouvelle Aquitaine e Provence Alpes Côte d'Azur.

A PNC é implementada de forma diferente entre as várias regiões francesas, com a experiência da região de Auvergne-Rhône-Alpes servindo de exemplo de descentralização na gestão dessa política, eficiência e resultados auferidos. A PNC francesa é elaborada e supervisionada pelo Ministério da Economia e Financiamento, porém, são promovidas parcerias com as autoridades regionais e locais para melhorar o volume de financiamento e a implementação de projetos em cada localidade.

Desta forma, a agência regional de Auvergne-Rhône-Alpes assume a gestão e coordenação das iniciativas em sua área de influência, tais como: a criação de novos instrumentos financeiros para diferentes partes da região, como fundos de capital público-privados sob a forma de capital de risco a startups e fundos de capital inicial que apoiam os clusters industriais por meio de metrópoles de Lyon e Saint-Étienne.

Outra instituição estratégica na PNC francesa é a Association française des pôles de compétitivité (AFPC), com a maior parte dos clusters de competitividade sendo membros dela. A AFPC apoia a excelência dos clusters de competitividade e a visibilidade europeia da política. Ela é financiada principalmente pelos membros dos clusters, pelo Ministério da Economia e pelos participantes do sistema financeiro francês.

Region	Number of nodes	Node 1	Node 2
FR1: Île-de-France	2	Digital	Cultural and creative industries
FRB: Centre-Val de Loire	0	-	-
FRC: Burgundy-Franche-Comté	2	Electronics	Health
FRD: Normandy	0	-	-
FRE: Hauts-de-France	1	Health	-
FRF: Grand Est	0	-	-
FRG: Loire Region	0	-	-
FRH: Brittany	0	-	-
FRI: New Aquitaine	0	-	-
FRJ: Occitania	0	-	-
FRK: Auvergne-Rhône-Alpes	0	-	-
FRL: Provence-Alpes-Côte d'Azur	0	-	-
FRM: Corsica	2	Construction	Proximity, Social economy and Civil Security
FRY1: Guadeloupe	0	-	-
FRY2: Martinique	1	Aerospace & Defense	-
FRY3: French Guiana	0	-	-
FRY4: Réunion	1	Proximity, Social economy and Civil Security	-
FRY5: Mayotte	2	Health	Proximity, Social economy and Civil Security

Tabela 8. França. Ecosistemas Aglomerados Relevantes Regionalmente

Fonte: European Cluster Collaboration Platform (ECCP). ECCP France.org, 2023.

O apoio aos clusters disponibilizados pela PNC francesa acontece por meio de três instrumentos básicos para alcançar seus objetivos, a saber: Financeiro, Assistência Técnica e Comunicação.

A PNC oferece apoio financeiro aos projetos de I&D das PMEs membros de clusters; contemplando o financiamento para contratação de pessoal para melhoria de infraestrutura como escritórios e equipamentos.

No âmbito da assistência técnica, a PNC apoia o desenvolvimento de competências técnicas, a transferência de conhecimento, a propriedade intelectual, o empreendedorismo, consultoria de exportação, inteligência de mercado; desenvolvimento de soft skills, coaching, formação em gestão, networking e construção de parcerias no país e exterior.

O financiamento contempla despesas administrativas, relacionadas a pessoal, espaço de escritório e material de escritório, e financiamento de projetos. Desde 2018, as organizações de clusters podem candidatar-se a um selo de qualidade do Ministério da Economia. O Ministério realiza treinamentos para fortalecer competências básicas e sociais, como segurança cibernética, profissionalização dos clusters e excelência, além de fornecer suporte para internacionalização.

Em 2022 havia 55 organizações de clusters de competitividade na França, com a participação de membros por cluster variando entre 100 e 800, entre empresas e organizações de investigação, como instituições acadêmicas, instituições focadas em tecnologia e centros tecnológicos. A adesão das PMEs aos clusters está associada ao aumento do investimento privado em inovação, com tais investimentos chegando a superar

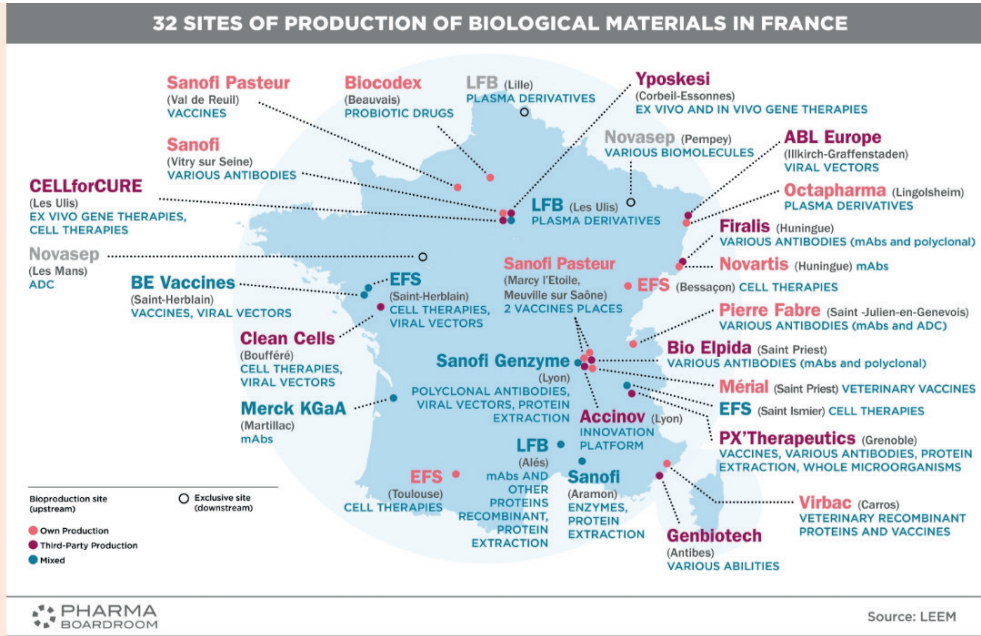
o valor do apoio financeiro recebido cerca em quase três vezes (ECCP France.org, 2023).

Os mapas 2 e 3 apresentados a seguir, sobre a indústria farmacêutica francesa, ilustra a importância de um dos quatro principais ecossistemas industriais do país, bem como a importância das estratégias das políticas nacionais de clusters e de sistema de inovação. A indústria farmacêutica francesa se posiciona entre as cinco principais indústrias farmacêuticas da Europa, com base em dados de 2021 referentes a variáveis como tamanho do mercado, gastos em I&D e produção. De acordo com esses dados, a França ocupa o quarto lugar na Europa em termos de produção farmacêutica, com 20,981 bilhões de euros, atrás da Suíça, da Alemanha e da Itália, e à frente da Irlanda, do Reino Unido e da Espanha. Em termos de gastos em P&D a França também ocupa a quarta posição, com 4,451 bilhões de euros, atrás da Alemanha, Suíça e Reino Unido e a frente da Bélgica (PHARMA BOARDROOM.COM <https://pharmaboardroom.com/facts/mapping-french-pharma/>).

O ranking das dez maiores empresas farmacêuticas na França em 2021 foi liderado pela Sanofi com 2,367 bilhões de euros em volume de negócios, sendo seguida pela Servier, com 2,284 bilhões de euros, e pela Janssen, com 1,175 bilhão de euros (PHARMA BOARDROOM.COM <https://pharmaboardroom.com/facts/top-10-pharma-companies-in-france-2021/>).

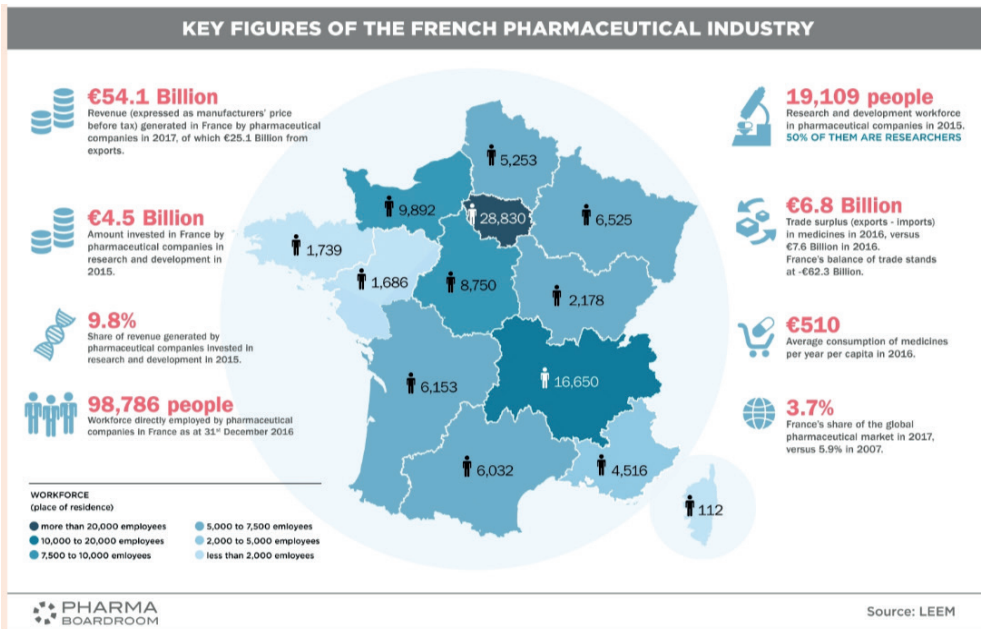
O Mapa 2 apresenta os 32 locais da produção de materiais biológicos na França, incluindo a localização de empresas e a produção de materiais biológicos, com destaque para derivados de plasma, insumos biológicos para vários medicamentos, na região Il-de-France, onde está Paris.

O Mapa 3 apresenta os principais dados da indústria farmacêutica francesa, as principais estatísticas sobre a força de trabalho, receitas, níveis de investimento, gastos em P&D e consumo na indústria farmacêutica francesa. Em 2017, as receitas alcançaram 54,1 bilhões de euros, dos quais 25,1 bilhões vieram das exportações. A força de trabalho somava 98.786 pessoas em 2016, das quais 19.109 mil pessoas (19,3%) eram da área de P&D, sendo 9.500 pesquisadores. Apesar da indústria está presente em todas as regiões francesas, a região de Il-de-France, liderava na geração de empregos com 28.830 pessoas (29,2%), seguida pela região de Auvergne-Rhône-Alpes, com 16.650 pessoas (16,8%).



Mapa 2. França. 32 Locais de Produção da Indústria de Materiais Biológicos - 2024

Fonte: PHARMA Boardroom.com



Mapa 3. França. Indústria Farmacêutica - 2024

Fonte: PHARMA Boardroom.com

4 | CLUSTERS INDUSTRIAIS BRASILEIROS

Esta seção apresenta os clusters/aglomerados industriais mais relevantes em cada unidade da federação por região do país, com base no Quociente Locacional (QL) calculado a partir dos dados de emprego da Pesquisa Industrial Anual – PIA (2022) do IBGE, com Classificação Nacional de Atividade Econômica - CNAE de sete dígitos. Esses clusters poderiam receber maior atenção das políticas públicas focadas no apoio à indústria, com o objetivo de promover ganhos de competitividade, produtividade e qualidade, tornando, assim, as cadeias produtivas industriais mais eficientes e competitivas. Nesse sentido, destaca-se as políticas de fortalecimentos dos clusters e respectivos sistemas de inovação, para promover a melhoria da governança e inovação nos aglomerados industriais mais relevantes, bem como contribuir para ampliação da capacidade de exportação e da estratégia de internacionalização.

O grau de especialização foi medido pelo Quociente de Localização (QL) que reflete a especialização relativa de uma atividade em determinada unidade da federação (UF) de uma Região em comparação com a média de cada Grande Região do país. Se o QL para uma dada combinação atividade-UF for superior a 1,0, é considerado um cluster/aglomeração especializada, e se a atividade representar pelo menos 1% do emprego total na região, a atividade é considerada regionalmente relevante. Os apresentados mais adiante mostram o total de clusters industriais relevantes para cada UF em cada Grande Região do país. Esses clusters deveriam ser priorizados nas políticas de desenvolvimento industrial do país.

Nesse sentido, destacam-se vários ramos de atividades industriais relacionados à atividade agropecuária e aos biomas brasileiros, como setores estratégicos para o desenvolvimento sustentável do país, a saber: Fabricação de produtos alimentícios; Fabricação de bebidas; Fabricação de produtos do fumo; Fabricação de produtos têxteis; Confecção de artigos do vestuário e acessórios; Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados; Fabricação de produtos de madeira; Fabricação de celulose, papel e produtos de papel; Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis; Fabricação de produtos químicos; Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos; e, Fabricação de produtos de borracha e de material plástico.

Um quociente locacional superior a 1 indica que a participação de uma região na geração de empregos de um setor específico é maior do que a sua respectiva contribuição percentual para a geração total de empregos da região. Ou seja, a região apresenta especialização nesse setor específico. Quando o quociente locacional fica abaixo de um a região não apresenta especialização em determinada atividade. Com tais resultados contribuindo para identificação dos principais clusters/aglomerados especializados industriais por unidade da federação em cada região do país e, assim, ajudando na

construção de uma estratégia para fortalecimento dos clusters e respectivos sistemas de inovação como instrumentos para promoção de desenvolvimento regional brasileiro.

No estudo para os países da União Europeia foi adotado o seguinte critério para identificação dos clusters: se o quociente de localização fosse maior do que 1,5 era considerada uma aglomeração especializada e se essa atividade respondesse por pelo menos 1% do emprego total da região era considerada uma aglomeração relevante na região.

Os principais resultados para o Brasil são apresentados a seguir, os principais clusters industriais por unidade da federação em cada grande região do país, segundo os respectivos QL em ordem decrescente.

Região Norte

Amazonas (11 Clusters): Atividades de apoio à extração de minerais (2,6); Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (2,6); Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (2,5); Fabricação de máquinas e equipamentos (2,4); Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores (2,4); Fabricação de produtos de borracha e de material plástico (2,1); Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (2,1); Fabricação de produtos diversos (2,0); Fabricação de celulose, papel e produtos de papel (1,6); Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (1,2); e, Fabricação de produtos químicos (1,1).

Pará (9 Clusters): Extração de minerais metálicos (2,6); Fabricação de produtos do fumo (2,6); Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis (2,1); Metalurgia (2,0); Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (1,7); Fabricação de produtos de madeira (1,6); Fabricação de produtos têxteis (1,4); Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (1,4); Fabricação de produtos de minerais não-metálicos (1,2); e, Fabricação de produtos alimentícios (1,2).

Rondônia (10 Clusters): Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (2,7); Confecção de artigos do vestuário e acessórios (2,2); Fabricação de produtos alimentícios (2,0); Fabricação de produtos de madeira (2,0); , Fabricação de móveis (1,8); Impressão e reprodução de gravações (1,7); Extração de minerais não-metálicos (1,5); Fabricação de produtos de minerais não-metálicos (1,4); Fabricação de bebidas (1,3); e, Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (1,1).

Acre (7 Clusters): Fabricação de produtos alimentícios (2,2); Fabricação de bebidas (2,1); Fabricação de produtos de madeira (1,9); Fabricação de produtos de minerais não-metálicos (1,9); Confecção de artigos do vestuário e acessórios (1,8); Impressão e reprodução de gravações (1,2); e, Fabricação de móveis (1,1).

Roraima (6 Clusters): Confección de artigos do vestuário e acessórios (2,9); Fabricação de produtos de minerais não-metálicos (1,8); Fabricação de produtos alimentícios (1,5); Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (1,4); Impressão e reprodução de gravações (1,3); e, Fabricação de produtos diversos (1,3).

Amapá (6 Clusters): Fabricação de produtos de madeira (3,6); Impressão e reprodução de gravações (3,6); Fabricação de produtos de minerais não-metálicos (3,3); Confección de artigos do vestuário e acessórios (2,1); Fabricação de móveis (2,1); e, Fabricação de produtos alimentícios (1,1).

Tocantins (6 Clusters): Extração de minerais não-metálicos (6,0); Fabricação de produtos alimentícios (2,0); Confección de artigos do vestuário e acessórios (2,0); Fabricação de produtos de minerais não-metálicos (2,4); Fabricação de produtos químicos (2,1); e, Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (1,8).

Região Nordeste

Maranhão (10 Clusters): Metalurgia (5,3); Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (2,2); Fabricação de produtos de minerais não-metálicos (2,0); Fabricação de celulose, papel e produtos de papel (2,0); Fabricação de móveis (1,8); Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis (1,7); Impressão e reprodução de gravações (1,4); Fabricação de produtos químicos (1,3); Extração de minerais não-metálicos (1,2); e, Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (1,2).

Piauí (10 Clusters): Impressão e reprodução de gravações (3,1); Fabricação de produtos de minerais não-metálicos (2,0); Fabricação de móveis (1,9); Metalurgia (1,6); Fabricação de bebidas (1,4); Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (1,4); Fabricação de produtos diversos (1,4); Fabricação de produtos alimentícios (1,3); Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos (1,1); e, Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (1,1).

Ceará (9 Clusters): Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos (2,3); Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (2,1); Confección de artigos do vestuário e acessórios (1,8); Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (1,7); Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores (1,6); Metalurgia (1,3); Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (1,3); Fabricação de produtos têxteis (1,2); e, Impressão e reprodução de gravações (1,1).

Rio Grande do Norte (10 Clusters): Extração de petróleo e gás natural (5,1); Atividades de apoio à extração de minerais (4,2); Extração de minerais não-metálicos (4,2); Fabricação de produtos têxteis (1,6); Confección de artigos do vestuário e acessórios

(2,5); Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis (1,9); Fabricação de móveis (1,5); Fabricação de produtos de minerais não-metálicos (1,3); Fabricação de máquinas e equipamentos (1,6); e, Extração de minerais metálicos (1,1).

Paraíba (7 Clusters): Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis (4,1); Fabricação de produtos têxteis (2,3); Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (1,6); Impressão e reprodução de gravações (1,4); Fabricação de produtos de minerais não-metálicos (1,2); Fabricação de produtos de borracha e de material plástico (1,1); e, Fabricação de produtos diversos (1,1).

Pernambuco (12 Clusters): Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (3,7); Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores (2,1); Fabricação de máquinas e equipamentos (1,6); Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis (1,4); Fabricação de produtos alimentícios (1,3); Fabricação de bebidas (1,3); Fabricação de produtos químicos (1,2); Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos (1,1); Fabricação de produtos de borracha e de material plástico (1,1); Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (1,1); Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (1,3); e, Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (1,1).

Alagoas (3 Clusters): Fabricação de produtos alimentícios (2,8); Fabricação de produtos têxteis (2,0); e, Fabricação de produtos de borracha e de material plástico (1,2).

Sergipe (12 Clusters): Extração de petróleo e gás natural (3,2); Fabricação de produtos têxteis (2,0); Fabricação de produtos do fumo (1,8); Fabricação de produtos de minerais não-metálicos (1,6); Fabricação de produtos de madeira (1,5); Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (1,5); Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (1,4); Fabricação de produtos diversos (1,4); Fabricação de produtos químicos (1,3); Fabricação de móveis (1,2); Fabricação de produtos alimentícios (1,1); e, Fabricação de bebidas (1,1).

Bahia (15 Clusters): Extração de minerais metálicos (3,7); Fabricação de produtos do fumo (3,4); Atividades de apoio à extração de minerais (2,5); Extração de petróleo e gás natural (2,2); Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (2,2); Fabricação de celulose, papel e produtos de papel (1,9); Fabricação de produtos químicos (1,6); Fabricação de produtos de borracha e de material plástico (1,6); Fabricação de produtos de madeira (1,5); Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (1,4); Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (1,3); Extração de minerais não-metálicos (1,3); Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (1,3); Fabricação de produtos diversos (1,3); Metalurgia (1,1); e, Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias; Fabricação de móveis (1,1).

Região Sudeste

Minas Gerais (10 Clusters): Extração de minerais metálicos (3,9); Extração de minerais não-metálicos (1,8); Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (1,8); Metalurgia (1,8); Fabricação de produtos do fumo (1,6); Fabricação de móveis (1,5); Fabricação de produtos alimentícios (1,2); Fabricação de produtos de madeira (1,2); Confecção de artigos do vestuário e acessórios (1,1); e, Fabricação de produtos de minerais não-metálicos (1,1),

Espírito Santo (9 Clusters): Extração de minerais não-metálicos (4,1); Fabricação de produtos de minerais não-metálicos (2,9); Extração de minerais metálicos (2,8); Fabricação de produtos de madeira (2,8); Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (2,5); Metalurgia (1,5); Fabricação de móveis (1,2); Atividades de apoio à extração de minerais (1,1); e, Confecção de artigos do vestuário e acessórios (1,1).

Rio de Janeiro (10 Clusters): Atividades de apoio à extração de minerais (10,2); Extração de petróleo e gás natural (8,8); Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis (3,1); Fabricação de bebidas (2,4); Fabricação de produtos do fumo (2,4); Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (2,4); Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores (1,9); Impressão e reprodução de gravações (1,7); Metalurgia (1,7); e, Confecção de artigos do vestuário e acessórios (1,6).

São Paulo (11 Clusters): Fabricação de máquinas e equipamentos (1,3); Fabricação de celulose, papel e produtos de papel (1,2); Fabricação de produtos químicos (1,2); Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos (1,2); Fabricação de produtos de borracha e de material plástico (1,2); Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (1,2); Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (1,2); Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (1,2); Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores (1,2); Fabricação de produtos têxteis (1,1); e, Fabricação de produtos diversos (1,1).

Região Sul:

Paraná (10 Clusters): Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis (2,2); Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos (2,0); Fabricação de produtos químicos (1,4); Fabricação de produtos alimentícios (1,3); Fabricação de celulose, papel e produtos de papel (1,3); Impressão e reprodução de gravações (1,3); Fabricação de produtos de madeira (1,2); Extração de minerais não-metálicos (1,1); Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (1,1); e, Fabricação de móveis (1,1).

Santa Catarina (8 Clusters): Fabricação de produtos têxteis (2,1); Confecção de artigos do vestuário e acessórios (1,8); Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais

elétricos (1,6); Metalurgia (1,4); Fabricação de produtos de madeira (1,3); Fabricação de produtos de borracha e de material plástico (1,2); Fabricação de produtos de minerais não-metálicos (1,2); e, Fabricação de celulose, papel e produtos de papel (1,1).

Rio Grande do Sul (12 Clusters): Atividades de apoio à extração de minerais (3,1); Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (2,6); Fabricação de produtos do fumo (2,5); Fabricação de bebidas (1,5); Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (1,4); Fabricação de máquinas e equipamentos (1,4); Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (1,3); Fabricação de produtos diversos (1,3); Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (1,1); Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores (1,1); Fabricação de móveis (1,1); e, Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (1,1).

Região Centro-Oeste

Mato Grosso do Sul (7 Clusters): Fabricação de celulose, papel e produtos de papel (3,4); Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (1,6); Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis (1,5); Fabricação de produtos diversos (1,5); Fabricação de máquinas e equipamentos (1,2); Fabricação de produtos alimentícios (1,1); e, Metalurgia (1,1).

Mato Grosso (10 Clusters): Fabricação de produtos de madeira (3,4); Atividades de apoio à extração de minerais (3,1); Extração de minerais metálicos (2,4); Extração de minerais não-metálicos (1,5); Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (1,4); Fabricação de produtos têxteis (1,3); Fabricação de produtos de minerais não-metálicos (1,3); Fabricação de bebidas (1,2); Fabricação de produtos alimentícios (1,1); e, Metalurgia (1,1).

Goiás (10 Clusters): Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos (1,7); Confeção de artigos do vestuário e acessórios (1,6); Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (1,6); Fabricação de produtos químicos (1,4); Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (1,2); Fabricação de produtos de borracha e de material plástico (1,1); Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (1,1); Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores (1,1); Fabricação de móveis (1,1); e, Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (1,1).

Distrito Federal (11 Clusters): Fabricação de produtos do fumo (5,8); Impressão e reprodução de gravações (4,3); Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (3,9); Fabricação de bebidas (2,9); Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos (2,3); Fabricação de produtos de minerais não-metálicos (2,1); Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores

(1,7); Fabricação de móveis (1,7); Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (1,6); Fabricação de produtos diversos (1,4); e, Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (1,3).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas, os avanços das tecnologias baseadas na biodiversidade mostraram que a conservação dos ambientes naturais e, respectivas, espécies da fauna e flora, além de serem fundamentais para preservação da vida no planeta e mitigação dos efeitos da mudança do clima, constitui-se na pedra angular de uma nova economia do século XXI, uma economia baseada na biologia, que desempenhará um papel cada vez mais importante na solução dos maiores problemas do nosso tempo, em áreas como saúde e transição ecológica.

Assim, a preservação da biodiversidade é fundamental para mitigar os efeitos da mudança do clima e promover o desenvolvimento da nova economia do século XXI baseada na biologia. Uma nova economia na qual o Brasil desponta com potencial de se tornar um grande *player global*, tendo-se em vista que conta com grandes biomas, como a Amazônia e pela riqueza da sua biodiversidade, considerada a mais diversa do mundo, em termos de número de espécies da fauna e flora.

A pesquisa científica a partir da biodiversidade dos ambientes naturais é o caminho para descobertas de novos medicamentos, que podem levar a cura de doenças até então incuráveis, de bioinsumos para agropecuária e aplicações nos mais variados setores da economia.

Desta forma, pode-se afirmar que o Brasil tem uma grande oportunidade para se tornar um líder mundial em desenvolvimento sustentável e da economia bio-based e transformar o século XXI no século brasileiro, em função da riqueza da biodiversidade dos biomas em território nacional. A preservação de seus biomas, como Amazônia, Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Pantanal e Pampa, além da área do oceano Atlântico em território brasileiro, coloca o Brasil como um dos principais países que podem contribuir para redução das emissões e captura de gases poluentes e, assim, ajudar a mitigar os efeitos da mudança do clima. Por outro lado, a rica biodiversidade brasileira colocar o país em condição singular para implementar uma estratégia de desenvolvimento de clusters de bioeconomia e biotecnologia associada ao fortalecimento dos sistemas regionais de inovação e vinculada aos biomas brasileiros, uma estratégia com potencial de alçar o país a liderança de uma nova economia mundial baseada na biologia.

Por fim, o estudo possibilitou a identificação dos aglomerados industriais mais relevantes em cada região do país, com base no quociente de localização. Esses clusters poderiam receber maior apoio das políticas públicas para promoção da inovação e da competitividade, com destaque para o fortalecimento dos sistemas de inovação, melhoria

da governança, apoio as PMEs inovadoras, da capacidade de exportação e da estratégia de internacionalização.

REFERÊNCIAS

BBC News Brasil. Ozempic e outros remédios inspirados em veneno de animais. 24 set. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c515q5neqdg0>. Acesso em: 30 set. 2023.

BBC News Brasil. Efeito Ozempic: como medicamento transformou vida da pequena cidade dinamarquesa onde é produzido. 30 set. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c8rdyn2e4zpo>. Acesso em: 30 set. 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-biomas/biodiversidade1/convencao-sobre-diversidade-biologica#:~:text=A%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20est%C3%A1%20estruturada%20sobre,n%C3%ADveis%3A%20ecossistemas%2C%20esp%C3%A9cies%20e%20recursos>. Acesso em: 10 set. 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/acordo-de-paris.html>. Acesso em: 10 set. 2024.

European Cluster Panorama Report 2024. European Cluster Collaboration Platform. Disponível em: <https://www.clustercollaboration.eu/knowledge-sharing/publications/document-library/european-cluster-panorama-report-2024>. Acesso em: 10 set. 2024.

FINLÂNDIA. Country factsheet Finland. ECCPfactsheet_Finland_2023_Final.pdf. European Cluster Collaboration Platform. European Union. Disponível em: https://www.clustercollaboration.eu/sites/default/files/2023-country-factsheets/ECCPfactsheet_Finland_2023_Final.pdf. Acesso em: 10 set. 2024.

FRANÇA. Country factsheet France. ECCPfactsheet_France_2023_Final.pdf. European Cluster Collaboration Platform. European Union. Disponível em: https://www.clustercollaboration.eu/sites/default/files/2023-country-factsheets/ECCPfactsheet_France_2023_Final.pdf. Acesso em: 10 set. 2024.

FREEMAN, CRISTOPHER. The National System of Innovation in historical perspective. Cambridge Journal of economics 1995, 19, 5-24.

IRLÂNDIA. Country factsheet Ireland. ECCPfactsheet_Ireland_2023_Final.pdf. European Cluster Collaboration Platform. European Union. Disponível em: https://www.clustercollaboration.eu/sites/default/files/2023-country-factsheets/ECCPfactsheet_Ireland_2023.pdf. Acesso em: 10 set. 2024.

Géoconfluences. Glossaire. Cluster. Disponível em : <https://geoconfluences.ens-lyon.fr/glossaire/cluster>. Acesso em 30 set. 2024.

Grandclement, Antoine. Les pôles de compétitivité : d'une géographie de l'innovation à une géographie de la production. Géoconfluences. Disponível em: <https://geoconfluences.ens-lyon.fr/informations-scientifiques/dossiers-regionaux/la-france-des-territoires-en-mutation/articles-scientifiques/poles-de-competitivite>. Acesso em: 30 set. 2024.

Horizon Europe Fund. European Union. Disponível em: https://research-and-innovation.ec.europa.eu/funding/funding-opportunities/funding-programmes-and-open-calls/horizon-europe_en. Acesso em: 20 set. 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Industrial Anual - PIA, 2022.

MAZZUCATO, Mariana. O Estado Empreendedor: Desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. 1º Ed. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

PORTAL AGRO2. Bioinsumo à base de mandacaru pode reduzir perdas da soja com a seca. 18 jan. 2024. Disponível em: <https://agro2.com.br/tecnologia/bioinsumo-mandacaru-reduz-seca-soja/#:~:text=Bioinsumo%20que%20reduz%20perdas%20da,presente%20nos%20solos%20da%20Caatinga>. Acesso em: 30 set. 2024.

PORTUGAL. Country factsheet Portugal. ECCPfactsheet_Portugal_2023_Final.pdf. European Cluster Collaboration Platform. European Union. Disponível em: https://www.clustercollaboration.eu/sites/default/files/2023-country-factsheets/ECCPfactsheet_Portugal_2023_Final_CF_rev.pdf. Acesso em: 10 set. 2024.

SACHS, J. D. A riqueza de todos: a construção de uma economia sustentável em um planeta superpovoado, poluído e pobre. Lisboa: Nova Fronteira, 2008.

The future of European competitiveness Part A | A competitiveness strategy for Europe. Setemember 2024. Disponível em: https://commission.europa.eu/topics/strengthening-european-competitiveness/eu-competitiveness-looking-ahead_en. Acesso em: 10 set. 2024.

VALOR ECONÔMICO. UE tem de investir 800 bi de euros por ano em 'nova estratégia industrial', diz Draghi. Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2024/09/09/ue-tem-de-investir-800-bi-de-euros-por-ano-em-nova-estrategia-industrial-diz-draghi.ghtml>. Acesso em: 10 set. 2024.

WRI Brasil. Bioeconomia: o que é e como se aplica à Amazônia. WRI Brasil. Disponível em: <https://www.wribrasil.org.br/noticias/bioeconomia-o-que-significa-e-como-se-aplica-amazonia/#:~:text=Ci%C3%AAncia%20e%20inova%C3%A7%C3%B5es%20tecnol%C3%B3gicas%20somados,coexistentes%20com%20as%20din%C3%A2micas%20florestais>05 Jul 2022. Acesso em: 10 set. 2024.

WORLD ECONOMIC FORUM - WEF. Accelerating the Global Transition to a Bio-based Economy: The Strategic Role of Policy. WHITE PAPER. September 2024. Disponível em: https://www3.weforum.org/docs/WEF_Accelerating_the_Global_Transition_to_a_Bio_based_Economy_2024.pdf. Acesso em 30 set. 2024.

WORLD ECONOMIC FORUM - WEF. Accelerating the tech-driven bioeconomy. Disponível em: https://www3.weforum.org/docs/WEF_Accelerating_the_Tech_Driven_Bioeconomy_2024.pdf. Acesso em 30 set. 2024.

WORLD ECONOMIC FORUM – WEF. Bioeconomy Initiative. The Forum's flagship initiative to accelerate the global transition to a bio-based economy. Disponível em: <https://initiatives.weforum.org/bioeconomy-initiative/home>. Acesso em 30 set. 2024.

Sites Consultados:

COPEAD. UFRJ. Site Bioeconomia. Disponível em: <https://coppe.ufrj.br/bioeconomia/#:~:text=Bioeconomia%20pode%20ser%20descrita%20como,benef%C3%ADcios%20econ%C3%B4micos%2C%20sociais%20e%20ambientais>. Acesso em: 15 set. 2024.

EMBRAPA. Portal Bioeconomia. Link: www.embrapa.br/tema-bioeconomia. Acesso em: 15 set. 2024.

EUROPEANCLUSTERCOLLABORATIONPLATAFORM. Disponível em: <https://www.clustercollaboration.eu/in-focus/policy-acceleration/country-factsheets-on-cluster-policies-and-programmes>. Acesso em: 20 set. 2024.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE Disponível em: <https://www.gov.br/>

OPEN INOVATION - GLOBAL STRATEGY CONSEIL. Disponível em: <https://openinnovation.eu/>. Acesso em: 15 set. 2024.

PHARMA BOARDROOM.COM Disponível em: <https://pharmaboardroom.com>. Acesso em: 20 set. 2024.

WORLD ECONOMIC FORUM – WEF. Disponível em: <https://my.weforum.org/home>

MARIANNE SOUSA BARBOSA - Possui graduação em Filosofia, pela Universidade Estadual da Paraíba (2010), em Ciências Sociais, pela Universidade Federal de Campina Grande (2019) e em Pedagogia e Artes Visuais (Claretiano – 2022;2023). Possui especialização em Filosofia (Estácio – 2014) e em Educação de Jovens e Adultos (Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia – 2022). Obteve seu Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (2012) e Doutorado no mesmo Programa de Pós-graduação em 2020. Atuou como professora de Sociologia e Filosofia na UEPB, UFCG, IFPB, em cursos de graduação e pós-graduação, orientando diversos trabalhos acadêmicos durante sua atuação docente. É coordenadora do Grupo de Pesquisa “Sobre Subjetividades”, devidamente cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), desenvolvendo pesquisas, publicações e orientações na área da Filosofia, Sociologia e Educação. Atualmente, desempenha atividade docente no Ensino Médio e EJA (SEE-PB), no IFPB e no Ensino Superior (UEPB/CAPES), possui vasta experiência em formação de professores, atuando como Professora Formadora do PARFOR/CAPES por diversos períodos (2012-2016 – 2023-Atual). Possui publicações científicas na área de Sociologia, Antropologia, Filosofia e Educação. Faz parte do Conselho Editorial da Atena Editora, Revista Instante e IBRATES. Autora do livro “Famílias na contemporaneidade: Uma análise sociológica sobre uniões igualitárias”, publicado em 2024. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-5952-0410>

A

Autoservicio 51

C

Cambios 1, 2, 24

Capital humano 51, 55

Cine 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39

Ciudad de Montería 1, 2, 11, 13, 14

Colombia 1, 3, 14, 16, 44, 57

Crimen organizado 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50

Crisis 4, 5, 9, 13, 16, 41, 44, 48

D

Desarrollo empresarial 17

Dinámica laboral 1

E

Ecuador 28, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50

Emprendimiento estudiantil 17, 18, 20, 21, 27

Estudiantes 10, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 27

F

Financiamiento 17, 18, 24, 25, 26, 27, 36, 38

G

Generación 1, 2, 4, 5, 8, 13, 53

I

Innovación académica 17

L

LGBT 29, 30, 31, 32, 33, 34, 37, 39

P

Películas comerciales 29, 37, 38

Poder judicial 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48

Proceso de integración 51

Proyectos de desarrollo urbano 2

Q

Queer 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40

Queer cinema 29, 30, 32, 33, 35, 36, 38, 39, 40

R

Redes sociales 29, 34, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58

Reducción 4, 7, 41

S

Seguridad 41, 42, 44, 45, 46, 50

Streaming 29, 33, 36, 38

Supermercados 51

DINÁMICAS SOCIALES

teoría y práctica en las
ciencias sociales aplicadas 2

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

DINÁMICAS SOCIALES

teoría y práctica en las
ciencias sociales aplicadas 2

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br